

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

FERNANDO HENRIQUE DE SOUSA PAZ

REDES DE PARLAMENTARES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA
METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

MATINHOS

2015

FERNANDO HENRIQUE DE SOUSA PAZ

REDES DE PARLAMENTARES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA
METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Territorial Sustentável, no
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial Sustentável da Universidade Federal
do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes.

MATINHOS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral
Maikon Patrick Garcia CRB 9/1661

P348r Paz, Fernando Henrique de Souza
Redes de parlamentares na Câmara dos Deputados: uma metodologia de
análise da atuação política no Brasil / Fernando Henrique de Souza Paz;
orientador Ivan Jairo Junckes. — 2015.
126 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral,
Matinhos, PR, 2015.

1. Política. 2. Eleições. 3. Deputados federais. 4. Análise de redes
sociais I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em
Desenvolvimento Territorial sustentável. II. Título. III. Junckes, Ivan Jairo
(orient.).

CDD – 370.71

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia trinta e um de Março de dois mil e dezesseis às 14:00 horas, na sala 31A, RUA JAGUARIAÍVA, 512, do Setor de LITORAL da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **FERNANDO HENRIQUE DE SOUSA PAZ** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: **"REDES DE PARLAMENTARES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLITICA NO BRASIL"**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: IVAN JAIRO JUNKES (UFPR), EDSON ARMANDO DA SILVA (UEPG), RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e o mestrando deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela **APROVAÇÃO** do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, IVAN JAIRO JUNKES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 31 de Março de 2016.

Prof IVAN JAIRO JUNKES (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof EDSON ARMANDO DA SILVA (UEPG)

Prof RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI (UFPR)

A Codabi

- oceano de belezas em minha vida.

A Maria Rodrigues Paz, minha avó

*- que tanto fez por mim com atos e
palavras que me ajudaram a viver e a
entender coisas da vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador professor Ivan Jairo Junckes pelo companheirismo, incentivo, aconselhamento e paciência, sem os quais esta dissertação não seria o que é.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTs/UFPR) e à Universidade Federal do Paraná por possibilitarem-me diferentes oportunidades de formação enquanto aprendiz de pesquisador.

A CAPES e à Fundação Araucária que – a partir do financiamento do projeto “Fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável no Litoral do Estado do Paraná” – possibilitou-me uma bolsa de estudos ao longo de um ano.

Aos professores Edson Armando da Silva e Rodrigo Rossi Horochoviski pela participação e comentários valiosos na banca avaliadora.

A professora Daniela Archanjo pela dedicada participação e comentários no exame do projeto desta dissertação.

Ao professor Ricardo Monteiro pelas importantes contribuições.

Ao professor Neilor Camargo pelos favores, ensinamentos e contribuições fundamentais.

Ao Marcelo Rodrigues e ao Victor (Khaled) Calejon pelas contribuições sem igual.

A minha mãe (Malu) e ao meu pai (Jair) pelas contribuições financeiras durante boa parte da minha vida, principalmente em tempos de estudos e pesquisas.

A Codabi, presença ímpar e constante desde 25 de dezembro de 2011. Com esperança de que nos tornemos velhos companheiros, inclusive nas risadas de tantas coisas engraçadas do mundo, que “*é redondo, mas está ficando chato*”.

“Rede é uma porção de buracos, amarrados com barbante.”

Tutameia

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta uma análise da atuação dos quatro deputados federais do estado do Paraná entre os anos 2011-2015: André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini, Hidekazu Takayama, assim como dos demais parlamentares a eles relacionados em coautoria nas proposições formalizadas no parlamento. A fonte de dados é o acervo digital da Câmara dos Deputados do Brasil. Foram analisadas 504 proposições parlamentares submetidas a classificação temática e tratamento no programa de análise de redes sociais – Gephi – para identificação de temas relacionados à teoria do desenvolvimento territorial sustentável. Os resultados demonstram baixa relação entre a atuação desses parlamentares e temas relacionados à teoria do desenvolvimento territorial sustentável. Essa investigação inova no campo de exploração da atuação parlamentar em função da temática selecionada e em função da elaboração de uma metodologia generalizável para o estudo de outros grupos parlamentares, ou mesmo de todos os membros de uma legislatura.

Palavras-Chave: política; eleições, deputados federais; análise de redes sociais.

ABSTRACT

This dissertation presents a performance analysis of the four deputies of Paraná state between the years 2011-2015: André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini, Hidekazu Takayama, as well as other parliamentarians related to them coauthored the formalized propositions in parliament. The data source is the digital collection of the Chamber of Deputies of Brazil. Were analyzed 504 parliamentary proposals submitted to thematic classification and treatment in the software of social networks - Gephi - to identify issues related to the theory of sustainable territorial development. The results show the low ratio between the performance of these parliamentarians and sustainable territorial development. This research breaks new ground in holding the parliamentary field of action depending on the selected theme and depending on the development of a generalized methodology for the study of other parliamentary groups or even all members of the legislature.

Keywords: politics; election; federal deputies; social network analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO IBGE 1991.....	22
FIGURA 2: MAPA DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO IBGE 2000.....	22
FIGURA 3: MAPA DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO IBGE 2010.....	23
FIGURA 4: MAPA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NO PARANÁ 2000-1991.....	24
FIGURA 5: MAPA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NO PARANÁ 2010-2000.....	25
FIGURA 6: MAPA DOS VOTOS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – DEPUTADO FEDERAL ANDRÉ ZACHAROW (2010).....	46
FIGURA 7: MAPA DOS VOTOS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – DEPUTADO FEDERAL EDMAR ARRUDA (2010).....	47
FIGURA 8: MAPA DOS VOTOS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – DEPUTADO FEDERAL FERNANDO FRANCISCHINI (2010).....	48
FIGURA 9: MAPA DOS VOTOS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – DEPUTADO FEDERAL HIDEKAZU TAKAYAMA (2010).....	49
FIGURA 10: SOMA DOS VOTOS DOS QUATRO DEPUTADOS FEDERAIS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES (2010).....	50
FIGURA 11: GRAFO DE REDE DE ASSUNTOS DE PROPOSIÇÕES DE DEPUTADOS FEDERAIS SELECIONADOS APRESENTADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2015) AGREGADOS POR CATEGORIAS.....	74
FIGURA 12: GRAFO DE REDE DE ASSUNTOS DE PROPOSIÇÕES E PARLAMENTARES POR TIPO DE NÓ.....	88
FIGURA 13: GRAFO DE REDE DE ASSUNTOS E PARLAMENTARES POR MODULARIDADE DE CLASSE (COMUNIDADES DE ASSUNTOS-PARLAMENTARES).....	90

FIGURA 14: GRAFO DE REDE ONE MODE ASSUNTOS CONECTADOS POR PARLAMENTARES.....	93
FIGURA 15: GRAFO DE REDE ONE MODE PARLAMENTARES CONECTADOS POR ASSUNTOS.....	95
FIGURA 16: GRAFO DE REDE DE CATEGORIAS DE PROPOSIÇÕES E PARLAMENTARES SELECIONADOS (AUTORES E CO-AUTORES) DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2015).....	97
FIGURA 17: GRAFO DE REDE DE CATEGORIAS E PARLAMENTARES SELECIONADOS (AUTORES E COAUTORES) DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2015) – REDUZIDA EM GRAU 2.....	98
FIGURA 18: GRAFO DE REDE DE CATEGORIAS E PARLAMENTARES POR MODULARIDADE DE CLASSE (COMUNIDADE DE CATEGORIAS-PARLAMENTARES).....	100
FIGURA 19: GRAFO DE REDE DE CATEGORIAS E PARLAMENTARES POR MODULARIDADE DE CLASSE (COMUNIDADE DE CATEGORIAS-PARLAMENTARES) – REDUZIDA EM GRAU 2.....	102
FIGURA 20: GRAFO DE REDE ONE MODE DE CATEGORIAS CONECTADAS POR PARLAMENTARES.....	104
FIGURA 21: GRAFO DE REDE ONE MODE DE CATEGORIAS CONECTADAS POR PARLAMENTARES.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO (1991-2000)	19
TABELA 2: POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO (2000-2010)	19
TABELA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE E POPULAÇÃO EVANGÉLICA.....	20
TABELA 4: POPULAÇÃO EVANGÉLICA – TAXA DE CRESCIMENTO.....	21
TABELA 5: PROJETOS DE AUTORIA E OUTRAS PROPOSIÇÕES.....	50
TABELA 6: DISCURSOS EM PLENÁRIO E EM COMISSÕES PARLAMENTARES	51
TABELA 7: EMENDAS ELABORADAS AO ORÇAMENTO.....	52
TABELA 8: FINANCIAMENTO ELEITORAL – ELEIÇÕES 2010.....	53
TABELA 9: FINANCIAMENTO ELEITORAL – ELEIÇÕES 2010.....	53
TABELA 10: FINANCIAMENTO ELEITORAL – ELEIÇÕES 2010.....	54
TABELA 11: PROPOSIÇÕES NA 54 ^a LEGISLATURA DA CÂMARA DOS	69
DEPUTADOS (2011-2015).....	
TABELA 12: GRAU DE ENTRADA DAS CATEGORIAS.....	75
TABELA 13: GRAU DE SAÍDA DOS ASSUNTOS.....	76
TABELA 14: GRAU DE ENTRADA DOS ASSUNTOS.....	90
TABELA 15: GRAU DE SAÍDA DOS PARLAMENTARES.....	91
TABELA 16: GRAU DE ENTRADA DAS CATEGORIAS.....	99
TABELA 17: GRAU DE SAÍDA DOS PARLAMENTARES.....	102

LISTA DE SIGLAS

ARS – Análise de Redes Sociais

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPGDTS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SD – Partido Solidariedade

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	18
1.1 UMA INCURSÃO SOBRE O FENÔMENO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NO PARANÁ.....	18
1.2 BREVE INCURSÃO NA LITERATURA SOBRE PARLAMENTARES EVANGÉLICOS.....	26
1.3 REALIDADE, OLHAR E AÇÃO: SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA.....	40
CAPÍTULO 2: REDES SOCIAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL	68
2.1 A REDE DE ASSUNTOS E AS CATEGORIAS CENTRAIS CONSTITUÍDAS PARA ESTUDO.....	73
2.2 A REDE DE ASSUNTOS E PARLAMENTARES CENTRAIS.....	86
2.3 REDE DE ASSUNTOS CONECTADOS POR PARLAMENTARES.....	92
2.4 REDE DE PARLAMENTARES CONECTADOS PELOS ASSUNTOS DE SUAS PROPOSIÇÕES.....	93
2.5 REDE DE CATEGORIAS E PARLAMENTARES CENTRAIS.....	95
2.6 REDE DE CATEGORIAS DE PROPOSIÇÕES CONSTITUÍDAS PELO RELACIONAMENTO ENTRE PARLAMENTARES.....	103
2.7 REDE DE PARLAMENTARES CONECTADOS PELAS CATEGORIAS DE SUAS PROPOSIÇÕES.....	105
CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui uma dissertação de mestrado sobre a atuação de quatro parlamentares no Congresso Nacional do Brasil entre os anos 2011 e 2015. A pesquisa está voltada, principalmente, para o estudo do comportamento político e para o desenvolvimento de uma metodologia de análise da atuação de deputados federais.

Buscamos compreender os temas das atuações parlamentares a partir da análise do conteúdo das ementas das proposições realizadas pelos parlamentares. Tal análise pautou-se pela classificação do conteúdo dessas ementas em assuntos e categorias distintas, não trilhamos o caminho de uma categorização político-ideológica das ementas das proposições desse grupo de parlamentares, pois compreendemos que a redação das mesmas nem sempre permite o aparecimento de quaisquer posicionamentos político-ideológicos, ou ainda, sequer permite identificar se os parlamentares autores da proposição utilizam-na para promover um ataque ou uma defesa de determinado posicionamento político ideológico. Para que fosse realizado tal mapeamento seria necessário a contextualização das proposições observando-se os discursos dos autores tanto no plenário da Câmara quanto nas comissões parlamentares, participação em comissões, votações e etc.

Há neste estudo um interesse especial sobre a atuação da bancada paranaense evangélica na 54^a Legislatura, sobre os sentidos dessas atuações e sobre quais os parlamentares se posicionaram como aliados dos mesmos, no interior da Câmara, quando da criação de proposições coletivas. Bem como, compreender em que medida o restante dos deputados federais da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) se faz presente como co-autores das proposições dos mesmos. A bancada paranaense evangélica no período foi composta pelos seguintes parlamentares: André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini e Hidekazu Takayama. No total a FPE contava, no período, com 70 deputados federais e três senadores da república.

Para as atuações desses congressistas dirigimos questionamentos que acreditamos possibilitar compreensões acerca de três faces possíveis dessas atuações: i) Sendo eles parlamentares evangélicos, suas atuações estão, sobremaneira, marcadas por interesses em temas ligados à moral cristã? ii) Existindo por parte deles atuações nesse sentido, são elas fruto de ações coletivas? E ainda, desta vez sobre a segunda face da investigação: iii) Em que medida as atuações, isto é, as proposições parlamentares analisadas, carregam temas que guardam proximidades com temas importantes da teoria do desenvolvimento sustentável escolhida para efeito de análise deste estudo? iv) Em existindo tais proposições, qual o nível de participação do restante de parlamentares da Câmara nas mesmas e de que modo essas participações se mostram mais ou menos coletivas? Por último: v) Quem foram os aliados desses parlamentares nas proposições restantes, qual o nível de participação dos outros parlamentares da Câmara nas mesmas, e qual o sentido dessas atuações coletivas?

Orientamo-nos pelo referencial teórico da Análise de Redes Sociais (ARS) e lançamos estes questionamentos às fontes documentais encontradas como forma de tratar as informações encontradas que versam sobre essas atuações, buscando extrair dos mesmos respostas às questões anteriores.

A investigação acerca dos sentidos dessas atuações recaiu sobre todas as proposições realizadas pelos quatro parlamentares, citados acima, durante os anos da 54ª Legislatura da Câmara (2011-2015). Buscamos essas informações no próprio banco de dados da Câmara (www2.camara.leg.br), e encontramos um conjunto com 504 proposições, que tiveram origem nessas atuações. Tratamos então de identificar todos os autores e coautores das mesmas e de classificar em assuntos e categorias temáticas os temas das ementas dessas proposições. O que nos permitiu, ao usarmos ferramentas informacionais próprias para o estudo de redes sociais, identificar tanto uma rede com 325 parlamentares em ação na Câmara como a presença dos mesmos em atuações marcadas por um conjunto de 335 assuntos diferentes, que por sua vez, e para efeito de análise desta pesquisa, foram reunidos em 45 categorias temáticas distintas.

Resulta dessas etapas um modelo que se mostra viável para a análise da atuação de deputados federais, que prioriza conhecer os sentidos das proposições parlamentares, sejam elas individuais ou coletivas, e as características das ações coletivas que pautam temas e questões no interior da Câmara.

Para melhor apresentarmos este estudo o dividimos em duas partes. No primeiro capítulo apresentamos o início da pesquisa, a incursão no fenômeno do crescimento da população evangélica no Brasil, na região Sul do Brasil, no estado do Paraná e na Microrregião de Paranaguá (principalmente entre os anos 1991 e 2010). Nesse mesmo capítulo, apresentamos ainda uma incursão na literatura sobre parlamentares evangélicos, o método de pesquisa escolhido, as fontes consultadas, breves perfis biográficos dos deputados federais da bancada evangélica do Paraná na 54^a Legislatura da Câmara, os resultados nas urnas que esses mesmos parlamentares alcançaram nos municípios paranaenses na eleição de 2010, os dados da prestação de conta dessas campanhas, nossa incursão na literatura sobre financiamento eleitoral e prestação de contas no Brasil e, por último, as particularidades elencadas acerca do referencial teórico escolhido tanto sobre análise de redes sociais como sobre desenvolvimento sustentável.

No segundo capítulo apresentamos as redes identificadas de parlamentares em ação na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2015, as redes de assuntos e categorias das 504 proposições parlamentares analisadas, as redes de assuntos das proposições e parlamentares autores, as redes de categorias temáticas das proposições parlamentares analisadas e parlamentares autores, apresentando ainda as análises que buscaram tanto responder as perguntas centrais deste estudo como compreender os sentidos das atuações da bancada evangélica paranaense e de todo o conjunto de 325 parlamentares que entre 2011 e 2015, em momentos diferentes, se mostraram aliados desses congressistas paranaenses nessas 504 proposições analisadas.

CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

1.1 UMA INCURSÃO SOBRE O FENÔMENO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NO PARANÁ.

No Brasil, cerca de 22% da população é evangélica. No estado do Paraná o número é quase o mesmo. Diferenciando-se do quadro nacional e estadual, na Microrregião de Paranaguá, ou seja, nos sete municípios do litoral do estado, esse número chega a quase 36%. (Censo IBGE 2010).

Com um recuo cronológico de trinta anos, o Censo demográfico 1982 apontou que em 1980 os evangélicos correspondiam a um universo bem menor, cerca de 6,6% do total de brasileiros. (Censo IBGE 1982). Considerando os números dos Censos demográficos 1991 e 2010, têm-se que a população total do Brasil, da região Sul, do estado do Paraná e da Microrregião de Paranaguá no ano de 1991 era de 146.815.818, 22.129.097, 8.448.600 e 174.962 respectivamente, e que as mesmas passaram para 169.872.856, 25.110.348, 9.564.643 e 235.840 em 2000. Passando, posteriormente, para 190.755.799, 27.386.891, 10.444.526 e 265.392, respectivamente, em 2010. Estes crescimentos populacionais possibilitaram as seguintes taxas de crescimento entre 1991 e 2000: Brasil, 15,70%; Sul, 13,74%; Paraná, 13,21% e Microrregião de Paranaguá com 34,79%. Já entre os anos 2000 e 2010 os números da taxa de crescimento foram: 12,29%; 9,07%; 9,20% e 12,53%. (Censos IBGE 1991, 2000, 2010). As tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam essas informações, exceto as referentes à população evangélica, que podem ser vistas nas tabelas 3 e 4.

No que se refere ao número total da população evangélica, o Censo demográfico 1991 mostra: Brasil, 12.567.987; Sul, 2.366.909; Paraná, 899.585 e a Microrregião de Paranaguá com 32.963. (Censo IBGE 1991). No Censo IBGE 2000 têm-se os seguintes números: Brasil, 26.184.941; Sul, 3.849.564; Paraná, 1.590.378 e a Microrregião de Paranaguá com 62.642. Comparando o crescimento da população evangélica brasileira por regiões, entre os censos de 1982 e o de 2000

têm-se para a região nordeste um crescimento de 3.4% para 10.3%. No sul passou de 9.8% para 15.3%. Nas demais regiões, os números são, respectivamente, os seguintes: norte, 7.9% e 19.7%; sudeste, 7.2% e 17.5%; e centro-oeste, 8.0% e 18.9%. No censo de 2010, por sua vez, os números são: Brasil, 42.275.440; Sul, 5.527.796; Paraná, 2.316.213 e a Microrregião de Paranaguá com 94.306.

Tabela 1: População residente e taxa de crescimento (1991-2000)

REGIÃO	1991	2000	TAXA DE CRESCIMENTO
Brasil	146.815.818	169.872.856	15,70%
Região Sul	22.129.097	25.110.348	13,74%
Paraná	8.448.600	9.564.643	13,21%
Microrregião de Paranaguá	174.962	235.840	34,79%

Fonte: Censo IBGE

Sobre a proporcionalidade da população evangélica em relação ao total da população brasileira o Censo demográfico 1991 aponta que 8,56% da população brasileira era composta por evangélicos, no Sul do país a taxa era de 10,70%, no Paraná 10,65% e na Microrregião de Paranaguá 18,84%. Passando para 15,41%, 15,33%, 16,63% e 26,56% em 2000 e para 22,16%, 20,18%, 22,18% e 35,53% em 2010, respectivamente.

Tabela 2: População residente e taxa de crescimento (2000-2010)

REGIÃO	2000	2010	TAXA DE CRESCIMENTO
Brasil	169.872.856	190.755.799	12,29%
Região Sul	25.110.348	27.386.891	9,07%
Paraná	9.564.643	10.444.526	9,20%
Microrregião de Paranaguá	235.840	265.392	12,53%

Fonte: Censo IBGE

Outros dados interessantes são as taxas de crescimento dessa população evangélica. Entre 1991 e 2000, para o Brasil, a taxa é de 108,35%, para o Sul 62,64%, Paraná 76,79% e Microrregião de Paranaguá com 90,04%. Já entre 2000 e 2010 estas taxas foram de 61,45%, 43,60%, 45,64% e 50,55% respectivamente.

Uma pesquisa mais detalhada sobre o crescimento da população evangélica no estado do Paraná desde o censo de 1991 até o censo 2010, considerando caso a caso todos os municípios do estado, mas sem fazer qualquer tipo de distinção entre as denominações evangélicas, foi também realizada com o intuito de conhecer detalhes desse crescimento de tal modo que pudéssemos aprofundar a observação sobre o fenômeno em sua dimensão territorial, isso nos municípios e regiões do estado do Paraná. Seu resultado pode ser visto de forma sistematizada nos mapas abaixo.

Todos eles foram elaborados a partir de dados da tabela 137 do IBGE – População residente por religião. Os três primeiros mapas localizam a população evangélica por município. Isso de acordo com os Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 3: População residente e população evangélica

Microrregião de Paranaguá	1991	2000	2010
População Total	146.815.818	169.872.856	190.755.799
População Evangélica	12.567.987	26.184.941	42.275.440
Percentual	8.56	15.41	22.16
Região Sul	1991	2000	2010
População Total	22.129.097	25.110.348	27.386.891
População Evangélica	2.366.909	3.849.564	5.527.796
Percentual	10.7	15.33	20.18
Paraná	1991	2000	2010
População Total	8.448.600	9.564.643	10.444.526
População Evangélica	899.585	1.590.378	2.316.213
Percentual	10.65	16.63	22.18

Microrregião de Paranaguá	1991	2000	2010
Microrregião de Paranaguá	1991	2000	2010
População Total	174.962	235.840	265.392
População Evangélica	32.963	62.642	94.306
Percentual	18.84	26.56	35.53

Fonte: Censo IBGE

Tabela 4: População evangélica – taxa de crescimento

REGIÃO	1991-2000	2000-2010
Brasil	108,35%	61,45%
Região Sul	62,64%	43,60%
Paraná	76,79%	45,64%
Microrregião de Paranaguá	90,04%	50,55%

Fonte: Censo IBGE

No mapa a seguir (Figura 1), a concentração mais expressiva de evangélicos no ano 1991 está na capital do estado, Curitiba, e no seu entorno, os municípios da região metropolitana de Curitiba. Seguida de uma concentração bastante menor em alguns poucos municípios da região Norte do estado, e de uma menor ainda nos da região Oeste. No restante do estado, não há concentrações que se destacam, exceto poucos municípios na região central, e uma última que localiza o município de Paranaguá, por sua vez no litoral do estado.

Também a seguir, no mapa da população evangélica nos municípios paranaenses – Censo IBGE 2000, (Figura 2), o crescimento da população evangélica entre os anos 1991 e 2000 é perceptível em boa parte do estado. A concentração de evangélicos mais expressiva continua localizada na capital, Curitiba, e no seu entorno, a região metropolitana de Curitiba. Seguida de uma concentração menor na região Norte do estado – apesar de ser de destaque o crescimento dessa população nessa região entre 1991 e 2000 – e de uma bastante menor ainda na região Oeste, onde a população evangélica também cresceu. No restante do estado não há concentrações que se destacam como as citadas, exceto

em alguns municípios da região central e a do município de Paranaguá, que seguiu registrando crescimento da população evangélica.

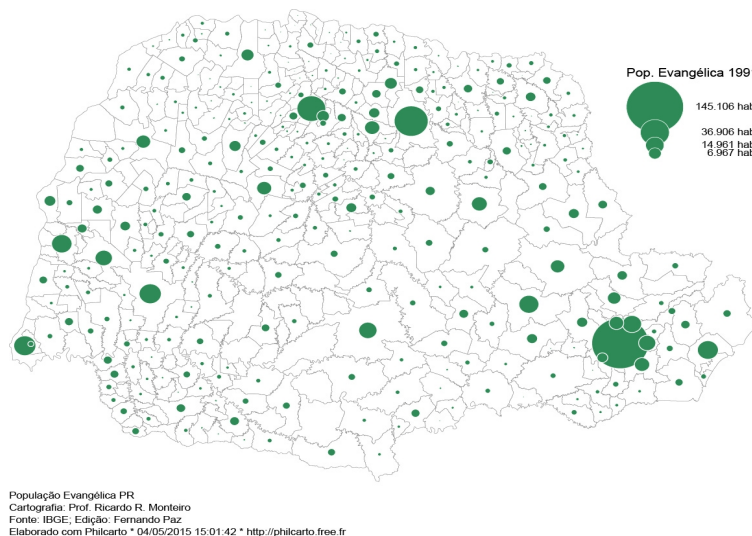


Figura 1: Mapa da população evangélica nos municípios paranaenses – Censo IBGE 1991.

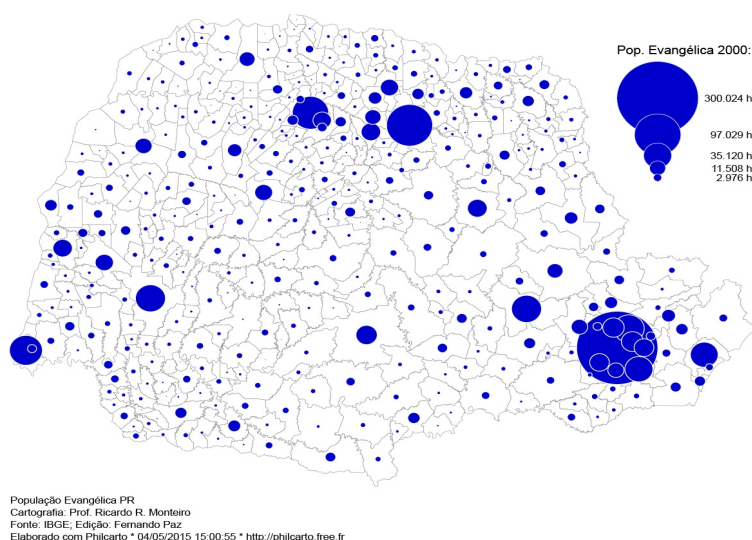


Figura 2: Mapa da população evangélica nos municípios paranaenses – Censo IBGE 2000.

No mapa da população evangélica nos municípios paranaenses – Censo IBGE 2010, (Figura 3), vemos que o crescimento da população evangélica entre os anos 2000 e 2010 é perceptível quase que na totalidade do estado. A concentração

de evangélicos mais expressiva continua localizada na capital, Curitiba, e no seu entorno, a região metropolitana de Curitiba. Seguida de uma considerável concentração nas regiões Norte e Oeste do estado. No restante do estado há concentrações que se destacam na região central do estado, mas também nas regiões Sul, Sudeste e Noroeste. No município de Paranaguá a população evangélica também registrou crescimento entre 2000 e 2010.

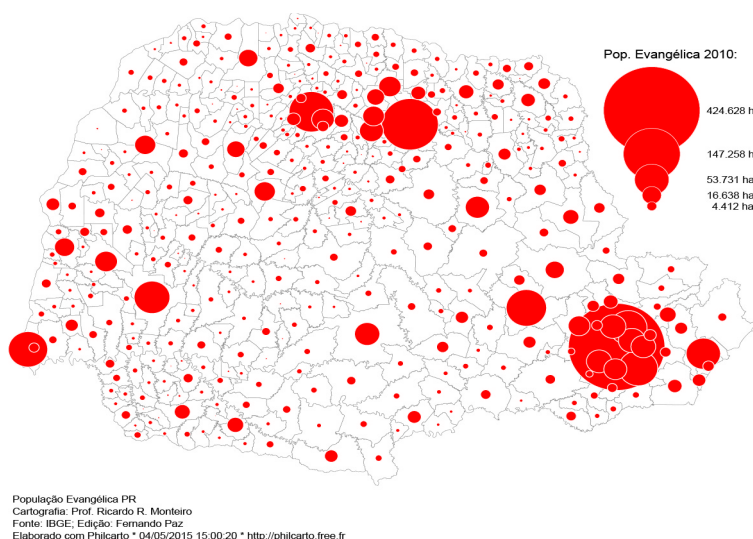


Figura 3: Mapa da população evangélica nos municípios paranaenses – Censo IBGE 2010.

Nos mapas das figura 4 e 5, a seguir, o crescimento ou decréscimo da população evangélica em cada um dos municípios paranaenses entre os anos 1991 e 2010, bem como a falta de informações desse tipo, aparecem representadas em cores frias e quentes. Trata-se de mapas de variação da população evangélica que em razão da abrangência temporal dos dados demográficos, da existência de três censos demográficos (1991, 2000 e 2010) que nos serviram como fontes documentais, da expressiva variação dessa população, e da busca por uma apresentação didática desses dados, foram divididos em dois mapas diferentes que seguem um mesmo padrão de representação.

No mapa da variação da população evangélica no Paraná 2000-1991 (Figura 4), os municípios representados na cor branca são aqueles para os quais não foram obtidas informações no Censo 1991. Para todos os outros municípios as cores frias, dois tons de azul, representam aqueles com variações negativas e, as cores quentes, dois tons de amarelo, laranja e vermelho, representam aqueles com variações positivas.

Adiante apresentamos o mapa da variação da população evangélica no Paraná 2010-2000 (Figura 5), que em comparação com os dados apresentados na Figura 4, percebe-se a inexistência de municípios representados na cor branca, ou seja, não há casos para os quais o Censo demográfico 2000 e 2010 não tenha obtido informação desse tipo. Nota-se ainda quase que completo desaparecimento dos casos em que a população evangélica decresceu. Estes, seguindo o padrão de representação adotado, estão representados pelas cores frias – dois tons de azul. Para todos os outros municípios há predomínio das cores quentes, dois tons de amarelo, laranja e vermelho, representando aqueles com variações positivas. Este últimos, com destaque para aqueles representados pelas cores laranja e vermelho.

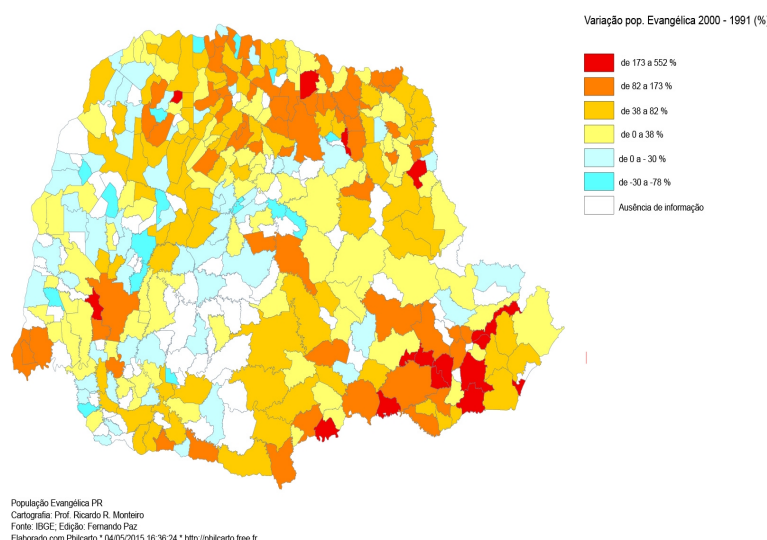


Figura 4: Mapa da variação da população evangélica no Paraná 2000-1991.

Considerando os Censos demográficos (IBGE) de 1982 e 2010 vemos que entre 1980 e 2010 a população evangélica saltou de 6,6% para 22% do total da população brasileira. Atrelado a esse crescimento está a participação dos evangélicos na mídia eletrônica, rádio e televisão, na economia, com um setor todo voltado à produção e venda de uma gama enorme de produtos para evangélicos, e na política, seja como eleitor alvo do discurso “*irmão vota em irmão*”, seja como candidato ou eleito para o executivo ou para o legislativo, bem como na condição de sujeitos ativos em outras arenas públicas da manifestação política.

Há toda uma série de mudanças sociais trazidas à cena pública pelo crescimento da população evangélica no Brasil, principalmente desde a década de 1980. Um desses fenômenos observados é o crescimento da participação dos parlamentares evangélicos nas casas legislativas brasileiras, tanto no nível dos estados como no federal. E é em razão deste último fenômeno elencado que se nota a pertinência, e a possibilidade, de mais um estudo sobre parlamentares evangélicos no Brasil. Soma-se a isso, e mais adiante veremos em detalhe, algo tão importante como o fenômeno que acabamos de apresentar, ou seja, o sucesso nas urnas que esse grupo de parlamentares obteve nas eleições do ano 2010. Somados os fenômenos encontrados, eis as principais razões que para nós possibilitam este trabalho e mostram a pertinência do mesmo na contemporaneidade brasileira.

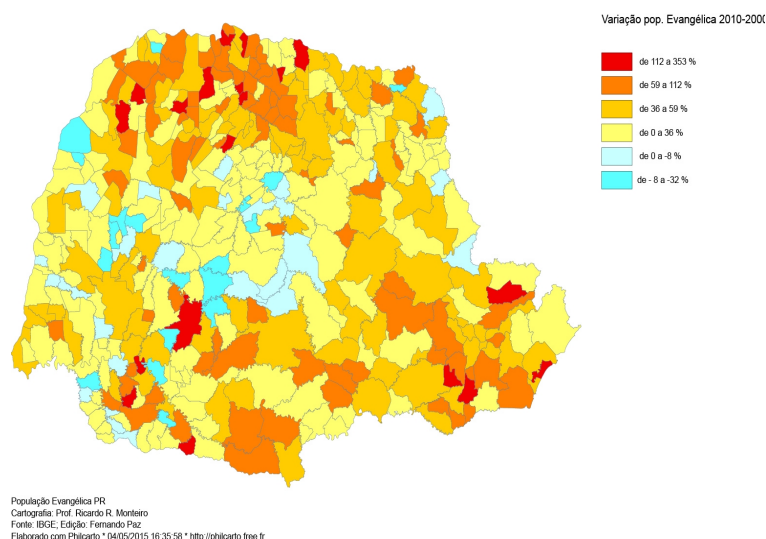


Figura 5: Mapa da variação da população evangélica no Paraná 2010-2000.

1.2 BREVE INCURSÃO NA LITERATURA SOBRE PARLAMENTARES EVANGÉLICOS.

A literatura acadêmica sobre a participação dos religiosos na política brasileira é vasta. Tanto a parte dedicada à presença dos católicos na política ou às relações da igreja Católica com o Estado brasileiro, antes e depois de quase quatro séculos como religião oficial (1500-1891), como àquela que se volta à participação dos evangélicos ou à participação de algumas igrejas evangélicas na política, estes últimos sobretudo desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, são ricas em exemplos de como abordar o objeto, fontes para consultas e métodos usados. Possibilitando que as publicações sobre o objeto alcançassem números crescentes e significativos ao longo de várias décadas, sobretudo de artigos, mas também de dissertações e teses, que em alguns casos já estão publicadas em formato de livro.

Para uma breve apresentação dessa literatura foram selecionados estudos publicados a partir do ano 2003, ano de formalização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional. Com isso buscávamos conhecer a participação de igrejas evangélicas na política recente e, principalmente, atuações

de parlamentares evangélicos no período posterior à fundação da mesma, a própria atuação da FPE, sendo de nosso interesse, ainda, as metodologias utilizadas, os recortes temporais e os desenhos dos objetos pesquisados nos estudos selecionados.

Em 2003, Ari Pedro Oro, com seu artigo *Organização eclesial e eficácia política: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus*, partindo de um interesse teórico de inspiração weberiana acerca do carisma pessoal e do carisma de função, também chamado carisma de instituição, chegou a compreender que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) ao mesmo tempo que tem um fundador possuidor de carisma é ela também possuidora de carisma. Assim sendo, é uma compreensão desse carisma de instituição que deve ser considerada para que possamos entender o sucesso crescente da IURD na política brasileira. Um dos argumentos do autor é que tal sucesso deve-se à forma de organização eclesial, que segundo o mesmo é carismática e centralizadora, centrada na figura do seu fundador, Edir Macedo, mas também deve-se a capacidade da mesma de trazer para a política "*elementos práticos e simbólicos do campo religioso*". (Oro, 2003, p. 1).

Com uma investigação que analisou tanto uma literatura especializada sobre carisma, religião, política, entre outros assuntos, quanto exemplares de jornais que abordaram questões relacionadas ao tema da pesquisa, o autor conseguiu acompanhar alguns casos de sucesso eleitoral de membros ligados à IURD, como também acompanhar o insucesso eleitoral de candidatos que após se desligaram da IURD não mais obtiveram o sucesso de outrora, bem como o insucesso de candidaturas de fiéis da IURD que não receberam apoio oficial da direção da igreja e não foram eleitas, isso entre os anos 1986 e 2003. Algo fundamental para as conclusões a que o autor chegou, de que a mesma, a IURD, pelo menos a partir de 1997, adotou o modelo de candidatura oficial da igreja, aquelas canceladas pela instituição – cuja a prerrogativa de escolha dos candidatos é exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da igreja (Oro, 2003, p. 5) – a partir, inclusive, de um levantamento de dados eleitorais dos fiéis, o que fora utilizado pela própria igreja para que a mesma pudesse ter uma noção mais apurada do tamanho da base

eleitoral que intencionava alcançar e, com isto, planejar o número de candidatos que poderia apoiar. Isto tudo no sentido de apoiar somente um número tal de candidatos que aumentasse as chances de eleição dos mesmos, não incorrendo no risco de apoiar muitos candidatos e assim ver a base eleitoral identificada dividida em apostas várias, o que diminuiria a chance dos candidatos apoiados pela igreja de se elegerem.

Oro afirma ainda que

“a racionalidade política da Igreja [IURD] vai além disso. Dependendo da eleição, ela distribui seus candidatos segundo bairros, cidades ou regiões, para serem apoiados separadamente pelos diferentes templos locais. Dessa forma, pode saber antecipadamente o número aproximado de votos de cada candidato.” (Oro, 2003, p.5).

Em 2006, Ricardo Mariano, publicou o artigo *A reação dos evangélicos ao novo Código Civil*. Neste estudo sobre o comportamento político de evangélicos e de parlamentares evangélicos em relação ao novo Código Civil, em vigor desde 2003, o autor analisou a reação evangélica ao referido Código, conseguindo compreender e demonstrar os mecanismos usados coletivamente por parlamentares evangélicos, pastores, bispos, líderes eclesiais, consultores jurídicos, entidades e igrejas, por dentro e por fora do parlamento e do governo brasileiros, para conseguirem marcar posição sobre o Código Civil com alteração significativa em relação à primeira redação apresentada para debate, que no entender dos evangélicos não devia ser aprovada tal como fora apresentada já que prejudicaria o funcionamento das igrejas. A conquista evangélica só foi possível graças ao tamanho empenho organizado dessa parcela da sociedade. (Mariano, 2006).

Em 2011, Bruna S. do A. Dantas, em sua tese de doutorado *Religião e Política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal*, pesquisou as ideologias religiosas e políticas dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica entre os anos 2007 e 2011. A autora utilizou uma metodologia dividida em duas frentes, tendo na primeira entrevistas semi-estruturadas que foram aplicadas em 42 entrevistas; os entrevistados foram parlamentares federais, suplentes, deputados

distritais, ex-parlamentares e assessores legislativos. Uma segunda frente metodológica baseou-se na análise de documentos tais como: discursos parlamentares pronunciados no plenário da Câmara dos Deputados (doravante CD), emendas constitucionais, projetos de lei, relatórios das reuniões da bancada evangélica e *sites* oficiais de cada parlamentar. (Dantas, 2011, p.136).

Dantas também constatou, assim como outros pesquisadores que a antecederam em pesquisas sobre os evangélicos na política brasileira (Oro, 2003; Bohn, 2006), que a assim chamada bancada evangélica, pelo menos entre os anos 2007 e 2011, não apresentou unidade política.

“Os parlamentares pertencem a diferentes igrejas e partidos, com posições ideológicas distintas. Em função dessa diversidade político-partidária, eles divergem nas votações que ocorrem na Câmara Federal, não existindo o que se poderia chamar de 'voto evangélico'”. (Dantas, 2011, p.47).

No entanto, assim como também já constatado em estudos anteriores (Oro, 2003; Bohn, 2006), Dantas pode identificar que temas ligados à moralidade ocupam lugar de destaque nas discussões travadas nas reuniões da bancada evangélica que a autora pode acompanhar.

“Os parlamentares pentecostais e protestantes, que apresentam diferentes matizes ideológicos e filiações partidárias, só mantêm a aparente unidade quando discutem temas que envolvem valores morais e princípios cristãos, divergindo consideravelmente nos debates sócio-políticos e econômicos.” (Dantas, 2011, p.60).

A autora ainda ressalta que mesmo o maior consenso existente entre os parlamentares da FPE, a moralidade, encontra divergências tais que impedem a unanimidade nas ideias e ações de seus integrantes. Nem mesmo a moralidade é uma unanimidade no interior da bancada evangélica.

Em 2013, Christina Vital e Paulo Lopes, no livro *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*, apresentam um estudo que por sua vez se insere na área do comportamento político de parlamentares evangélicos e de evangélicos não parlamentares. Os autores objetivaram refletir, valendo-se de um olhar antropológico, sobre o poder de barganha dos evangélicos dentro do parlamento e do governo brasileiros a partir das pautas Descriminalização do Aborto e Escola Sem Homofobia, ambas de 2010. Segundo os autores, os grupos evangélicos reverberam pensamentos e tendências presentes na sociedade brasileira por meio de posicionamentos que discriminam minorias sexuais e colocam em xeque o Estado laico. Ao explicarem algumas razões que os levaram para o estudo dos evangélicos escreveram:

“Nosso investimento analítico nesse grupo [os evangélicos] tem relação com o fato indubitável de que a sua presença alterou as relações solidificadas que existiam nos campos político, religioso e social. Isto porque a presença dos evangélicos deu visibilidade para antigas questões e atores que não eram muito vistos e para situações que não eram acentuadas e legitimamente questionadas, como a própria presença do religioso no espaço público – seja em instituições como Judiciário, Assembleias Legislativas e Câmaras, hospitais e asilos públicos, nas escolas etc. Com o avanço dos evangélicos na política na década de 1980, a discussão em torno da laicidade do Estado e da secularização da sociedade se fez mais presente. Entendemos que a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um *empowerment* de diferentes tradições religiosas (embora isto possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no 'discurso dos direitos' e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos).” (Vital e Lopes, 2013, p.15).

Como os autores objetivavam encontrar elementos que permitissem pensar o poder de barganha dos evangélicos no parlamento e no governo brasileiros, se cercaram de várias frentes investigativas, começando com a leitura de literatura

especializada na interface entre religião e política no Brasil, passando à análise das audiências públicas sobre os temas Descriminalização do Aborto e Escola Sem Homofobia e à observação direta do Culto Evangélico na Câmara dos Deputados e da reunião da Frente Parlamentar Evangélica, eventos acontecidos em Brasília/DF. Contribuiu ainda como fonte da pesquisa 18 entrevistas realizadas com parlamentares, lideranças religiosas evangélicas, estudiosos e representantes de organizações não governamentais ligadas historicamente à defesa dos direitos sexuais reprodutivos no Brasil, e mais, a leitura pela internet das revistas *Veja* e *Carta Capital* e dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*; investidas para localizar no tempo o início das polêmicas e debates sobre os dois casos, os ciclos dos mesmos, os atores e os discursos envolvidos.

Uma observação alcançada por Vital e Lopes nesse estudo é

“que os atores religiosos [evangélicos e católicos] operam atualmente afirmando e defendendo a laicidade do Estado. Sendo assim, eles não defendem publicamente o estabelecimento de um Estado religioso, mas querem que a sua presença tenha a força e legitimidade que outros grupos de opinião e pressão também exercem sobre o Estado.” (Vital e Lopes, 2013, p.20).

Inclusive constataram que determinados grupos evangélicos advogam em favor da igualdade de acesso e relação com o Estado brasileiro para todas as religiões (Giumbelli 2011¹ apud Vital e Lopes, 2013, p.02; Fischmann, 2009; Oro, 2011). Indo além nas constatações, apontam os religiosos evangélicos como aqueles que são porta-vozes do discurso que afirma existir diferença entre laicidade e laicismo:

“Argumentam que laicidade – que, na abordagem por eles defendida, significaria a separação ou independência do Estado em relação à religião – não deve e não pode ser confundida com *laicismo*. Para estes religiosos, *laicismo* significaria a negação (e não separação) do religioso da esfera

¹ GIUMBELLI, Emerson. “*Ensino religioso na escola pública e algumas questões mais gerais sobre religião e sociedade*”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.). **Religião e Cidadania**. São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

pública e do Estado. Resultam desse argumento duas implicações interligadas: a defesa da 'igualdade' de tratamento do Estado na direção das religiões e a defesa da religião como mais um grupo de pressão político-social que, portanto, tem o 'direito' de desfrutar do mesmo espaço social que diversos grupos e movimentos seculares.” (Vital e Lopes, 2013, pp.20-21).

Os autores observam ainda que a presença dos evangélicos no espaço público durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 se mostrou organizada politicamente inclusive com representação dentro do Estado, mas que, antes disso, os evangélicos já participavam no espaço público, pelo rádio, desde 1940 e, pela televisão, desde 1960. A participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1986 teria apresentado uma marcante fronteira no tempo e no espaço: antes o ascetismo intramundano, depois a participação ativa na política.

Segundo os autores, o início da FPE se deu na década de 1990, acompanhando o crescimento de candidatos políticos e de parlamentares declaradamente religiosos, tanto católicos como evangélicos, e que sua fundação objetivava

“combater no Congresso Nacional (...) a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais” (Freston 1993² apud Vital e Lopes, 2013, p.43).

Além dessa extensa pauta de reivindicações e objetivos a ser perseguidos pelos parlamentares evangélicos, os autores apontaram não existir homogeneidade na atuação dos mesmos. A partir de estudos de outros pesquisadores, os autores apontaram algumas novidades trazidas por esses parlamentares evangélicos, tais como:

² FRESTON, Paul. **Evangélicos e Política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment**. Tese de doutoramento. São Paulo: DCS/IFCH/Unicamp, 1993.

“Os evangélicos teriam estabelecido a confessionalização da política partidária (Machado 2006) criando, além de uma apresentação do político definida por sua inscrição religiosa, partidos próprios como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), em 2005, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e o Partido Ecológico Nacional (PEN), em 2012, ligado à Assembleia de Deus – maior igreja evangélica no Brasil com mais de 12 milhões de auto-declarações, segundo dados do Censo IBGE 2010. Mariano (2011) sustenta que a força política desse grupo religioso só foi possível porque os principais partidos laicos buscaram estabelecer alianças com eles a fim de cooptar o apoio eleitoral, apostando que os fiéis das igrejas são como rebanhos conduzidos por seus pastores (Mariano, 2011).” (Vital e Lopes, 2013, p.43).

Voltando à questão da não homogeneidade da atuação do congressista evangélico, uma constatação que como vimos também fora alcançada por Vital e Lopes (2013), lembramos que Ari Pedro Oro, dez anos antes (2003), também apontou, a partir de conclusões de um estudo que data do ano 2002, e que à época ainda não estava publicado, de Alexandre Brasil Fonseca, intitulado *Religion and democracy in Brazil (1998-2001): a study of the leading evangelical politicals*, que a assim chamada bancada evangélica não constituía, pelo menos até aquele então, um grupo político coeso que apresentasse unidade em temas e votações no parlamento nacional. Salientando que a unidade evangélica se dava apenas em torno de temas relativos à moral. (Oro, 2003). E Simone R. Bohn no seu artigo *Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*, publicado em 2004, lembra que antes ainda, em 1989, Antônio F. Pierucci, em estudo sobre os deputados federais evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte de 1986 intitulado *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte*, também afirmou que a bancada evangélica daquela legislatura “não apresentou uma completa homogeneidade política e ideológica”, apesar de ter o mesmo ter identificado que parlamentares evangélicos defenderam bandeiras “socioeconômicas direitistas tradicionais” e se autoproclamaram “como os guardiões de uma moralidade familiar e social.” (Pierucci, 1989³, apud Bohn, 2004, p. 293).

³ PIERUCCI, A. F. O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 11, p. 104-32, 1989.

Amalgamando valores e propostas de comportamento social e as transformando em bandeiras políticas, juntando aliados de mesmo peso tanto para levar adiante os objetivos comuns dentro do parlamento como para levantar legendas partidárias mais abertas às suas bandeiras, os evangélicos ativos na política brasileira teriam conquistado um espaço de representação política ao lado de outros representantes eleitos. Esta proximidade, e a possibilidade de atuação conjunta, tão necessária às vitórias por maioria simples nas votações do Congresso Nacional, possibilitou associações com outros parlamentares religiosos não evangélicos, como os católicos e, também, por exemplo, com a Frente Parlamentar Ruralista. De acordo com Vital e Lopes, e sobre estes últimos casos:

“Além da associação entre esses atores [parlamentares evangélicos e parlamentares católicos, com início no ano 2003, ano de formalização da FPE, dez anos após a sua criação], vale indicar o recente estreitamento de laços entre a FPE e a Frente Ruralista no Congresso Nacional. Um dos casos indicados por dois informantes, revela a importância da FPE na aprovação do texto da reforma do Código Florestal no modo como os ruralistas desejavam.” (Vital e Lopes, 2013, p.118).

Ainda sobre a FPE, os autores apontaram números referentes à participação parlamentar na frente em três legislaturas da Câmara dos Deputados, isto a partir do ano 2003. Para o período anterior, época que a FPE ainda não estava formalizada, os dados que encontramos estão reunidos no estudo de Oro (2003), que apontou, a partir de informações colhidas na revista *Época*, de 02/10/2000, 53 parlamentares evangélicos atuando na 51ª Legislatura (1999-2003) (Oro, 2003, p.04), como também na pesquisa de Almeida (2014) que apontou, para a eleição de 1998, que os evangélicos teriam sido eleitos em número de 49 parlamentares, em 1994 obtiveram 30 cadeiras e, em 1990, alcançando 23 representantes (Almeida, 2014, p.122 apud Mariano 2009).

Vital e Lopes (2013), apontaram para a 52ª Legislatura (2003-2007) que o número total de parlamentares da FPE teria alcançado 90 membros. Na 53ª (2007-2011), o número teria variado entre 30, no início da legislatura, e 51, ao seu término. Já em relação a 54ª (2011-2015), a frente teria contado com 70 parlamentares. (Vital

e Lopes, 2013, pp.187-190); Mariano (2011, p.251), por sua vez, apontou para essa legislatura o número de 71 deputados federais e três senadores. Para a 54ª, Vital e Lopes (2013) informaram ainda os nomes dos parlamentares de acordo com uma lista oficial disponibilizada pela própria FPE; a mesma lista pode ser vista no Anexo A (no Anexo B inserimos uma lista contendo os nomes das denominações religiosas e número de deputados federais fiéis dessas igrejas que estavam presentes na 54ª Legislatura).⁴ E ainda, a partir de entrevistas, os mesmos autores obtiveram informações esclarecedoras sobre os temas de interesse da frente, sua estrutura organizacional e forma de funcionamento, tal como se pode ver aqui:

“A FPE, de 1993 até 2002, seria, conforme declarações de um dos entrevistados, 'um grupo de parlamentares evangélicos que se reuniam para orar ou pra discutir alguns assuntos'. Já em 2003, a FPE tornou-se oficial, passando a dispor de regimento interno, estatuto, requisitos para ser aceito e também para ser excluído da Frente, quando for o caso. Foi nesse momento que se instituiu a diretoria, a presidência e os grupos temáticos de trabalho. Os temas cobertos pela FPE são: saúde, educação, questão indígena, questão da mulher, violência contra a criança, questão LGBT, pedofilia. Sendo assim, há os parlamentares que são acionados como referência em cada área temática. A deputada federal Lilian Sá (PSD-RJ), por exemplo, é a referência para tudo que diga respeito à criança; o senador Magno Malta é a referência para o assunto pedofilia. Para a questão indígena a referência é o deputado federal Henrique Afonso (PV-AC) porque, conforme lembrou uma entrevistada da pesquisa, 'ele é casado com uma indígena, é pai de um indígena, é do Acre, tem toda uma história com os povos das florestas, então, ele tem toda uma visão antropológica diferenciada dos demais'. Além da organização por área temática, cada parlamentar dispõe de uma assessoria técnica para auxiliar em seus trabalhos pela FPE.” (Vital e Lopes, 2013, p.157).

⁴ Ressaltamos aqui a dificuldade em se conseguir esses números, ou melhor, encontrarmos fontes que informam os mesmos números para as mesmas legislaturas, e reparamos que em outro estudo consultado (Smiderle *et. al* 2010) os autores apontaram, a partir de fontes analisadas e citadas no estudo, para a 53ª Legislatura o número de 40 parlamentares e, para a 54ª, entre 63 e 71 parlamentares. Acreditamos que estes desencontros tem relação com a dificuldade dos interessados em acompanhar todas as entradas e saídas no parlamento, já que é comum que parlamentares não exerçam seus mandatos desde o primeiro dia até o último da legislatura para a qual foram eleitos, e isto pode estar dificultando uma coleta de dados desse tipo. Uma outra hipótese que deve ser considerada diz respeito às entradas e saídas de parlamentares na própria FPE. No entanto, em nenhum dos estudos por nós consultados estas hipóteses foram levantadas.

O trecho acima permite uma noção do funcionamento da FPE quando da atuação de seus membros no parlamento. Em outra parte do estudo Vital e Lopes apontam ainda outras características da forma de atuação dos parlamentares da FPE:

“Na FPE há grupos de trabalho compostos por parlamentares, pastores e outros colaboradores. Um desses grupos é o da família, cujos parlamentares ficam responsáveis por atuarem fortemente, senão exclusivamente, nessa agenda no Congresso Nacional. Assim acontece com toda e qualquer questão que afete ao tema do grupo de trabalho ao qual o parlamentar da FPE está vinculado.” (Vital e Lopes, 2013, p.154).

Concluindo que a FPE não só estava acompanhando, à época da pesquisa, cerca de 400 projetos no Congresso Nacional, como tinha dado demonstrações de seu poder de interferência em dezenas de projetos, como por exemplo aqueles voltados para as políticas de prevenção à AIDS, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, a descriminalização do aborto, bem como de sua movimentação coletiva em direção à aprovação de propostas alinhadas com seu sistema de crenças, sendo o caso, por exemplo, do projeto do Estatuto do Nascituro. O que demonstraria, contundentemente, segundo os autores, um comportamento político coletivo que objetiva moralizar a sociedade a partir de seus próprios valores.

No estudo de Vital e Lopes há duas considerações de terceiros que ilustram bem o teor do conteúdo das próprias conclusões, citadas anteriormente, a que os autores chegaram com o estudo. O que deve ter contribuído para que as conclusões fossem aquelas e não outras. Apesar da observação dos autores de que não há homogeneidade na atuação dos parlamentares evangélicos, conforme mostrado anteriormente, como vimos, uma conclusão também de outros estudiosos (Oro, 2003; Bohn, 2004; Dantas, 2011).

A primeira das considerações, a seguir, foi obtida pelos autores através da leitura de uma página da internet e tem como autor o pastor Silas Malafaia, e a

segunda, de autoria do pastor e parlamentar Marco Feliciano, a partir de entrevista realizada pelos próprios autores para o referido estudo; vejamos:

“Existe um jogo pesado e creio que Satanás está por trás disto. Todos podem influenciar na política: metalúrgicos, médicos, filósofos, sociólogos etc. Todo tipo de ideologia, inclusive a ideologia humanista/materialista, que nega a existência de Deus, pode influenciar na política. Mas o estilo de vida cristã, não! Isto é um absurdo! O povo de Deus não pode cair neste jogo. As nações mais poderosas e democráticas do mundo foram influenciadas, em todas as suas instâncias, pelo Cristianismo”. Silas Malafaia. (Vital e Lopes, 2013, p.22).

“Já como parlamentar, a nossa briga aqui tem sido terrível porque, como eu represento um segmento de luta única e exclusivamente pela família, porque a família é a base da sociedade. Nós vivemos hoje no mundo da influência da ONU, que quer mandar nos governos; e nós sabemos o pensamento da ONU, desde 1960 pra cá, da revolução sexual; há um pensamento dos intelectuais que há uma explosão demográfica incontida e isso pode levar à falência do planeta por causa das suas reservas naturais que estão se extinguindo; isso é o que eles apelam; em função disso, houve uma união entre vários militantes de vários segmentos, a começar pelas feministas, as abortistas, o pessoal do grupo LGBT, e se uniram pra que a família seja atingida.” Marco Feliciano. (Vital e Lopes, 2013, p.154).

As ideias que os dois religiosos expressam merecem atenção na medida em que se afeiçoam sem sobras em um mesmo projeto de moralização da sociedade brasileira a partir de determinados e selecionados valores morais cristãos e da participação ativa na política; mesmo que este nosso estudo aqui não tenha alcançado um compreensão sobre a totalidade das características de tal projeto, nem de sua força e capilaridade na sociedade e no parlamento brasileiros.

Leonardo Almeida, em 2014, publicou o seu estudo, fruto da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais na UERJ, acerca dos evangélicos e a política no Brasil, intitulado *O que Saber sobre os Evangélicos e a Política no Brasil: Partidos, Representações e Eleições Presidenciais*.

A pesquisa pautou-se por duas abordagens distintas e complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira fora

“feita através de levantamento bibliográfico sobre as características da política brasileira e as diretrizes institucionais cunhadas pelas cúpulas das principais igrejas evangélicas em relação à política.” (Almeida, 2014, p.20).

Analisando “a *intenção de voto e o comportamento do eleitorado evangélico*”. (Almeida, 2014, p.20), o autor realizou a segunda das abordagens. Com isso analisou o papel desempenhado pelos evangélicos na política brasileira desde meados de 1980.

O fim dos governos militares no Brasil e o estabelecimento dos sistemas partidário e eleitoral compreende, para o autor, as bases que algumas igrejas evangélicas utilizaram, e ainda utilizam, para participarem da política partidária e eleitoral. Almeida comparou o sistema político brasileiro com o do Chile, o crescimento dos evangélicos nos dois países, e ainda, a participação dos evangélicos na política dos dois países. Concluindo que o modelo brasileiro, com seu multipartidarismo e voto nominal, que para a Câmara dos Deputados têm 513 cadeiras em disputa em cada eleição, favorece muito mais a presença dos representantes de minorias, como a religiosa – tal como pode ser visto desde 1986 –, do que o sistema eleitoral chileno, chamado de binomial, que, para o caso das eleições de deputados federais, apresenta somente 120 cadeiras, divididas em duas para cada um dos sessenta distritos eleitorais do país. O que resulta, desde o fim da ditadura do General Augusto Pinochet, na formação de apenas dois polos, representados por duas coalizações que disputam as eleições com chances reais de vitórias. Assim, a estrutura dos sistemas partidário e eleitoral é vista – oportunamente – como algo que pode prejudicar ou, pelo contrário, possibilitar o protagonismo político e o sucesso eleitoral das minorias, no caso em questão, os representantes dos evangélicos.

A pesquisa de Almeida não alcançou o conteúdo das ações dos parlamentares evangélicos. Não sendo objeto de sua investigação a atuação dos

parlamentares evangélicos, nem antes e nem após a criação da FPE em 2003. Valendo, por ora, pelo que ela nos mostra acerca do papel da estrutura dos sistemas partidário e eleitoral nos processos de participação política e disputas eleitorais.

Naara Luna, também no ano 2014, em seu artigo *Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico*, apresenta estudo da incursão recente da religião e das instituições religiosas no espaço público e no parlamento, e da inserção de religiosos no parlamento e no executivo nos últimos anos, produzindo uma análise do debate sobre o aborto na Câmara dos Deputados entre os anos 2003 e 2010.

A análise de Luna recaiu sobre discursos e projetos de lei encontrados a partir de buscas que utilizaram como palavras-chave aborto, nascituro e embrião. A autora não deteve sua análise nas outras proposições parlamentares que não fossem os projetos de lei apresentados, devido ao grande número das mesmas. Buscando identificar a religião daqueles que propuseram os projetos de lei ou que discursaram na Câmara dos Deputados, conforme os casos encontrados a partir da metodologia de busca aplicada, bem como, a partir dos discursos e dos projetos de lei analisados, as posições políticas defendidas pelos parlamentares. Constatando o protagonismo de parlamentares religiosos em ações contrárias a legalização do aborto. No entanto, essa mesma posição política também pode ser constatada pela autora na atuação de parlamentares que não tiveram qualquer vínculo religioso identificado. Parlamentares sem vínculo religioso, segundo Luna, se dividiram, igualmente, pelo menos naquilo que ela pode identificar pelos discursos e projetos, em relação ao tema do aborto. O que possibilitou a autora considerar, seriamente, a ideia de que a descriminalização do aborto não encontra obstáculos apenas na presença dos religiosos no parlamento. (Luna, 2014).

A metodologia aplicada por Luna está na base da constatação de uma presença religiosa na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2010 que é diversificada, têm como principais protagonistas parlamentares pentecostais e neopentecostais, apresenta alianças entre católicos, evangélicos e espíritas em ações parlamentares contra o aborto, e dá mostras da existência de diferentes posições entre os próprios

parlamentares evangélicos em relação a temas como células-tronco embrionárias humanas e modalidades legais de aborto no Brasil. (Luna, 2014).

O estudo de Luna acaba por demonstrar, por exemplo, a não homogeneidade política e ideológica da chamada bancada evangélica. Uma constatação, como vimos, presente na literatura acadêmica consultada (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013).

1.3 REALIDADE, OLHAR E AÇÃO: SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA

Vimos como estudos acadêmicos recentes abordaram a participação dos parlamentares evangélicos na política. Essa breve incursão na literatura especializada no tema da participação dos evangélicos na política brasileira dos últimos trinta anos, sobretudo na participação recente dos parlamentares evangélicos, nos possibilitou pensar a hipótese que ao se conhecer a atuação da bancada evangélica paranaense na Câmara dos Deputados entre os anos 2011 e 2015 nos depararíamos com atuações que, pelo menos em relação aos temas ligados à moral, fossem marcadamente coletivas.

A leitura dos estudos supracitados, bem como do artigo de Odaci Luiz Coradini, de 2010, intitulado *Frentes Parlamentares, Representações de Interesses e Alinhamentos Políticos*, no qual a razão de ser das frentes parlamentares é compreendida como politização de interesses organizados, nos levou a esperar encontrar unidade evangélica em torno de um projeto de moralidade – uma politização da moralidade – da sociedade brasileira, tal como vimos nas constatações de pesquisas anteriores (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013).

Uma segunda ideia que nasceu dessas mesmas leituras foi a de um estudo que analisasse todas as proposições dos parlamentares evangélicos paranaenses entre 2011 e 2015, já que nenhum exemplo nesse sentido – analisar o conjunto completo de proposições de um, ou de vários, parlamentares ao longo de uma legislatura – foi encontrado na literatura consultada. Nem mesmo Luna (2014), que

inclusive chegou a localizar uma série dessas proposições em relação ao tema do aborto, descartou a opção por essa via, devido ao grande número das mesmas, analisando, como apontado, outras fontes documentais: discursos e projetos de lei.

Considerando a intenção surgida em se trabalhar com todas as proposições de um determinado conjunto de parlamentares, impulsionados pelo fato de não termos verificado estudos nesse sentido, passamos a objetivar para esta pesquisa, principalmente, a criação de uma metodologia de análise da atuação política na Câmara dos Deputados, passível de ser ajustada em outras pesquisas. A intenção em se trabalhar com todas as proposições de um determinado conjunto de parlamentares, realizadas ao longo de pelo menos uma legislatura inteira, foi o que nos levou a escolher um pequeno grupo de parlamentares, pois assim acreditávamos que teríamos um maior controle dos dados, possibilitando um aumento da precisão estratégica da metodologia empregue. Por isso esta pesquisa se volta à análise da atuação dos deputados federais do estado do Paraná que integraram a FPE no Congresso Nacional entre os anos 2011 e 2015, já que a bancada paranaense evangélica, durante a 54^a Legislatura da Câmara dos Deputados, contava com apenas quatro representantes: André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini e Hidekazu Takayama.⁵ Vale lembrar que a referida legislatura, a mais recente que poderia ser estudada do início ao fim, encerrou-se em 01 de fevereiro de 2015, o que também contribuiu para essa escolha, já que uma proposta de estudo desse tipo se mostrava possível de ser realizada dentro do tempo reservado para esta pesquisa de mestrado.

Iniciamos a pesquisa apurando todos os projetos de lei e demais proposições de autoria desses parlamentares.⁶ A busca dos projetos de lei e demais proposições parlamentares fora feita através de mecanismos de busca disponível no *site* da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br). O mecanismo usado foi Projetos de Lei e Outras Proposições.

⁵ www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/os-deputados Visitado em 15 de março de 2015.

⁶ A pesquisa que deu origem a este trabalho utiliza informações disponibilizadas pela Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>; visitado entre 04 de março e 29 de setembro de 2015. Porém, todas as análises dessas informações aqui apresentadas são de minha autoria e responsabilidade.

Um dos primeiros movimentos que realizamos foi no sentido de identificar algum perfil biográfico dos quatro parlamentares paranaenses que integraram a FPE na 54ª Legislatura. Posteriormente, buscamos dados das prestações de contas dos mesmos nas eleições de 2010 e, por último, buscamos as proposições deles no parlamento. Quanto aos perfis, nos detivemos a informações sobre as atuações desses parlamentares somente na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Portanto, informações sobre atuações em outras legislaturas da Câmara dos Deputados, ou outros parlamentos, por exemplo, não constam nos resumidos perfis biográficos que aqui serão apresentados.

O caminho usado para se chegar ao perfil biográfico do parlamentar, por dentro da página da Câmara dos Deputados foi o seguinte: acessamos o *site* da CD: <www2.camara.leg.br/>; na Seção "Deputados", acessamos o item "Conheça os Deputados" (então o endereço da página passou a ser: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>); no item "Pesquisa de Deputados", digitamos o nome do parlamentar e escolhemos a legislatura de nosso interesse (para esta pesquisa a legislatura escolhida foi a 54ª); acessamos o endereço do resultado obtido para podermos visualizar as informações biográficas do parlamentar escolhido.

André Zacharow, nascido em 1939, natural de Jaguariaíva, Paraná, é advogado, economista e professor. Na Câmara dos Deputados exerceu mandato entre 2003 e 2007 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Posteriormente, para a legislatura dos anos 2007-2011, assumiu como suplente entre outubro de 2008 e março de 2010 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, uma vez mais, também pelo PMDB, foi eleito à 54ª Legislatura – 2011-2015. No exercício do cargo na 54ª Legislatura integrou 7 comissões permanentes, 4 comissões especiais e 1 comissão parlamentar de inquérito. Ao longo dos anos exerceu o cargo de diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e do Banco de Desenvolvimento do Paraná, presidente da Companhia de Desenvolvimento e do Centro Internacional de Tecnologia de Software, ambos em Curitiba, diretor superintendente do Instituto de Previdência do Paraná, Auditor Chefe da Itaipu e Diretor Presidente da Fundação de Pensão dos Funcionário da Itaipu, presidente da

Sociedade Evangélica Beneficente e diretor da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba. Também foi professor titular na UFPR e na Faculdade Católica de Administração e Economia em Curitiba. Em suas passagens pela Câmara dos Deputados, ora esteve filiado ao PDT, ora ao PMDB, outrora esteve filiado ao Partido Progressista (PP) e, também, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).⁷

Edmar de Souza Arruda, nascido em 1959, natural de Maringá, Paraná, é economista. Na Câmara dos Deputados exerceu mandato na 54ª Legislatura (2011-2015) pelo Partido Social Cristão (PSC) e foi reeleito ao cargo, pelo mesmo partido, para a legislatura atual. Na anterior, integrou 10 comissões permanentes, 14 comissões especiais, 1 comissão parlamentar de inquérito e 3 grupos de trabalho. É sócio das empresas Cantareira Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda, Ecoplaneta Reflorestamento S.A., Ecoalumi Alumínio Ltda, BRA Incorporadora Ltda e da Brazcana Agroindustrial S.A. No município de Maringá exerceu o mandato de vereador entre os anos 2001 e 2004. Ao longo dos anos exerceu, também, os cargos de presidente do Programa de Apoio às Igrejas e Entidades sem Fins Lucrativos e da Fundação Isis Bruder, ambas com sede no município de Maringá, e o de vice-presidente de Serviços Sociais do Sindicato da Habitação do Paraná. É filiado ao PSC desde 2009.⁸

Fernando Destito Francischini, nascido em 1970, natural de Londrina, Paraná, é delegado de Polícia Federal. Exerceu mandato na 54ª Legislatura (2011-2015) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e foi reeleito ao cargo, desta vez pelo Partido Solidariedade (SD), para a 55ª Legislatura. Em sua primeira passagem pela Câmara dos Deputados integrou 10 comissões permanentes, 14 comissões especiais, 1 comissão parlamentar de inquérito, 1 grupo de trabalho e a Frente Parlamentar da Redução de Maioridade Penal e o Conselho de Ética. Nos anos 1996 e 1997, em Curitiba, exerceu os cargos de Comandante de Pelotão da RONE (Cia Choque) e Subcomandante do Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do estado do Paraná. Em 1998 e 1999, exerceu o cargo de Chefe do Setor de Análise de Informações Sobre Drogas e Terrorismo da INTERPOL no

⁷ www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74377 Visitado em 15 de março de 2015.

⁸ www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160578 Visitado em 15 de março de 2015.

departamento de Polícia Federal em Brasília, DF. Entre 1998 e 2007, também ligado à Polícia Federal, exerceu os cargos de professor na Academia Nacional de Polícia, em Brasília, DF, Chefe de Setor de Análise de Dados de Inteligência Policial do Diretor Executivo, em Brasília, DF, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Patrimoniais, em Curitiba, PR, Chefe do Serviço Regional Sul da Coordenação de Operações Especiais de Fronteiras, em Curitiba, PR, e Chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, em São Paulo, SP. Exerceu ainda o cargo de Subsecretário de Inteligência na Secretaria de Estado da Segurança Pública no estado do Espírito Santo, em 2003, e o de Secretário Municipal Antidrogas de Curitiba, PR, entre os anos 2008 e 2010. Representou o Ministério da Justiça e a Polícia Federal do Brasil no Grupo de Trabalho “Delitual” do Mercosul, em Caracas, Venezuela, no ano 2005. É filiado ao Sindicato dos Policiais Federais desde 2008. Já esteve filiado ao PSDB, ao Partido Ecológico Nacional (PEN) e hoje encontra-se filiado ao SD.⁹

Hidekazu Takayama, nascido em 1948, natural de Rolândia, Paraná, é, desde 1970, Ministro Religioso da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Exerceu mandato de deputado federal entre os anos 2003 e 2007 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido reconduzido ao cargo na legislatura seguinte, anos 2007-2011, pelo PMDB, reeleito ao cargo para a 54^a Legislatura, anos 2011-2015, pelo PSC, e novamente reeleito para a legislatura atual (2015-2019), também pelo PSC. Na 54^o Legislatura da Câmara dos Deputados esteve como 4^o Suplente de Secretário da Mesa Diretora entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2015, além de ter integrado 9 comissões permanentes, 15 comissões especiais e 1 comissão parlamentar de inquérito ao longo desse mandato. Em suas passagens pela Câmara dos Deputados esteve em duas missões oficiais, uma em 2008, nos EUA, e outra em 2014, no Japão. Ao longo dos anos foi vereador em Curitiba, PR, entre 1989 e 1993, pelo PMDB, e duas vezes deputado estadual no Paraná, uma entre 1996 e 1999, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e outra entre 1999 e 2002, também pelo mesmo partido. Exerceu ainda o cargo de Diretor de Relações Públicas da Associação AEADEPAR-FACEL, entre 1998 e 2000, e o de Conselheiro do SEB do

⁹ www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160646 Visitado em 15 de março de 2015.

Hospital Evangélico, entre 1990 e 1993, ambos em Curitiba, PR. Durante a década 1991-2001, participou como conferencista em 8 convenções da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, sendo 1 em Portugal, 1 na Alemanha, 1 na França e 5 no Brasil. Já esteve filiado ao PMDB, PFL, PTB, PSB, Partido dos Aposentados da Nação (PAN), e, desde 2007, está filiado ao PSC.¹⁰

Nas eleições de 2010 o número de vagas para representantes do estado do Paraná na Câmara dos Deputados era de 30¹¹, o que veio a ser mudado para 29 nas eleições de 2014. O número de candidatos a essas vagas foi de 337, sendo que 265 foram considerados aptos e os outros 72 foram considerados não aptos a assumirem o cargo no caso de serem eleitos.¹² Desses, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, 20 não entregaram a prestação de contas final.¹³ O Paraná, em 2010, já contava com seus atuais 399 municípios e, à época, com uma população de 10.444.526¹⁴, desses, aproximadamente 7.584.579 era de eleitores.¹⁵ Compareceram às urnas, nas eleições de 2010, 7.597.999 eleitores paranaenses¹⁶. Os deputados federais eleitos foram: Ratinho Junior; Hermes Parcianello Frangão; André Vargas; Alex Canziani; Cida Borgetti; Delegado Francischini; João Arruda; Rubens Bueno; Osmar Serraglio; Micheletto; Giacobbo; Haully; Nelson Meurer; Takayama; Zeca Dirceu; Angelo Vanhoni; Dilceu Sperafico; Alfredo Kaefer; Eduardo Sciarra; André Zacharow; Sandro Alex; Reinhold Stephanes; Assis do Couto; Dr. Rosinha; Cezar Silvestri; Lupion; Nelson Padovani; Edmar Arruda; Rosane Ferreira; Leopoldo Meyer.¹⁷

¹⁰ www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74385 Visitado em 15 de março de 2015.

¹¹ www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/tse-redefine-cadeiras-na-camara-dos-deputados-para-eleicoes-2014 Visitado em 15 de março de 2015.

¹² <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/> Visitado em 15 de março de 2015.

¹³ <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/pesquisaCandidato.jsp> Visitado em 15 de março de 2015.

¹⁴ Censo IBGE – 2010.

¹⁵ www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo Visitado em 15 de março de 2015.

¹⁶ www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado Visitado em 15 de março de 2015.

¹⁷ A relação de nomes foi elaborada a partir de informações colhidas em: www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado Visitado em 15 de março de 2015.

Uma pesquisa detalhada, município a município, sobre o resultado alcançado nas urnas na eleição de 2010 pelos quatro congressistas supracitados, será apresentada nos mapas a seguir (Figuras 6, 7, 8, 9, e 10). Nos quatro primeiros mapas vemos o resultado para cada um dos deputados, município a município. Na Figura 10, por sua vez também um mapa, vemos a somatória dos votos recebidos por esses deputados em cada um dos municípios. Trata-se de um mapa que mostra a distribuição dos votos da bancada parlamentar evangélica do Paraná na eleição de 2010.

No Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal André Zacharow (2010) (Figura 6), vemos que os votos no candidato André Zacharow se concentraram sobretudo na capital do estado, Curitiba, nos municípios da região metropolitana de Curitiba, seguida de concentrações menores na região Centro Oriental e no litoral do estado, e de concentrações bem menores ainda nas regiões Oeste, Sudoeste, Norte Central e Norte Pioneiro.

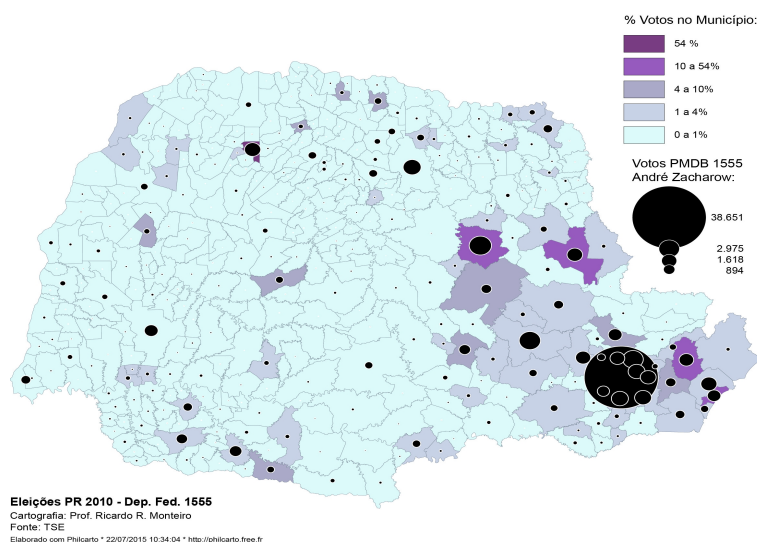


Figura 6: Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal André Zacharow (2010).

Por sua vez, no Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Edmar Arruda (2010) (Figura 7), vemos que os votos no candidato Edmar Arruda se concentraram sobretudo na região Norte Central, seguida de

concentrações bem menores nas regiões Noroeste e Centro Ocidental. Sendo muito menor ainda a concentração de votos do candidato em Curitiba e região metropolitana. O resultado das urnas para André Zacharow, em comparação com o resultado obtido pelo então candidato Edmar Arruda, mostra que o primeiro obteve votos em mais regiões do estado do que o segundo.

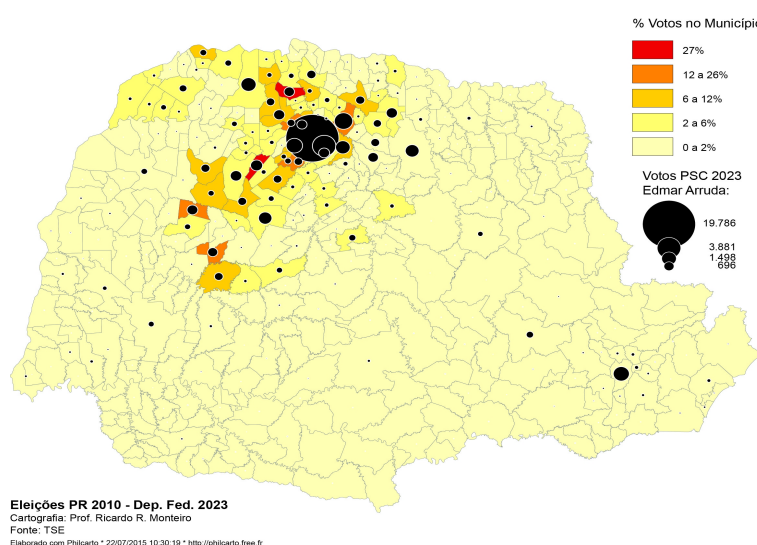


Figura 7: Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Edmar Arruda (2010).

No Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Fernando Francischini (2010) (Figura 8), mais adiante, vemos que os votos no candidato Fernando Francischini se concentraram sobretudo também na capital Curitiba e região metropolitana, assim como os votos recebidos pelo candidato André Zacharow, seguida de uma concentração menor no litoral do estado, e de diversas outras, bem menores, nas regiões Sudeste, Norte Pioneiro, Norte Central, Oeste, Centro Ocidental, Centro Oriental e Centro Sul.

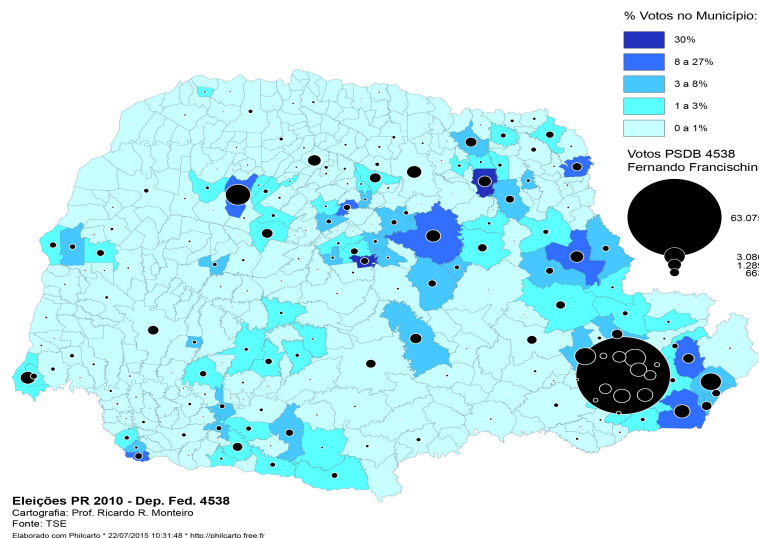


Figura 8: Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Fernando Francischini (2010).

No Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Hidekazu Takayama (2010) (Figura 9), também mais adiante, vemos que os votos no candidato Hidekazu Takayama se concentraram também na capital Curitiba e região metropolitana, assim como os votos recebidos pelo candidato André Zacharow e Fernando Francischini, seguida de concentrações menores na regiões Norte Central, Oeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Centro Sul, Sudeste e no litoral do estado. O resultado das urnas, município a município, mostra que os candidatos Fernando Francischini e Hidekazu Takayama, dos quatro candidatos aqui em comparação, são aqueles que obtiveram votos em mais regiões do estado na comparação com o resultado alcançado pelos outros dois candidatos: André Zacharow e Edmar Arruda.

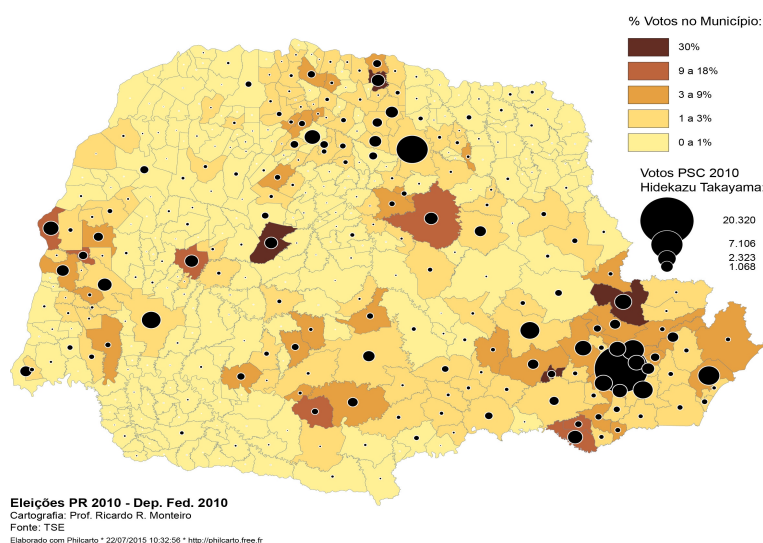


Figura 9: Mapa dos votos nos municípios paranaenses – Deputado Federal Hidekazu Takayama (2010).

No mapa da soma dos votos dos quatro deputados federais nos municípios paranaenses (2010) (Figura 10), vemos, de forma agrupada em cada município, os resultados das urnas para os quatro candidatos. E desse modo nota-se que a presença de votos nesses candidatos se generalizou por todo o estado, com concentrações bastante expressiva na capital Curitiba e região metropolitana e no Norte Central; sendo raríssimos os municípios que não apresentaram votos em algum desses candidatos.

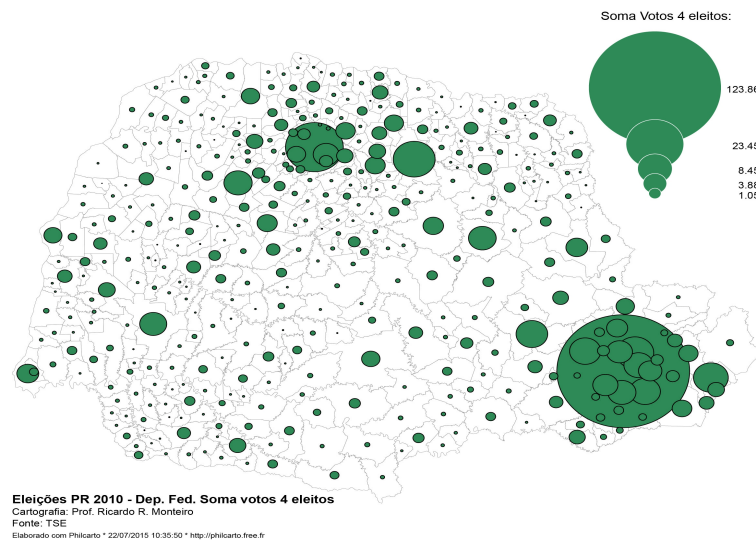


Figura 10: Soma dos votos dos quatro Deputados Federais nos municípios paranaenses (2010).

Seguimos trilhando o caminho da construção da metodologia necessária desta pesquisa buscando no *site* da Câmara dos Deputados o conjunto das proposições desses quatro congressistas, considerando o mesmo recorte temporal apresentado acima – 2011-2015. Dividindo-os por parlamentar temos os seguintes números de fontes documentais: André Zacharow (22 proposições); Edmar Arruda: (108 proposições); Fernando Francischini: (367 proposições); Hidekazu Takayama (60 proposições). A autoria de um projeto ou de uma outra proposição pode ser tanto exclusiva de um único parlamentar como ter um grupo deles como autores. Optamos, neste estudo, pela utilização dos dois casos, desde que para o segundo caso um desses quatro parlamentares se fizesse presente. Assim manteríamos a coerência com a intenção de utilizar-se de todas as proposições desses quatro parlamentares nesta pesquisa. Esses dados podem ser visto na tabela a seguir (Tabela 5).

Tabela 5: Projetos de autoria e outras proposições

DEPUTADO FEDERAL	QUANTIDADE
André Zacharow	22
Edmar Arruda	108

DEPUTADO FEDERAL	QUANTIDADE
Fernando Francischini	367
Hidekazu Takayama	60
TOTAL	557

Fonte: Câmara dos Deputados Federais.

A princípio também intencionávamos utilizar outros tipos de fontes, também oriundas da atuação desses quatro parlamentares, que deveriam se somar ao conjunto das proposições dos mesmos que foram analisadas. Essas fontes seriam: a- todos os discursos dos quatro parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados ou nas Comissões Parlamentares ao longo da 54^a Legislatura; b- todas as emendas ao orçamento, tanto as elaboradas quanto as executadas, de autoria dos mesmos. Intencionando ainda analisar as prestações de contas das eleições do ano 2010, disponíveis no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br), também dos mesmos parlamentares.

Os discursos parlamentares foram encontrados no formato de textos, disponibilizados no *site* da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), e resultam de transcrições dos discursos realizados por esses congressistas tanto no plenário da Câmara dos Deputados como em encontros de variadas comissões parlamentares, dentro de um recorte temporal que vai de 01 de fevereiro de 2011 até 31 de janeiro de 2015; o mesmo recorte usado para se encontrar todas as proposições dos quatro parlamentares. O conjunto desses textos, dividido pelos quatro congressistas, apresentam as seguintes quantidades de documentos: André Zacharow, 13 textos de discursos em comissões parlamentares e 125 textos de discursos em plenário; Edmar Arruda, 35 textos de discursos em comissões parlamentares e 131 textos de discursos em plenário; Fernando Francischini, 68 textos de discursos em comissões parlamentares e 111 textos de discursos em plenário; Hidekazu Takayama, 8 textos de discursos em comissões parlamentares e 41 textos de discursos em plenário. Esses dados podem ser visto na tabela a seguir (Tabela 6).

Tabela 6: Discursos em plenário e em comissões parlamentares

DEPUTADO FEDERAL	PLENÁRIO	COMISSÕES	TOTAL
André Zacharow	125	13	138
Edmar Arruda	131	35	170
Fernando Francischini	111	68	179
Hidekazu Takayama	41	8	49
TOTAL	-	-	532

Fonte: Câmara dos Deputados.

Nota-se, a partir da anterior (Tabela 6), que os quatro parlamentares, no que se refere ao ato de discursar dentro da Câmara dos Deputados, usaram uma mesma tática de atuação, ou seja, discursar mais no plenário da Câmara dos Deputados do que nas Comissões Parlamentares. O outro tipo elencado de fontes sobre as quais intencionávamos pesquisar são as emendas ao orçamento, tanto no que se refere àquelas elaboradas quanto às executadas; considerando o mesmo recorte temporal e os mesmos congressistas apresentados acima. Para este caso, só conseguimos localizar, no *site* do Senado Federal (www.senado.gov.br) as emendas elaboradas: André Zacharow (47 emendas); Edmar Arruda (43 emendas); Fernando Francischini (42 emendas); Hidekazu Takayama (36 emendas). Esses dados podem ser visto na tabela a seguir (Tabela 7):

Tabela 7: Emendas elaboradas ao orçamento

DEPUTADO FEDERAL	QUANTIDADE
André Zacharow	47
Edmar Arruda	43
Fernando Francischini	42
Hidekazu Takayama	36
TOTAL	168

Fonte: Senado Federal.

Análises de outras faces da atuação parlamentar, tais como as citadas anteriormente – os discursos e as emendas ao orçamento, com certeza enriqueceriam um estudo como este, que trata especificamente da atuação de deputados federais, e que se pretende a apresentação de um modelo ajustável de análise da atuação parlamentar, pelo menos em se tratando de deputados federais. No entanto isso não nos foi possível nesses 24 meses de curso de pós-graduação (mestrado). Talvez por que o conjunto de fontes encontradas seja mesmo grande para ser analisado num período desses, talvez porque tenha faltado habilidade ao aprendiz de pesquisador.

Consultas no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br) sobre a prestação de contas desses quatro parlamentares referentes à eleição de 2010 apontaram, entre outras coisas que aqui não serão citadas, os valores totais de arrecadação, inclusive os de autodoações, os valores totais dos gastos de campanha, a quantidade de pessoas físicas e jurídicas e agentes partidários que participaram como financiadores eleitorais dessas quatro campanhas de 2010. Todos esses dados, entre outros, podem ser vistos nas tabelas a seguir (Tabelas 8, 9 e 10). As informações dessas mostram, entre outras coisas, não existir padrão de financiamento comum aos quatro parlamentares. Isto porque os dados apresentam as características dos financiamentos que, contudo, são bastante diferentes.

Tabela 8: Financiamento eleitoral – Eleições 2010

Deputado Federal	Total Arrecadado R\$,-	Total Autodoação R\$,-
André Zacharow	R\$ 616.005,-	R\$ 485.642,-
Edmar Arruda	R\$ 3.051.270,-	R\$ 2.912.570,-
Fernando Francischini	R\$ 604.930,-	R\$ 71.950,-
Hidekazu Takayama	R\$ 292.050,-	-
TOTAL	R\$ 4.564.255,-	R\$ 3.470.162,-

Fonte: TSE - Repositório de dados eleitorais.

Tabela 9: Financiamento eleitoral – Eleições 2010

DEPUTADO FEDERAL	Total AGP R\$,- / N	Total PFS R\$,- / N	Total PJE R\$,- / N
André Zacharow	R\$ 1.200,- / 1	R\$ 35.000,- / 6	R\$ 94.163,- / 3
Edmar Arruda	R\$ 250,- / 1	R\$ 23.200,- / 15	R\$ 115.250,- / 2
Fernando Francischini	-	R\$ 104.659,- / 54	R\$ 428.321,- / 26
Hidekazu Takayama	R\$ 250.250,- / 2	R\$ 20.000,- / 1	R\$ 21.800,- / 2

Fonte: TSE - Repositório de dados eleitorais.

Tabela 10: Financiamento eleitoral – Eleições 2010

DEPUTADO FEDERAL	Total Despesas R\$,-	Total Votos	Custo Voto
André Zacharow	R\$ 615.267,-	101.579	R\$ 6,05
Edmar Arruda	R\$ 3.047.559,-	61.309	R\$ 49,70
Fernando Francischini	R\$ 596.137,-	130.522	R\$ 4,56
Hidekazu Takayama	R\$ 282.913,-	109.895	R\$ 2,57

Fonte: Elaboração dos autor a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais.

Vejamos, por exemplo, que o maior valor de arrecadação junto aos Agentes Partidários (AGP) foi conseguido pelo à época candidato Hidekazu Takayama. Tendo recebido a contribuição de apenas dois AGP's, conseguiu aproximadamente R\$ 250 mil reais, valor bem maior do que os dos outros três candidatos.

Algo semelhante se deu com o caso do à época também candidato Fernando Francischini e o financiamento que o mesmo conseguiu junto a cinquenta e quatro pessoas físicas (PFS), que foi de cerca R\$ 104 mil reais. Superando os outros três candidatos tanto no valor arrecadado quanto no número de PFS que doaram. Este mesmo candidato surpreende, também, no quadro comparativo, ao atentarmos para o valor, bastante superior aos dos outros candidatos, da arrecadação conseguida com vinte e seis pessoas jurídicas (PJE), algo próximo a R\$ 428 mil

reais. Surpreendendo pela superioridade tanto no número de PJE's que doaram quanto no valor arrecadado com essas doações.

Têm-se ainda os casos de autodoação, exceto o de Hidekazu Takayama – único dentre os quatro que não realizou este tipo de doação. No geral consideramos que os valores das autodoações não são nada irrisórios, mas o de destaque, pela superioridade em relação aos demais, está na prestação de contas do então candidato Edmar Arruda, que desembolsou perto de R\$ 3 milhões de reais em sua própria campanha eleitoral. Ficando a frente dos demais na comparação do montante arrecadado e do despendido, e, também, em razão do número de votos conseguidos, que foi o menor entre os quatro candidatos comparados – 61.309 –, foi o que teve o maior custo por voto, perto de R\$ 50 reais.

Destacamos ainda que cerca de 76% do que foi arrecadado pelos candidatos tem origem nas autodoações de três deles. E que o total de despesas de campanha dos mesmos corresponde a mais de 99,5% de tudo o que fora arrecadado pelos quatro candidatos.

A apresentação desses dados encontrados, e nossas observações sobre os mesmos, estão marcadas pelo impacto de uma compreensão que fora alcançada a partir de uma breve incursão na literatura sobre financiamento eleitoral e prestação de contas no Brasil. Assim pudemos ter uma noção da regulamentação e fiscalização das doações de campanha no país desde 1945, compreendendo momentos, características e transformações de uma legislação que, dada a sua forma atual, nos permite, entre outras coisas, aqueles tipos de consulta de que tratávamos acima.

Em 2012, Sídia Maria Porto Lima publica o livro *Prestação de Contas e Financiamento de Campanhas Eleitorais*. Trata-se de estudo das invenções jurídicas criadas para a disciplinarização das relações sociais que possibilitaram – e possibilitam – fluxos de recursos materiais necessários às campanhas eleitorais em diversos momentos da história do Brasil.

Tratando de entender os dois temas do título de seu livro, a autora pesquisou aspectos da realidade da democracia representativa em países como Canadá, Espanha, Alemanha, França e Brasil, concentrando-se nos sistemas jurídicos de

controle dos fluxos de recursos materiais empregues, principalmente, nas eleições, e no poder que as invenções jurídicas têm, ou podem ter, para minimizar a interferência do poder econômico na determinação dos resultados das eleições em alguns Estados nacionais, como é o caso do Canadá, França, Alemanha, Espanha e Brasil.

A questão da interferência do poder econômico na determinação dos resultados das eleições no Brasil também foi objeto da pesquisa que fora publicada sob o título *Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006*; artigo de Teresa Sacchet e Bruno Wilhelm Speck que apresenta que mesmo existindo igualdade jurídica para a arrecadação de financiamento de campanha, há uma muito maior arrecadação por parte dos candidatos do sexo masculino do que do feminino. E que isso pode ser uma chave explicativa para o maior sucesso dos candidatos do sexo masculino nas eleições de 2006 – talvez não somente nestas eleições. (Sacchet e Speck, 2012).

No Brasil atual a prestação de contas de campanha eleitoral, de acordo com a lei que a regula – Lei 9.504/97, exige que partidos e candidatos apresentem o montante arrecadado em cada campanha, a origem e o destino do mesmo. De acordo com Lima (2012), a referida lei

"estabelece as regras para a arrecadação e a utilização de recursos nas campanhas eleitorais, possibilitando, dessa maneira, a análise pormenorizada das movimentações econômicas declaradas, com base nas informações prestadas por candidatos e partidos, através de demonstrativos, extrato bancário e, eventualmente, de documentação e informações complementares exigidas." (Lima, 2012, p.97-98). Quanto às informações prestadas por candidatos e partidos, vale lembrar que a autora ao se referir ao partido político está se referindo aos comitês financeiros dos partidos: "As informações de campanha são fornecidas pelos candidatos e comitês financeiros dos partidos, através do preenchimento de modelos preestabelecidos, constantes dos anexos da Lei 9.504/97 e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que a regulamenta para o pleito em questão." (Lima, 2012, p.123).

A autora apontou também, no mesmo estudo, que o Estado brasileiro está acompanhado de outros Estados, como é o caso do Canadá, França, Espanha e

Alemanha, no que se refere ao fato de ter legislação própria prevendo "*um sistema de controle específico da movimentação de recursos econômicos nas campanhas eleitorais*". (Lima, 2012, p.90).

Pode-se dizer, do caso brasileiro e em relação às atribuições de supervisão da fiscalização da prestação de contas de campanha eleitoral, bem como dos respectivos órgãos responsáveis pela mesma, que primeiro foi o Tribunal de Contas da União e, posteriormente, a Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízo Eleitoral de primeiro grau) as instituições responsáveis pela questão. Antes de 1916, a responsabilidade pela execução das leis eleitorais estava concentrada nas mãos do Poder Executivo local, passando às mãos do Poder Judiciário naquele ano; o que incluiu fazer valer a legislação referente ao financiamento de campanha eleitoral, receber as declarações de prestação de contas de campanha de candidatos e comitês partidários de campanha, analisá-las e, quando fosse o caso, aplicar as sanções a candidatos e partidos que infringiam as leis. Em relação à razão de ser da prestação de contas de campanhas eleitorais no Brasil, Lima apontou:

"a prestação de contas de campanha eleitoral [no Brasil] pode ser descrita como um instituto que tem como finalidade primordial, emprestar transparência às campanhas eleitorais, através da exigência da apresentação de informações, legalmente determinadas, que têm o condão de evidenciar o montante, a origem e a destinação dos recursos utilizados nas campanhas de partidos e candidatos, possibilitando a identificação de situações que podem estar relacionadas ao abuso do poder econômico, além de prever sanções pelo desrespeito aos dispositivos que o regulam." (Lima, 2012, p.90).

A produção de legislação que busca regular a movimentação financeira destinada às campanhas eleitorais no Brasil é bastante extensa. Lima apresentou que:

"A primeira norma a prever, embora de forma lacônica, a prestação de contas de campanha no ordenamento jurídico

brasileiro, foi a Resolução 00 de 30.06.1945, baixada pelo Tribunal Superior para regulamentar os Partidos Políticos recém-reabertos, juntamente com a Justiça Eleitoral, através do Dec.-lei 7.586/45". (Lima, 2012, p.90).

Segundo a autora, essa mesma norma versava ainda sobre a proibição do recebimento de contribuições estrangeiras de qualquer natureza que, comprovado fosse, mesmo que se tratasse de propaganda paga em jornal, resultava no cancelamento do registro do partido envolvido. (Lima, 2012, p.90-91).

A segunda legislação brasileira a dar contornos à prestação de contas de campanha, seja por parte de candidatos ou de partidos, foi o Código Eleitoral de 1950, instituído pela Lei 1.164 de 24.07.1950. Lima (2012) lembra que de acordo com o artigo 143 do referido Código, aos partidos políticos cabia

"fazer constar em seus estatutos, a fixação e a apuração das quantias máximas que os seus candidatos podiam, em cada caso, despendar pessoalmente com a própria eleição. Também havia a obrigatoriedade de identificação da origem das receitas, que deveriam estar registradas na escrituração contábil do partido." (Lima, 2012, p.90).

Um terceiro momento dessa produção de legislações voltadas, entre outras coisas que envolvem campanhas eleitorais, ao sistema de controle de movimentações de recursos econômicos empregues nessas campanhas, está marcado pelo Código Eleitoral de 1965, instituído pela Lei 4.737, e pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei 4.740, ambas criadas em 15.07.1965. Uma novidade trazida por essa Lei Orgânica foi a criação do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o famoso Fundo Partidário. E uma outra novidade, só que dessa vez trazida pelo Código de 1965, e que pode ser vista no artigo 58 do mesmo, foi tornar obrigatória a prestação de contas *"por parte dos partidos políticos e comitês, ao encerrar-se cada campanha eleitoral"*. (Lima, 2012, p.91). Só que, diferentemente do que acontece hoje, aquele artigo 58 mostra que não era de responsabilidade do candidato a prestação de suas contas de campanha, mas sim *"dos dirigentes dos partidos, inclusive do tesoureiro, que respondia civil e*

criminalmente por qualquer irregularidade, posto que apenas esses poderiam receber e aplicar recursos de campanha.” (Lima, 2012, p.91).

O quarto momento dessa produção legislativa está marcado pela Resolução TSE 10.050, de 19.07.1976, regulamentadora das eleições do ano de 1978, que conforme lembrou Lima, *“estabelecia que, antes de iniciar a campanha partidária, o partido deveria comunicar ao Juiz Eleitoral qual a importância máxima que despenderia em cada pleito e qual o teto para contribuições ou donativos”*. (Lima, 2012, p.93). Lima, ao comparar o conteúdo dessa resolução com o da chamada Lei das Eleições, a Lei 9.504/97, ainda em vigor, que regula a arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais e a prestação de contas dos candidatos, nota que, para o primeiro caso, se o comitê financeiro do partido não enviasse suas prestações de contas aos já extintos comitê interpartidários (órgãos fiscalizadores da época) no prazo de trinta dias, tornava passíveis de cassação de registros e perda do diploma de posse, quando já expedidos, os candidatos daquele partido, enquanto que para o segundo, o atual, a não prestação de contas implica na suspensão da diplomação do eleito enquanto perdurar a omissão. O que ela entende ser uma pena mais branda. (Lima, 2012, p.94).

A Lei 8.713, de 30.09.1993, que regulou as eleições de 1994, marca o quinto momento da produção legislativa sobre o financiamento de campanhas eleitorais e a prestação de contas no Brasil com uma novidade, até então proibida em todas as legislações anteriores, que foi a possibilidade dos candidatos arcarem com parte ou a totalidade dos seus gastos de campanha a partir de recursos próprios, observado o limite que cada um pode empregar de acordo com o ganho obtido no ano anterior ao da eleição que o mesmo concorreu. (Lima, 2012). Lima lembra que de acordo com o artigo 58 da referida lei

“o candidato passou a ser o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis referentes à sua campanha, devendo assinar a sua própria prestação de contas, que passou a ser enviada para a Justiça Eleitoral, e não mais aos comitês interpartidários”. (Lima, 2012, p.94-95).

Algo, portanto, muito diferente daquilo que até então estava em vigor e que era normatizado pelo artigo 58 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1965, que previa que a prestação de contas era dever dos partidos e dos comitês financeiros, e que aos mesmos cabiam os envios dessas prestações aos comitês interpartidários ou, quando por elas solicitados, às comissões parlamentares de inquéritos.

O sexto, sétimo e oitavo momentos da produção de legislação que buscava regular a movimentação financeira destinada às campanhas eleitorais no Brasil marcam definitivamente os contornos normativos que a prestação de contas e o financiamento de campanha ostentam na atualidade brasileira. A Resolução TSE 14.426, que veio para regulamentar a Lei 8.713/93 para as eleições de 1994, trazendo obrigatoriedade aos partidos políticos de abrir conta bancária específica para a movimentação de recursos de campanha, ao passo que para o candidato a questão tornou-se facultativa, compreende o sexto momento. A Lei 9.504/97 que normatiza, atualmente, a prestação de contas de campanha eleitoral, estabelecendo regras para arrecadação e utilização dos recursos arrecadados, compreende o sétimo momento dessa produção legislativa no Brasil.

Para Lima (2012), as novidades que se seguiram dentro do mundo jurídico e o atual contorno que as normas dão à questão da prestação de contas e do financiamento no Brasil, ao contrário do que a autora esperava, mostram-se ainda frouxos para o combate ao abuso do poder econômico nas eleições. A autora acredita, por exemplo, que a prestação de contas hoje, no Brasil, não passa de uma mera satisfação que partidos e candidatos dão à Justiça Eleitoral, não sendo, portanto, um instrumento de combate àquele tipo de poder. Crítica esta que não está muito distante de uma outra, desta vez feita por Denise Goulart Schlickmann (2014) em seu livro *Financiamento de Campanhas Eleitorais*, também sobre os limites da fiscalização legal, que, segundo a mesma, só tem possibilitado a fiscalização sobre os limites estabelecidos e informados para gastos de campanha e as informações declaradas sobre os gastos supostamente efetuados em campanhas. Deixando-se, assim, salvar-se da fiscalização o gasto global de campanha por ser desconhecido o custo global das mesmas. O que torna plausível a ideia de que a fiscalização, nos termos em que está posta, é pouco eficaz ao combate do financiamento indireto de

campanhas. Como também não está distante da que André Marengo fez em seu estudo *Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada* (Marengo, 2010), ao constatar que legislações não são capazes de pôr um ponto final nas influências advindas do poder econômico nos rumos das eleições.

Já dissemos que foi em razão de uma breve incursão na literatura acadêmica sobre a atuação recente de parlamentares evangélicos que optamos por um estudo investigativo que abrangesse como fonte documental todas as proposições de um pequeno grupo de parlamentares ao longo de uma mesma legislatura, e que o grupo escolhido – e a legislatura – foi a bancada de congressistas evangélicos paranaenses na 54^a Legislatura. Sendo assim, a ferramenta metodológica escolhida nesta pesquisa para apreender particularidades da atuação parlamentar foi a análise estrutural de redes sociais.

Consideramos os parlamentares como propositores de temas e questões apreciadas no parlamento e os assuntos dessas proposições como aquilo que possibilita relacionamentos formais entre os parlamentares da Câmara dos Deputados, no exercício de seus cargos, e de acordo com os principais objetivos do cargo – fiscalizar o executivo e produzir leis.

A análise de redes sociais, dentro deste estudo da atuação parlamentar, está dedicada a conhecer conteúdos e autorias de proposições de parlamentares, compreendendo as proposições como parte fundamental dos principais objetivos da atuação parlamentar. As proposições carregam as autorias e a análise do conteúdo das ementas dessas proposições permiti categorizar os diferentes temas presentes nas próprias proposições.

Ao buscarmos identificar e analisar as redes de parlamentares em ação na Câmara dos Deputados nos deparamos com um padrão de relacionamento – deputados se relacionando com outros deputados quando da criação de proposições que têm mais de um autor. A identificação do padrão de relacionamento não mostra nada sobre o conteúdo desses relacionamentos, ou seja, tal identificação de modo algum possibilitou a identificação das características relacionais anunciadas. O que demandou, para se efetivar, outro tipo de

identificação, que versou sobre as fontes e as iniciativas, queremos dizer, sobre os autores, temas e questões pautadas no parlamento. Por sua vez, os resultados das duas identificações possibilitou a identificação da composição de uma rede de parlamentares, a identificação do desempenho dos parlamentares na rede e, ainda, a identificação do conteúdo desses relacionamentos, ou seja, o conteúdo da rede. Trata-se de uma análise centrada nas relações entre as unidades.

Sabendo que as relações sociais formam estruturas sociais que ao mesmo tempo em que se impõem sobre as relações sociais também por elas são transformadas, visualizamos no parlamento brasileiro uma estrutura social que não foi criada pelos parlamentares da 54ª Legislatura. Quando eles lá chegaram – os 513 deputados federais eleitos em 2010 – essa estrutura já estava montada e por sobre eles, a princípio, se impôs completamente.

O conteúdo da rede de parlamentares mostra as relações sociais agindo sobre a própria estrutura, por dentro dela e sobre ela – são os casos das proposições que versam sobre o próprio regimento da casa, por exemplo. Sendo o caso, aqui, de pensarmos que indivíduos que têm um mesmo atributo – parlamentar – compartilham (e/ou acatam) as mesmas normas, já que atuavam na mesma época dentro do parlamento brasileiro, e no entanto se relacionam, também, no sentido de transformar, ou de manter, as normas que encontraram postas na Câmara dos Deputados quando por lá chegaram em 2011, bem como, no sentido de criar leis e fiscalizar o executivo.

Após identificadas 557 proposições diferentes, tanto proposições de autorias individuais feitas pelos mesmos quanto proposições coletivas que contavam com pelo menos o nome de um deles, analisamos todas e percebemos que 325 parlamentares diferentes formaram uma rede de relacionamentos ao pautarem, individual ou coletivamente, 335 temas e questões diferentes no parlamento. Esses elementos, aqui, não são considerados os únicos a possibilitarem relacionamentos entre parlamentares no interior da Câmara dos Deputados, tampouco se pode afirmar a existência de outros elementos, ou de outros tipos de relacionamentos, a partir da metodologia empregue para análise dos dados coletados.

Vincent Lemieux e Mathieu Ouimet (2004), no livro *Análise estrutural das redes sociais*, afirmam que Análise de Redes Sociais (ARS) tem por objeto “as formas estáveis, evolutivas ou não” das relações entre os atores, sejam eles individuais ou coletivos, tornando possível a identificação das relações que estruturam as redes sociais ao considerar que os atores sociais se caracterizam pelas relações que estabelecem entre si.

Na análise das estruturas de rede os pontos representam os atores e as linhas as suas relações. As relações que os atores mantêm ou não com os outros atores é que explicam a situação em que se encontram os atores na rede. “A análise estrutural diz respeito à forma das relações entre os atores sociais.” (Lemieux e Ouimet, 2004, p.11). Portanto, é a conectividade de um ponto que determina as possibilidades de expansão ou retração desse ponto, agente ou ator, que tanto pode ser coletivo ou individual, porque é pela conectividade que os fluxos de trabalho, fluxo de atividades humanas, recursos materiais ou aquilo que é produzido pela e com a divisão social do trabalho são possíveis de serem lidos, observados, analisados e comparados. Segundo os autores:

“A análise estrutural, quando tem por objeto as estruturas de rede, se baseia no postulado que pretende que os atores sociais se caracterizam pelas suas relações, ao passo que, nos outros esquemas de inteligibilidade social [...] estes caracterizam-se preferencialmente pelos seus atributos (o sexo, a idade, a classe social, etc.), pelas funções que desempenham, pelas suas ações, pelo sentido que atribuem ao mundo que os rodeia ou pelos movimentos históricos em que se encontram envolvidos.” (Lemieux e Ouimet, 2004, p.07).

Na análise estrutural de redes, diferentemente de outros esquemas de inteligibilidade social, as características (atributos) de um objeto (ponto, ator, agente) são tomadas de forma acessória e complementar, já que estão sempre subordinadas aos fluxos existentes entre eles.

Optamos pelos seguintes caminhos, talvez todos completamente novos neste tipo de pesquisa: i- usar como fonte documental um conjunto com todas as proposições realizadas por um grupo de quatro deputados federais ao longo de uma legislatura inteira; ii- usar a análise de redes sociais como recurso metodológico para

tratamento dos dados recolhidos das fontes consultadas; iii- a criação de uma metodologia de análise da atuação política na Câmara dos Deputados com base na análise de redes sociais. Esta última, com as questões que serão apresentadas logo a seguir, ganha contornos que também talvez sejam únicos deste tipo de pesquisa, e que no entanto dão mostras das margens de ajuste dessa metodologia de análise que estamos tentando construir.

Depois de localizadas todas as proposições realizadas pelos quatro parlamentares ao longo da 54^a Legislatura (2011-2015), dedicamo-nos a uma questão que é central nesta pesquisa, a saber: temas da teoria do desenvolvimento sustentável aparecem ou não nas proposituras dos quatro deputados federais? Se aparecem, quais são esses temas, qual o peso deles no conjunto de proposições e quem são aqueles que pautaram esses temas na CD? Em outras palavras, a questão é identificar proximidades e distanciamentos entre as atuações parlamentares e temas caros ao desenvolvimento sustentável.

A teoria do desenvolvimento sustentável abrange um campo vasto de conhecimentos que tem como principal razão de ser a preocupação com o impacto da atividade humana nos recursos naturais ao longo da história da humanidade, sobretudo do século XVIII em diante. Diminuir tal impacto, proteger e garantir recursos naturais para as gerações futuras sem deixar de lado preocupações com direitos civis, políticos e sociais são, desde os idos de 1970, os grandes objetivos dos que tomam tal teoria para iluminar o desenvolvimento de novas práticas sociais.

Para os objetivos desta pesquisa, dois marcos teóricos da teoria do desenvolvimento sustentável foram destacados: o da economia ecológica e o do ecodesenvolvimento. Bem como ideias de Carlos José Saldanha Machado sobre o tema, presentes no livro *Desenvolvimento sustentável para o Antropoceno: um olhar panorâmico*, de 2014.

A economia ecológica encara a economia humana como parte do ecossistema e não o ecossistema como um ente servil da economia humana. Além de considerar que para se realizar ao infinito o crescimento econômico sempre esbarrará na escassez de recursos naturais, preocupa-se em reparar estragos na natureza ocasionados pela utilização dos mesmos considerando, sobremaneira, a

existência de estragos irreparáveis e, assim, preocupa-se de modo especial com a gestão dos resíduos dos processos produtivos, reservando a ela lugar de destaque na economia humana. Segundo Valdir F. Denardin, em seu artigo *Abordagens econômicas sobre o meio ambiente e suas implicações quanto aos usos dos recursos naturais*, a economia ecológica visa uma sustentabilidade ao ver a necessidade de se pensar modelos produtivos que não levem os recursos naturais ao declínio contínuo de seus estoques (Denardin, 2003).

O marco teórico do ecodesenvolvimento, a partir de Ygnacy Sachs (2007), *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*, se assemelha ao da economia ecológica ao apresentar severa preocupação com as necessidades das futuras gerações e, para além, mostra-se preocupado com a existência de estruturas participativas de planejamento e gestão das atividades humanas que impactam sobre os recursos naturais e sobre as necessidades materiais e imateriais das sociedades. Tal proposta de ecodesenvolvimento abrange certas noções de sustentabilidade que são: 1- ecológica: necessidade de utilização de técnicas de baixo impacto para a natureza e de melhor aproveitamento dos recursos naturais; 2- social: atender necessidades materiais e imateriais do todo social; 3- econômica: alocação e gestão de recursos públicos e privados considerando as necessidades macrossociais; 4- espacial: equilíbrio entre o campo e a cidade por meio de uma melhor distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas; 5- cultural: transformações endógenas por meio da manutenção da cultura material e imaterial.

Por seu turno, Machado (2014), sobre o mesmo tema afirma:

"o desenvolvimento sustentável assume a complexidade interdependente e multidisciplinar, implicando: i) a inclusão de parcelas da população da sociedade brasileira e do planeta Terra em modelos mais equitativos de produção e reprodução da vida; ii) a busca da consolidação de economias mais solidárias e cooperativas, que não tenham como finalidade única a acumulação do capital nem a redução do ser humano e da natureza a moedas de troca; iii) uma perspectiva democrática e de transparência e a adoção de novas formas mais coletivas de exercício e de controle do poder; iv) o respeito à diversidade cultural da sociedade brasileira e do planeta Terra, o direito dos povos a suas tradições, ritualidades,

formas de produção e relações com a natureza; v) a compreensão da interdependência de todos os seres vivos e não vivos e a manutenção da harmonia e do equilíbrio desse sistema; vi) o reconhecimento do direito das futuras gerações de herdarem um planeta melhor, mais saudável e preservado." (Machado, 2014, p.22-23).

A seleção de teorias que guardam semelhanças entre si se devem sobretudo à intenção de apresentarmos, e conseqüentemente termos em conta na análise comparativa que se seguirá, um conjunto com várias ideias acerca do que seja desenvolvimento sustentável. Isso no intuito de poder, a partir do conjunto de proposições parlamentares encontradas, e dessa seleção de que estamos tratando por ora, comparar o conteúdo das proposições parlamentares com todas as ideias selecionadas acerca do desenvolvimento sustentável. Se por um lado a vasta literatura acadêmica sobre desenvolvimento sustentável nos força a selecionar aquilo com que se fará a análise que estamos propondo, por outro, as semelhanças encontradas nessas ideias sobre desenvolvimento sustentável, tal como se pode ver acima, nos permite estar de posse de um razoável conjunto de compreensões sobre o tema, algo útil na tarefa de comparar ideias do desenvolvimento sustentável com mais de três centenas de assuntos e questão presentes nas proposições parlamentares encontradas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa marcadamente preocupada com aquilo que tem ligação estreita com as políticas públicas (o parlamento), com as redes sociais que parlamentares integraram na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2015, e com os conteúdos dessas redes, buscando sintonias entre as teorias do desenvolvimento sustentável e os conteúdos das redes parlamentares, ou seja, buscando no conteúdo das proposições parlamentares a presença das ideias do desenvolvimento sustentável.

E assim chegamos à fase de apresentar as rotas trilhadas que tornaram possível algum entendimento acerca de uma rede de autores e temas pautados na Câmara dos Deputados, bem como dos sentidos dessas atuações, isto é, apresentar aquilo que nos possibilitou compreender os sentidos da atuação dos quatro parlamentares citados anteriormente, quem foram os outros 321 parlamentares que

integraram tal rede, quais são os sentidos de todas essas atuações, e então compará-los com temas próprios da teoria do desenvolvimento sustentável já apresentadas.

CAPÍTULO 2: REDES SOCIAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

No capítulo anterior descrevemos o início da pesquisa e apresentamos a incursão realizada na literatura acadêmica sobre parlamentares evangélicos, o crescimento da população evangélica no Brasil e no estado do Paraná, as fontes consultadas para a realização desta pesquisa, o método escolhido para o tratamento dos dados levantados (Análise de Redes Sociais - ARS), o objetivo de criar uma metodologia de análise da atuação política na Câmara dos Deputados, e a questão central da pesquisa: quais as proximidades, e distanciamentos, existentes entre as atuações políticas na Câmara dos Deputados e temas próprios do desenvolvimento sustentável?

No presente capítulo analisaremos as redes formadas por assuntos e categorias das proposições parlamentares, por assuntos das proposições parlamentares e parlamentares, e ainda por categorias das proposições parlamentares e parlamentares. Iniciamos descrevendo como se deu a tarefa de encontrar todas as proposições feitas pelos quatro deputados federais durante a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Para visualizar as proposições de um deputado federal o caminho que percorremos foi o seguinte: acessamos o *site* da CD: <www2.camara.leg.br/>; na Seção "Deputados", acessamos o item "Conheça os Deputados" (o endereço da página passou a ser: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>); no item "Pesquisa de Deputados", digitamos o nome do parlamentar e escolhemos a legislatura de nosso interesse (lembrando que para esta pesquisa a legislatura escolhida foi a 54ª); acessamos o endereço do resultado obtido; acessamos o item "Proposições de Autoria do Deputado". No resultado da busca são apresentadas todas as proposições feitas pelo parlamentar em todas as legislaturas nas quais ele atuou, começando pela atual – se for o caso do parlamentar estar exercendo mandato – ou pela mais recente, até a mais antiga. Seguimos a trilha apresentada anteriormente e dispomos o resultado encontrado na tabela abaixo (Tabela 11):

Tabela 11: Proposições na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015)

DEPUTADO FEDERAL	QUANTIDADE
André Zacharow	22
Edmar de Souza Arruda	108
Delegado Fernando Destito Francischini	367
Hidekazu Takayama	60
TOTAL	557

Fonte: Câmara dos Deputados Federais.

Posteriormente, para cada uma das proposições encontradas, o conteúdo do resultado apresentado na página do repositório de dados da Câmara dos Deputados foi copiado e levado para o editor de texto do pacote de programas de computador LibreOffice.¹⁸ Nele, somente as informações *autoria* e *conteúdo da ementa da proposição* foram preservadas, todo o restante foi deletado. Quando da limpeza dos dados, percebemos que algumas dezenas de proposições foram disponibilizadas no *site* da Câmara dos Deputados de forma duplicada, num total de 49 casos. Às vezes tratando-se de cópia integral, às vezes, tratando-se de cópia do conteúdo da proposição seguida de outras informações acerca da situação da proposição como, por exemplo, aguardando providências internas; aguardando despacho do presidente da CD; tramitando em conjunto; arquivada; aguardando vistas; tramitação do requerimento finalizada; pronta para pauta; aguardando resposta. Deletamos todos os casos duplicados. Às vezes, como partimos do levantamento das proposições de quatro deputados federais realizadas no mesmo período, de uma única legislatura, a 54ª, uma mesma proposição apareceu tanto no montante de um como de outro parlamentar, demonstrando associação em ações, num total de apenas quatro casos.¹⁹ De modo que o montante de proposições realmente

¹⁸ THE DOCUMENT FOUNDATION. LibreOffice, [s.l.: 4.3.], 2014.

¹⁹ O método de coleta desses dados por nós utilizado carece de automatização, ou de melhoramentos, para que seja possível realizar com mais facilidade pesquisas maiores, ou seja, com um maior número de atuações parlamentares a serem analisadas, isso tão somente no tocante à eliminação de proposições que aparecerão repetidas junto aos casos consultados, em razão das mesmas eventualmente serem fruto de iniciativas coletivas. Registramos, aqui, que talvez a resolução

analisadas, descontados todos os casos duplicados, foi de 504. Essas 504 proposições tem origem em ações parlamentares que são: 58 sugestões, 350 solicitações e requerimentos e 86 projetos de lei.

Preservadas tais informações (autoria e conteúdo das ementas das proposições), as separamos por “;”, como também, quando a proposição contava com mais de um autor, separamos os nomes desses autores também por “;”. Depois de separar por “;” autor e conteúdo da ementa, a tarefa que se seguiu foi classificar por assunto e categoria cada conteúdo das ementas das 504 proposições encontradas. No editor de texto, cada caso foi alocado em uma linha diferente e, para cada linha, num total de 504, temos as seguintes informações: autor ou autores; conteúdo da ementa da proposição; assunto específico da proposição; categoria de agregação. Ao término da classificação, o número total de assuntos encontrados foi 335, e o número de categorias agregadoras dos assuntos é 45; todos os assuntos e categorias podem ser vistos no Anexo C²⁰. Isto foi necessário para posteriormente podermos transformar o arquivo de texto num arquivo de planilha eletrônica, também do LibreOffice, o que facilitou a leitura dos dados e a preparação dos mesmos em formato adequado à leitura e tratamento específico que fora dado pelo programa de computador Gephi 0.8.2 Beta.

Ao classificarmos cada uma das 504 proposições em assunto e agregá-los em categorias optamos por mantermo-nos fiéis à evidência textual da ementa da proposição, quando possível, e, para os casos em que isto não foi possível de imediato, recorremos aos textos das leis e/ou de projetos de leis indicados no texto da ementa da proposição, para então nos mantermos fiéis ao conteúdo desses textos.

Em 14 proposições não foi possível identificar o assunto de cada uma delas. Assim as agrupamos numa mesma classe de assuntos, a Não Identificada (NI). Para esta classe de assuntos foi necessário criar, para efeito de análise deste estudo,

desse problema esteja no ato de se considerar, na organização dos dados extraídos do banco de dados virtual da Câmara dos Deputados, o código de identificação que cada proposição carrega. O que permitirá excluir posteriormente os códigos duplicados.

²⁰ No Anexo C, em itálico e grifado, estão as categorias (45 no total), antecedendo suas subcategorias, os assuntos (335 no total).

também, a categoria Não Identificada (NI). Nas outras 490 proposições foi possível identificar e classificar em assunto e categoria cada uma das ementas das mesmas.

A análise das 504 proposições, observando os nomes dos proponentes, para além dos 4 parlamentares apresentados anteriormente, possibilitou a identificação de outros 321 parlamentares; todos os nomes dos mesmos podem ser vistos no Anexo D. No entanto, ao buscarmos os nomes dos autores nos deparamos, em alguns casos, com a falta desta informação. Para esses casos optamos por usar a nomenclatura Parlamentares Não Informados, para um melhor efeito de análise dos dados. Sendo assim, identificamos uma rede de parlamentares em ação na Câmara dos Deputados abrangendo 326 nós diferentes, onde 325 se referem a parlamentares identificados e apenas um nó se refere às autorias não informadas, portanto faltantes no conjunto de informações disponíveis no banco de dados virtual da Câmara dos Deputados.

A seguir apresentaremos dados referentes às três redes que foram possíveis de serem construídas por meio da utilização de duas ferramentas computacionais, a planilha do LibreOffice e o programa Gephi, ambas alimentadas com as informações que colhemos da pesquisa sobre a atuação dos deputados André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini e Hidekazu Takayama no banco de dados virtual – principal fonte documental desta pesquisa – entre os anos 2011 e 2015. As redes que apresentaremos são: Rede de Assuntos e Categorias das Proposições Parlamentares; Rede de Assuntos e Parlamentares e Rede de Categorias e Parlamentares.

Foi, em razão do tratamento que demos às informações selecionadas, que conseguimos identificar essas três redes diferentes. Sendo a primeira aquela que mostra o resultado de nossa classificação, em assunto e categorias, das ementas das 504 proposições analisadas. Em outras palavras, dizemos que esta rede mostra como os 335 tipos de assuntos foram agregados em 45 categorias.

Os grafos apresentados aqui têm seus nós (assuntos, categorias ou parlamentares) particionados/modulados em comunidades e graduados por número de relacionamentos (grau). Em ARS o conceito de modularidade expressa uma métrica de rede (um algoritmo) que programas de computador utilizam para

identificar os grupos de nós que guardam semelhanças (valores de proximidade; grau; intermediação) entre si, sendo assim, trata-se de uma métrica de grupo que institui comunidades por proximidade, conectividade e vizinhança.²¹

Ao utilizarmos o programa Gephi, e a planilha do LibreOffice, pudemos utilizar a métrica modularidade de classe, mais precisamente na planilha eletrônica, para, ao lermos a tabela de informações estatísticas acerca dos nós das redes, tabela essa gerada pelo Gephi a partir de uma série específica de dados que servimos ao programa, identificarmos os grupos no interior das três redes que criamos. A utilização desta métrica nos possibilitou a visualização da distribuição de todos os nós de uma rede em grupos; isso para as três redes. No entanto, é importante observar que, em razão da forma como os grupos são formados e distribuídos, não se estabelece hierarquia alguma entre os grupos. Há, portanto, apenas os grupos diferentes e, no interior de cada um deles, seus nós semelhantes.

Além do particionamento em comunidades (de assuntos/categorias ou parlamentares) utilizamos a métrica de grau para destacar quais categorias receberam maior número de assuntos específicos, ou seja, identificamos as categorias com os maiores graus de entrada.

O nosso objetivo principal, com esta parte dedicada à análise de redes sociais na Câmara dos Deputados, é explorar possibilidades dessa metodologia sobre o conjunto das informações dos documentos encontrados, uma exploração, por sua vez, dedicada a vários pontos de vista que somados tentam completar uma representação do seguinte objeto: redes de parlamentares em ação na Câmara dos Deputados entre os anos 2011 e 2015. Reconhecemos que não exploramos todas as informações que constam nos relatórios do banco de dados virtual da Câmara dos Deputados referentes às proposições parlamentares feitas pelos quatro parlamentares supracitados entre os anos 2011 e 2015, ou seja, não esgotamos a fecundidade dos documentos, o que requer outras análises. Também não exploramos os discursos em plenário e nas comissões parlamentares, as emendas,

²¹ Proximidade em rede trata-se de uma medida de cálculo que considera o conjunto de relacionamentos de um nó e os valores (pesos) envolvidos nesses relacionamentos. A expressão gráfica pode ou não apresentar os nós “próximos” um do outro. Para uma melhor compreensão ver *Community detection* e *Measures and metrics* em Newman (2010) páginas 371-373 e 168-193, respectivamente.

o posicionamento dos mesmos nas votações, a assiduidade deles nas atividades parlamentar obrigatórias da Câmara dos Deputados. Todas essas explorações são possíveis a partir de pesquisas junto aos bancos de dados virtuais das duas casas do Congresso Nacional do Brasil – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

2.1 A REDE DE ASSUNTOS E AS CATEGORIAS CENTRAIS CONSTITUÍDAS PARA ESTUDO

A Rede de Assuntos e Categorias das Proposições Parlamentares, resultante da classificação das 504 proposições parlamentares está expressa no grafo a seguir (Figura 11). O grafo foi plotado a partir do algoritmo Force Atlas 2.0 – algoritmo que aproxima os nós em comunidades e afasta uma comunidade da outra a depender das conexões entre os nós, e está indicando em cores diferentes as comunidades formadas por proximidade.

O grafo a seguir (Figura 11) permite que identifiquemos as principais categorias das 504 proposições parlamentares analisadas. As cores correspondem às famílias, ou comunidades de assunto-categoria expressas nas proposições dos parlamentares selecionados. Os nós integrados que mais se destacam aparecem na cor verde-escuro, a saber: Investigação, Segurança Pública e Legislação Penal. Outros nós integrados, e de menor destaque, como, por exemplo, Legislação Geral, Planos de Carreira e Saúde, também fazem parte da mesma classe identificada pela cor verde-escuro, compondo, assim, o quadro integrado de maior destaque do grafo.

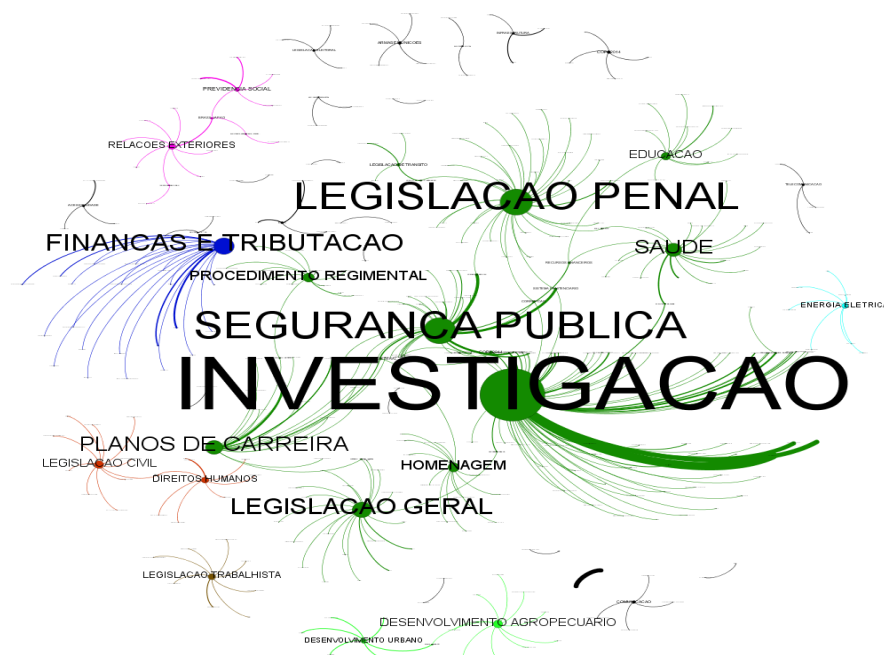


Figura 11: Grafo de rede de assuntos de proposições de Deputados Federais selecionados apresentadas na Câmara dos Deputados (2011-2015) agregados por categorias.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Quando da utilização da métrica modularidade de classe nesta rede a mesma apresentou 29 classes distintas nas quais os seus nós ficaram divididos. Plotando o grafo a partir do algoritmo Force Atlas 2.0 pudemos visualizar as partições em cores diferentes, bem como os principais núcleos e lideranças de classes, ou seja, aqueles nós como maior centralidade de grau, quer dizer, com um maior número de conexões com outros nós.

Na tabela a seguir (Tabela 12), apresentamos as 12 primeiras categorias com maior número de assuntos ligados a elas e seus respectivos números de assuntos. Todas as outras 33 categorias apresentam valores para grau de entrada que variam de 1 a 8; não havendo nenhum nó com centralidade de grau zero, ou seja, sem nenhuma conexão com outro nó da rede. Lembramos novamente que a relação contendo todas as categorias/assuntos pode ser consultada no Anexo C.

Tabela 12: Grau de entrada das categorias

CATEGORIA	Nº de Assuntos constituintes da categoria
Investigação	66
Segurança Pública	33
Legislação Penal	33
Finanças e Tributação	21
Legislação Geral	20
Planos de Carreira	18
Saúde	17
Homenagem	12
Procedimento Regimental	12
Legislação Civil	10
Desenvolvimento Agropecuário	10
Educação	10

Fonte: Dados do Autor.

Na tabela a seguir (Tabela 13), apresentamos os 18 assuntos que mais vezes aparecem nas 45 categorias dessa rede, e a quantidade de vezes dessas ocorrências. Todos os outros 317 assuntos apresentam valor 1 para a métrica de grau, ou seja, aparecem uma única vez dentro de uma ou outra das 45 categorias.

Considerando que a literatura sobre parlamentares evangélicos apresentada no capítulo anterior mostra, por um lado, não existir homogeneidade política e ideológica na chamada bancada evangélica (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013; Luna, 2014), e, por outro, apenas existir unidade entre os parlamentares evangélicos quando se trata de temas relativos à moral (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013), e considerando ainda, conforme informamos acima, que a análise das 504 proposições dos quatro parlamentares paranaenses apontou um conjunto de outros 321 parlamentares também autores, em alguma medida, desse montante de proposições, buscamos identificar nesse universo de congressistas quais deles, e quantos, integraram a FPE na 54ª

Legislatura da Câmara dos Deputados. Concluindo que dentre os 321 parlamentares que se somaram, dividindo a responsabilidade das autorias de proposições coletivas, às atuações dos quatro deputados paranaenses, o conjunto de congressistas que também integraram a FPE no mesmo período contou com 47 membros (somemos aos quatro paranaenses os outros 47 e temos 51 parlamentares da FPE presentes em nossas redes); a lista com os nomes dos 51 pode ser vista no Anexo E.

Isso tudo para alcançarmos o maior número de pistas possíveis que ajudassem a explicar, por exemplo, a presença das proposições classificados como Assunto/Religião; nota-se, na tabela a seguir (Tabela 13), este tipo de assunto.

Tabela 13: Grau de saída dos assuntos

ASSUNTOS	Frequência nas categorias
Copa 2014	4
Brasil-Japão	3
Polícia Federal	3
Sistema Penitenciário	3
Corrupção	3
Recursos Financeiros	3
Religião	2
Município de Maria Helena-PR	2
Fronteiras Nacionais	2
Meio Ambiente	2
Segurança Pública	2
Ministério da Saúde	2
Código de Trânsito Brasileiro	2
Combate às Drogas	2
Poder Judiciário da União	2

ASSUNTOS	Frequência nas categorias
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	2
Supremo Tribunal Federal	2
Programa Minha Casa, Minha Vida	2

Fonte: Dados do Autor.

A tabela anterior (Tabela 13) mostra, também, que o assunto Religião apareceu na Rede de Assuntos e Categorias das Proposições Parlamentares apenas duas vezes, se fazendo presente em duas categorias diferentes: Direitos Humanos e Legislação Civil. Para o primeiro caso o que aparece no conjunto das proposições é o requerimento, de autoria única do deputado Edmar Arruda, que, de acordo com informações da Câmara dos Deputados (levantadas a partir da consulta das proposições parlamentares, disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados, conforme informamos anteriormente) tratava de conseguir “a aprovação de uma moção de repúdio em relação à decisão da corte iraniana que determinou a pena de morte ao pastor Yousef Nadarkhani porque o mesmo teria se recusado a renunciar sua fé cristã”. No segundo caso, trata-se de um projeto de lei – PL-2756/2011 –, que contou com a autoria de 41 parlamentares, cuja razão de ser, também segundo informações da Câmara dos Deputados, é “assegurar aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos”. Trata-se de proposições cujos temas não estão ligados à moral cristã, como se pode ver.

Por outro lado, considerando as ideias sobre desenvolvimento sustentável, também apresentadas no capítulo anterior, no exercício de comparação com os conteúdos das 504 proposições analisadas, ou seja, com os sentidos das atuações desse conjunto de 325 congressistas, pudemos identificar uma série de 35 proposições parlamentares que, no geral, podem ser consideradas como estando próximas, em se tratando estritamente da temática das mesmas (e não dos posicionamentos de seus autores, se favoráveis ou contrários, por exemplo; algo

impossível de ser mapeado com a metodologia aqui utilizada), daquelas outras, ou seja, identificamos proposições parlamentares que guardam proximidades com as ideias acerca do desenvolvimento sustentável acima apresentadas. Isto também não quer dizer que essas proposições encontradas contribuem, ou não, com a concretização de qualquer sentido de desenvolvimento territorial sustentável. Apenas identificamos as proximidades temáticas. A seguir, apresentaremos a série completa. O conteúdo dessas proposições, que a seguir será citado no decorrer do tratamento que demos à série, foi retirado do *site* da Câmara dos Deputados conforme explicação anterior (trata-se de trechos das ementas das proposições dos quatro parlamentares com os quais iniciamos este estudo).

Os quatro primeiros casos encontrados têm como autor o parlamentar Fernando Francischini, e a forma como foram classificados pode ser vista a seguir. O primeiro como Categoria/Acessibilidade – Assunto/Código Braille, já que trata do PL 6.967/2013, que segundo informações da Câmara dos Deputados dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão em código Braille em todos os cartões de qualquer natureza emitidos por instituições financeira e máquinas e/ou equipamentos que faça sua utilização. O segundo e o terceiro como Categoria/Acessibilidade – Assunto/Estatuto do Portador de Deficiência; dois requerimentos, um que trata da desapensação do PL 7.344/2010 do PL 7.699/2006 e o outro que buscava colocar na ordem do dia dos trabalhos da Câmara dos Deputados o PL 7.699/2006. O quarto, classificado como Categoria/Assistência Humanitária Internacional – Assunto/Estoques Públicos de Alimentos, trata-se de um requerimento de urgência para apreciação do PL 12.429, de 20 de junho de 2011, que por sua vez trata da doação de estoques públicos de alimento para a assistência humanitária internacional. Neste último o parlamentar Fernando Francischini estava acompanhado de outro parlamentar, Pedro Uczai, e de parlamentares que não foram informados nos documentos da Câmara dos Deputados consultados.

O quinto caso, um requerimento de autoria de Hidekazu Takayama, fora classificado como Categoria/Direitos Humanos – Assunto/Negros, porque buscava, segundo informações da Câmara dos Deputados, realizar audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o PL 1.866/1999 e

apensados, que dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro.

O sexto caso, também um requerimento de Hidekazu Takayama, classificado como Categoria/Direitos Humanos – Assunto/Casa de Direitos, buscava, também segundo informações da Câmara dos Deputados, convidar os autores do Projeto Casa de Direitos, na cidade de Pinhais – Paraná, para expor proposta premiada pelo governo federal, pioneira e inovadora, segundo o próprio autor do documento, na questão dos direitos humanos.

O sétimo caso contou com a autoria de André Zacharow, Luiz Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Raimundo Gomes de Matos, Davi Alves Silva Junior, Dilceu Sperafico, Eleuses Paiva, Wandenkolk Gonçalves, Luiz Nishimori, Silas Brasileiro, Lira Maia, Marcon, Giacobbo, Wellington Roberto, Márcio Marinho e Júnior Coimbra; 16 parlamentares no total. Tendo sido classificado como Categoria/Direitos Humanos – Assunto/Terras Indígenas; um requerimento que, segundo a Câmara dos Deputados buscava convocar o então Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre processos de demarcações das terras indígenas de Mato Preto e Passo Grande do Rio Forquilha.

O oitavo caso contou com as autorias dos seguintes 20 parlamentares: André Zacharow, Luiz Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Dilceu Sperafico, Luiz Nishimori, Nilson Leitão, Valdir Colatto, Oziel Oliveira, Domingos Savio, José Humberto, Duarte Nogueira, Giovanni Queiroz, Junji Abe, Betinho Rosado, Marco Pontes, Nelson Padovani, Alfredo Kaefer, Onyx Lorenzoni, Nelson Marquezelli, Jerônimo Gorgen. Foi classificado como Categoria/Direitos Humanos – Assunto/Terras Indígenas; uma solicitação que, segundo a Câmara dos Deputados, buscava a realização de audiência pública com a então Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Helena Hoffmann, para que a mesma prestasse esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas no Brasil.

O nono caso, um requerimento, contou com as autorias dos seguintes 12 parlamentares: Fernando Francischini, Vieira da Cunha, André Moura, Eduardo Cunha, Rubens Bueno, Jandira Feghali, Ivan Valente, José Guimarães, Bernardo Santana de Vasconcellos, Beto Albuquerque, Antonio Imbassahy, Arlindo Chinaglia.

Foi classificado como Categoria/Direitos Humanos – Assunto/Tortura-Ditadura. Segundo a Câmara dos Deputados, este requerimento buscava realizar reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Relações Exteriores, Defesa Nacional, Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de ouvir o general reformado do exército, Sr. José Antônio Nogueira Belham, sobre as circunstâncias da prisão, tortura, morte e ocultamento de cadáver do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva.

O 10º caso, e o 11º, apesar de tratarem de temas ligados à moral cristã (união de pessoas do mesmo sexo e valorização da família), apresentaram números bem baixos de participação parlamentar nas autorias, assim como aquelas proposições de que tratamos anteriormente, antes de começarmos a tratar desta série de 35 proposições, e que foram classificadas como Assunto/Religião. No primeiro, um Projeto de Decreto Legislativo (PDC-232/2011) que teve como autor apenas o parlamentar André Zacharow, pautou, segundo documentos da Câmara dos Deputados, a convocação de um plebiscito para decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo respondendo a seguinte questão: 'você é a favor ou contra a união civil de pessoas do mesmo sexo?'. Este foi classificado como Categoria/Legislação Civil – Assunto/União de pessoas do mesmo sexo. Já o 11º, classificado como Categoria/Legislação Civil – Assunto/Valorização da Família, contou com os seguintes treze autores: André Zacharow, João Campos, Benedita da Silva, Jhonatan de Jesus, Neilton Mulin, Rosinha da Adefal, Sueli Vidigal, Walter Tosta, Pastor Eurico, Pastor Marco Feliciano, Roberto de Lucena, Vitor Paulo e Walney Rocha. Dessa vez um requerimento para, também segundo os documentos da Câmara dos Deputados consultados, realizar seminário, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, com o objetivo de debater e conhecer ações e programas de valorização da família, no âmbito do poder público e da iniciativa privada.

Por sua vez, o 12º caso, um requerimento de autoria da deputada Luciana Santos, Fernando Francischini e outros parlamentares não informados, buscou transformar uma Sessão Plenária em Comissão Geral para debater o PL 7.735/2014, e a Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto

nº 2.519, de 16 de março de 1998. Este caso foi classificado como Categoria/Legislação Geral – Assunto/Genética e Meio Ambiente.

O 13º, classificado como Categoria/Legislação Penal – Assunto/Aborto, trata-se de um requerimento, de autoria de Fernando Francischini, para que, segundo a Câmara dos Deputados, fosse realizada uma audiência pública para discutir o apoio do presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM à realização do aborto, bem como a sugestão de alteração no Código Penal proposta por aquele conselho para descriminar o aborto. Este é mais um dos casos de proposições que mesmo tratando de um tema ligado à moral cristã – aborto, e mesmo tendo um parlamentar evangélico como autor, não reuniu nenhum outro parlamentar como autor da proposição.

O 14º, classificado como Categoria/Legislação Ambiental – Assunto/Áreas de Preservação Permanente, trata-se de um requerimento, de autoria de Edmar Arruda, para que, segundo a Câmara dos Deputados, fosse incluído para apreciação da referida casa legislativa o PL 1.876/1999, que trata de áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências.

O 15º, classificado como Categoria/Legislação Ambiental – Assunto/Política Nacional do Meio Ambiente, trata-se do PL 4939/2013, de autoria de Fernando Francischini, que, segundo a Câmara dos Deputados, altera a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a utilização de material inflamável e tóxico para isolamentos acústico ou térmico e o uso de material pirográfico em ambientes fechados.

O 16º, classificado como Categoria/Segurança Pública – Assunto/Acidente Nuclear, trata-se de requerimento, de autoria de Hidekazu Takayama, que buscou convidar, para uma audiência pública, o à época Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos sobre os estudos e as ações estratégicas para o caso de um acidente nuclear no Brasil.

O 17º caso, e o 18º, são requerimentos, também de autoria de Hidekazu Takayma, classificados como Categoria/Investigação – Assunto/Gases Radioativos, para que José Augusto Perrotta desse explicações na Câmara dos Deputados sobre

a contaminação de plutônio e urânio no planeta Terra decorrentes da explosão de reatores nucleares no Japão.

O 19º, classificado como Categoria/Legislação Penal – Assunto/Crime Ambiental-Polímeros, trata-se de um requerimento, de autoria de Fernando Francischini, em que o mesmo solicitou a realização de audiência pública para debater o seguinte tema: crime ambiental e a destinação final do lixo que contém polímeros.

O 20º, classificado como Categoria/Legislação Trabalhista – Assunto/Adolescentes, trata-se de um requerimento, de autoria de Edmar Arruda, para que a PEC 35/2011, fosse colocada na ordem do dia dos trabalhos da casa. Esta PEC, segundo os documentos da Câmara dos Deputados consultados, busca alterar o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal para permitir que o adolescente possa ser empregado a partir dos 14 anos de idade, exceto quando o trabalho for noturno e ou considerado perigoso ou insalubre.

O 21º, classificado como Categoria/Legislação Trabalhista – Assunto/FGTS, trata-se de um requerimento, de autoria de Fernando Francischini, Mendonça Filho e outros parlamentares não informados, para que houvesse urgência na apreciação do PL 7.037/2014, este que por sua vez trata de mudanças nas regras de remuneração do FGTS.

O 22º, classificado como Categoria/Legislação – Assunto/Jornada de Trabalho Enfermagem, trata-se de um requerimento de autoria de Fernando Francischini, André Moura e outros parlamentares não informados, que buscou convocar a Comissão Geral, para no dia 21 de maio de 2014, debater o PL 2.295/2000, que, segundo a Câmara dos Deputados, dispõe sobre a jornada dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem – altera a lei nº 7.498, de 1986, fixa a jornada de trabalho em seis horas diárias e trinta horas semanais.

O 23º, também um requerimento de autoria de Fernando Francischini, e também classificado como Categoria/Legislação – Assunto/Jornada de Trabalho Enfermagem, trata-se de um pedido para que o PL 2.295/2000 fosse apreciado por aquela casa com urgência.

O 23º, também um requerimento de autoria de Fernando Francischini, que fora classificado como Categoria/Legislação Trabalhista – Assunto/Piso Salarial Nacional Agente Comunitário de Saúde, trata-se de um pedido para que o PL 7.495/2006 fosse apreciado pela casa com urgência.

O 24º, um requerimento que contou com as autorias de Fernando Francischini, Amauri Teixeira e outros parlamentares não informados, foi classificado como Categoria/Legislação Trabalhistas – Assunto/Previdência Social. Os mesmos buscavam, segundo documentos da Câmara dos Deputados, a realização de Comissão Geral para discutir os impactos sociais sobre a folha da previdência social e sobre as despesas do SUS, decorrentes dos acidentes de trabalho no Brasil.

O 25º, também um requerimento, têm como autores Fernando Francischini e outros parlamentares não informados, e foi classificado como Categoria/Legislação Trabalhista – Assunto/Previdência Social. Os mesmos trataram de requerer regime de urgência na apreciação do PL 6.781/2010, que, segundo a Câmara dos Deputados, “cria condições especiais de trabalho e aposentadoria para os profissionais de comunicações que exercem funções externa.

O 26º, uma sugestão feita pelo parlamentar Edmar Arruda, em 25 de agosto de 2011, ao Ministro da Fazenda, para que fosse rápida a implementação do Fundo de Catástrofe, bem como acontecesse imediatamente a liberação de recursos para o Programa de Subvenção Econômica do Prêmio do Seguro Rural, foi classificado como Categoria/Política Agrária – Assunto/Fundo de Catástrofe.

O 27º, trata-se do PL 7469/2014, de autoria de Fernando Francischini, Paulo Pereira da Silva e Antônio Imbassahy, que, segundo a Câmara dos Deputados, “altera a lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, com o objetivo de estender o prazo referente à política de valorização do salário mínimo e, consequentemente, o seu aumento real, mantendo os índices de correção vigentes na época. Fixando, inclusive, os percentuais a serem aplicados para o reajuste do salário mínimo entre 2016 e 2019, inclusive. Este foi classificado como Categoria/Política Salário Mínimo – Assunto/Salário Mínimo.

O 27º caso, e o 28º, compreendem dois requerimentos, um de autoria de Edmar Arruda e outro de Fernando Francischini, que foram classificados como

Categoria/Previdência Social – Assunto/Aposentadoria por invalidez. Ambos buscavam incluir na ordem do dia dos trabalhos da casa a PEC 270/2008.

O 29º caso, um requerimento de autoria de Fernando Francischini, também foi classificado como Categoria/Previdência Social – Assunto/Aposentadoria por invalidez. O mesmo tratou de requerer a inclusão na ordem do dia dos trabalhos da casa da PEC 170/2012.

O 30º caso, um requerimento de Hidekazu Takayama, foi classificado como Categoria/Previdência Social – Assunto/Brasil-Japão. O mesmo tratou de requer, segundo a Câmara dos Deputados, a inclusão na ordem do dia do Projeto de Decreto Legislativo N.º 59, de 2011, que aprova o texto do acordo de previdência social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010.

O 31º caso, e o 32º, são requerimentos de autoria de Fernando Francischini que foram classificados como Categoria/Previdência Social – Assunto/Contribuição de inativos, e que trataram de requerer, segundo a Câmara dos Deputados, a inclusão na ordem do dia do plenário da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N.º 555/2006, que revoga o art. 4º da emenda constitucional nº 41, de 2003, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (contribuição de inativos).

O 33º caso, também um requerimento de Fernando Francischini, foi classificado como Categoria/Previdência Social – Assunto/Fator Previdenciário. O mesmo tratou de requerer inclusão na ordem do plenário da casa do PL 3299/2008, que, segundo a Câmara dos Deputados, e para aquela época, buscava extinguir a forma de cálculo atual do fator previdenciário.

O 34º caso, também um requerimento, foi classificado como Categoria/Investigação – Assunto/Aborto Seguro e contou com as autorias dos 26 seguintes parlamentares: João Campos, Pastor Eurico, Marcos Rogério, Gilmar Machado, Ronaldo Nogueira, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Costa Ferreira, Dr. Grilo, Pastor Marco Feliciano, Márcio Marinho, Roberto de Lucena, Lilian Sá, Ronaldo Fonseca, Anthony Garotinho, Walney Rocha, Rosinha da Adefal, Edmar

Arruda, Stefano Aguiar, Jefferson Campos, George Hilton, Onyx Lorenzoni, Marcelo Aguiar, Anderson Ferreira, Eduardo Cunha e Telma Pinheiro. Estes parlamentares buscavam informações, segundo os documentos da Câmara dos Deputados consultados, do então ministro da saúde sobre viagens oficiais internacionais feitas, feitas por servidores daquele ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro. Este caso, que apresenta um tema – Aborto – ligado à moral cristã, por sua vez contou com a participação de um número maior de parlamentares autores do que os casos 10º e 11º desta série. Esses que também apresentaram temas ligados à moral cristã (união de pessoas do mesmo sexo e valorização da família). Lembrando que o primeiro teve apenas André Zacharow como autor e, o segundo, contou com 13 autorias diferentes.

O 35º caso, e último da série, também um requerimento, por sua vez foi classificado como Categoria/Investigação – Assunto/Descriminalização do Aborto e contou com as autorias dos 27 seguintes parlamentares: Benedita da Silva, João Campos, Pastor Eurico, Marcos Rogério, Gilmar Machado, Ronaldo Nogueira, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Costa Ferreira, Dr. Grilo, Pastor Marco Feliciano, Márcio Marinho, Roberto de Lucena, Lilian Sá, Ronaldo Fonseca, Anthony Garotinho, Walney Rocha, Rosinha da Adefal, Edmar Arruda, Stefano Aguiar, Jefferson Campos, George Hilton, Onyx Lorenzoni, Marcelo Aguiar, Anderson Ferreira, Eduardo Cunha e Telma Pinheiro. Estes parlamentares buscavam informações, segundo os documentos da Câmara dos Deputados consultados, do então ministro da saúde sobre termos de cooperação e convênios destinados a estudos e pesquisas sobre aborto e descriminalização do aborto no Brasil. De todos os casos desta série este é o que mais contou com participações parlamentares. Trata-se de um caso que também apresenta um tema ligado à moral cristã – Aborto. No entanto, vemos que neste caso, como no anterior (34º caso), o número total de parlamentares autores dessas proposições, analisados caso a caso, é bastante inferior ao número de 70 deputados federais que compunham a FPE naquela época. Mostrando, novamente, tanto no 34º caso, como no 35º, não existir unidade na ação da bancada evangélica em torno de temas ligados à moral cristã. Se isso fosse uma constante, nestes casos, como nos outros desta série (10º e 11º), veríamos os 70

deputados da FPE daquela época atuando em bloco. Talvez essa unidade possa ser mais facilmente constatada em estudo que priorizam o posicionamento da bancada evangélica nas votações, por exemplo, de projetos de lei que carregam temas ligados à moral cristã.

Vimos que as proposições que apresentam temas que guardam significativa proximidade com os da teoria do desenvolvimento sustentável não foram capazes de reunir significativo número de parlamentares, tanto se considerarmos os 513 que ocupam cada legislatura da Câmara dos Deputados, quanto se considerarmos os 325 que pudemos identificar em nossas redes. Nem mesmo os quatro parlamentares com os quais iniciamos esta pesquisa se fizeram presentes como autores, em conjunto, nessas proposições.

Para aquelas proposições que tematicamente estão ligadas à moral cristã, como é o caso do aborto e união de pessoas do mesmo sexo, bem como aquelas classificadas como Assunto/Religião (que tratamos mais acima), o que vimos foi que nem mesmo os 51 parlamentares de nossas redes que compuseram a FPE naquele período (2011-2015) se fizeram presentes como autores das mesmas. Como também, nem os quatro parlamentares com os quais iniciamos este estudo foram autores das mesmas. O número de autores dessas se mostra bastante distante do número de deputados federais da FPE naquele período (70). Assim, consideramos estes casos como sendo mais alguns exemplos da não homogeneidade política e ideológica da chamada bancada evangélica, uma constatação, como vimos anteriormente, presente na literatura sobre atuação de parlamentares evangélicos, fenômeno este já apontado em Oro 2003; Bohn 2006; Dantas 2011; Vital e Lopes 2013; Luna 2014.

2.2 A REDE DE ASSUNTOS E PARLAMENTARES CENTRAIS

A primeira exploração da Rede de Assuntos e Parlamentares é a simples conexão entre os assuntos e os parlamentares autores e co-autores das 504 proposições analisadas. Esta rede conta com 1306 arestas/relacionamentos

estabelecidos entre 661 nós. Os nós estão graduados de acordo com o grau, ou número de conexões, de cada parlamentar ou assunto.

O grafo a seguir (Figura 12) permite a visualização dos principais nós dessa rede, ou seja, aqueles que apresentam os maiores valores para a centralidade de grau, e está plotado de forma a identificarmos em cores distintas, azul e vermelho, dois tipos de nós, em azul aqueles que representam os assuntos das proposições analisadas, e em vermelho, os que representam os parlamentares autores dessas proposições. Em azul o destaque é do nó Saara Ocidental, e em vermelho, em ordem crescente, são: Takayama, Edmar Arruda e Fernando Francischini.

O assunto Saara Ocidental assumiu tal destaque porque contou com a participação de 128 parlamentares autores da proposição que fora classificada com esse assunto. Esta proposição versou sobre o reconhecimento do Saara Ocidental como Estado e a instalação de escritórios de representação deste Estado no Brasil. Na rede, o nó Assunto/Saara Ocidental tem a maior centralidade de grau dentre todos os nós de tipo Assunto, já que foram 128 os parlamentares autores da iniciativa, mas também é uma das maiores centralidades de grau considerando todos os nós dessa rede, sejam eles representativos dos assuntos ou das categorias das proposições, como dos parlamentares autores dessas. É isso que explica o destaque do nó Saara Ocidental em nossas redes e no grafo a seguir.

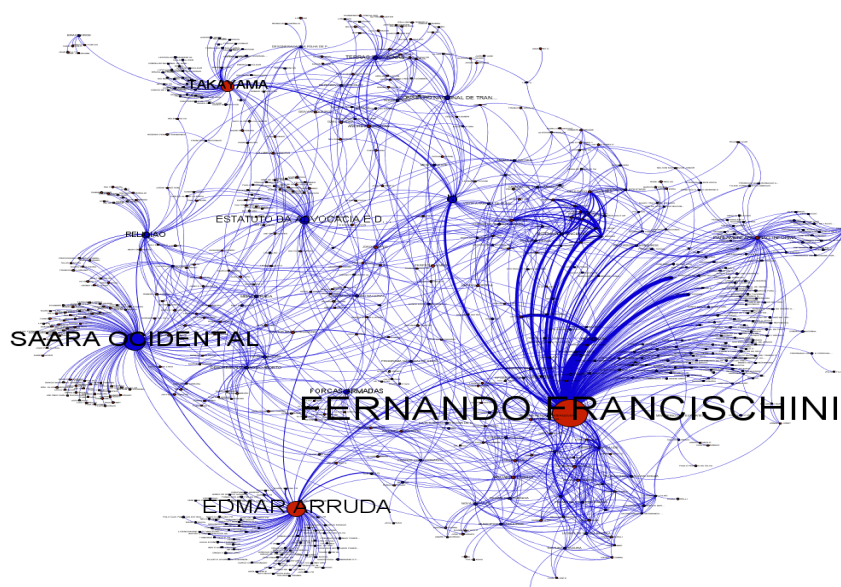


Figura 12: Grafo de rede de assuntos de proposições e parlamentares por tipo de nó.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

A segunda exploração da Rede de Assuntos e Parlamentares é a identificação das comunidades formadas pela rede. Usando a métrica modularidade de classe em resolução 1.0 a rede apresentou 10 grupos distintos nos quais os nós dessa rede ficaram agrupados. O grafo a seguir (Figura 13) também foi plotado a partir do algoritmo Force Atlas 2.0, o que nos permite a visualização das diferentes classes (comunidades), em diferentes cores, e dos nós com maior centralidade de grau.

O grafo a seguir (Figura 13) mostra as classes, divididas por cores, e seus núcleos e líderes, que quanto maior a centralidade de grau do nó, maior é o destaque do mesmo dentro de sua respectiva classe. O que levou o nó de nomenclatura Takayama a ter o destaque que tem no grafo foi sua participação em proposições que trataram de 55 assuntos diferentes. Em outras palavras, dizemos que a centralidade de grau desse nó é de valor 55. Os outros casos que mais se destacam, Edmar Arruda e Fernando Francischini, considerando a mesma referência – centralidade de grau –, apresentam os valores 88 e 201, respectivamente. O que explica maior destaque no grafo do que aquele alcançado pelo nó Takayama.

Para a exploração estatística da rede usamos inicialmente a métrica de grau. Na tabela a seguir (Tabela 14), apresentamos os nove assuntos que mais contaram com participações parlamentares quando da criação das 504 proposições diferentes que foram identificadas e classificadas.

Nessa rede, todos os outros 326 assuntos contaram com a presença de parlamentares autores que variam entre uma e 18 participações diferentes; aqui também não há nenhum nó com centralidade de grau zero, ou seja, sem nenhuma conexão com outro nó da rede. Quatorze proposições foram, após análise do texto de suas respectivas ementas, agrupadas tanto na categoria como no assunto Não Identificados (NI). Portanto, foram 490 as proposições classificadas com assunto e categoria, de forma a indicar, em detalhes, tanto o tema específico como o geral de cada uma delas. No entanto é sobre o montante geral das 504 ementas de proposições que ranqueamos, deste modo, os assuntos. Realizamos este exercício porque parte do nosso interesse neste estudo está voltado para o entendimento dos sentidos da atuação desses 325 parlamentares identificados em nossas fontes documentais e consequentemente em nossas redes, ou seja, temos o intuito de conhecer particularidades do comportamento político desses parlamentares, ao passo que buscamos identificar redes de parlamentares em ação na Câmara dos Deputados entre os anos 2011 e 2015.

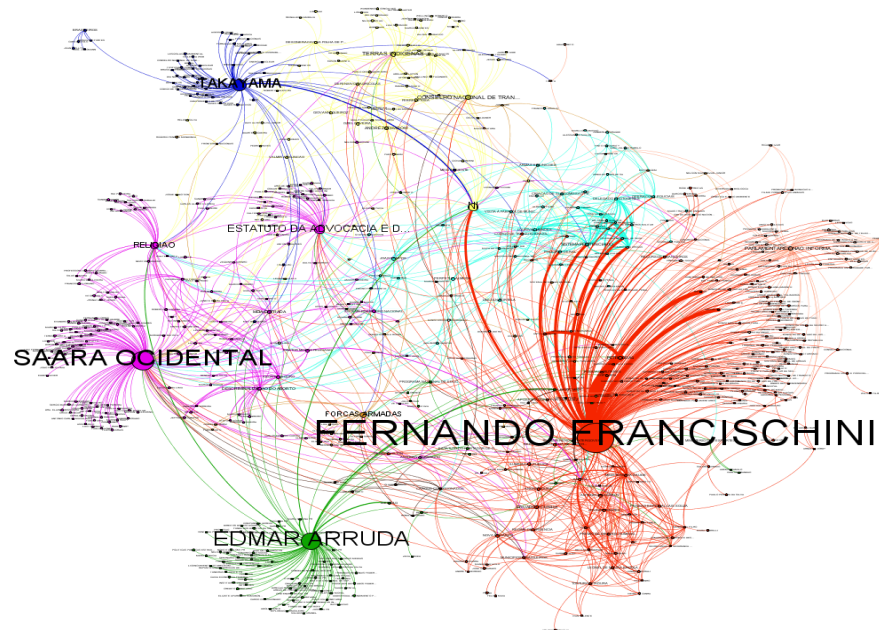


Figura 13: Grafo de rede de assuntos e parlamentares por modularidade de classe (comunidades de assuntos-parlamentares).

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Tabela 14: Grau de entrada dos assuntos

Assunto	Nº de parlamentares subscreventes
Saara Ocidental	128
Estatuto da Advocacia e da OAB	53
Religião	41
Terras Indígena	36
Não Identificados (NI)	31
Descriminalização do Aborto	27
Aborto Seguro	26
Conselho Nacional de Trânsito	25
Forças Armadas	25

Fonte: Dados do Autor.

Na tabela a seguir (Tabela 15), os dados que apresentamos também se referem à Rede de Assuntos e Parlamentares, mostrando os 19 nós que mais atuaram em diferentes assuntos, ou seja, aqueles nós que, sendo autores, identificados ou não, do conjunto de 504 proposições, atuaram sobre uma diversidade maior de temas específicos dessas proposições. Lembrando que no total a classificação das 504 proposições têm 335 assuntos diferentes. Todos os outros 307 parlamentares atuaram sobre uma diversidade de assuntos que varia de um a nove.

Para identificarmos a quantidade de vezes que os nós assim se posicionaram usamos a métrica grau de saída. O que nos permitiu identificar a quantidade de vezes que um mesmo parlamentar, e consequentemente todos eles, bem como o nó que recebeu a nomenclatura Parlamentares Não Informados, se posicionou em diferentes assuntos. Mostrando um ganho para a análise dos dados ao possibilitar uma compreensão mais detalhada do comportamento político dos 325 parlamentares identificados na rede.

Tabela 15: Grau de saída dos parlamentares

Parlamentar	Nº de assuntos subscritos
Fernando Francischini	201
Edmar Arruda	88
Takayama	55
Parlamentares Não Informados	51
Eduardo Cunha	20
André Moura	18
André Zacharow	16
Delegado Protógenes	16
Antônio Imbassahy	15
Jovair Arantes	15
Lourival Arantes	15

Parlamentar	Nº de assuntos subscritos
Pedro Uczai	15
Mendonça Filho	14
Moreira Mendes	13
Beto Albuquerque	13
João Campos	13
Rubens Bueno	12
Eduardo da Fonte	11
Bernardo Santana de Vasconcellos	11
Mendonça Prado	11
George Hilton	10
Anthony Garotinho	10

Fonte: Dados do Autor

2.3 REDE DE ASSUNTOS CONECTADOS POR PARLAMENTARES

Além da expressão simples da conectividade entre parlamentares e assuntos das proposições e do particionamento entre comunidades de assuntos-parlamentares, realizamos dois exercício bastante interessantes. Um para verificar como os assuntos são conectados pelos parlamentares subscritores das proposições e, outro, para verificar, como os parlamentares são conectados pelos assuntos das proposições que subscrevem. Outro exercício realizado consiste em transformar os dados da rede normal em rede dual, contendo assuntos e parlamentares, e realizar a conversão para um único modo (*one mode* ou *one class*) que conecta os assuntos através dos parlamentares ou o seu inverso, parlamentares através dos assuntos (ver Newman 2010:123).

Para o primeiro exercício, os deputados são suprimidos e a estrutura do grafo ganha forma a partir da conexão assunto com assunto. O grafo presente na Figura 14 apresenta diferentes classes de assuntos em cores diferentes, expressão de um

grafo *one mode* assunto-parlamentar-assunto particionado em modularidade de classes. Isso permite que a rede seja vista em classes de assuntos “sem a presença” dos parlamentares autores das proposições. O que permite visualizar os assuntos que mais conectam parlamentares na rede. Os destaques são Sistema Penitenciário (comunidade amarela); Forças Armadas, Código de Trânsito Brasileiro e Meio Ambiente (comunidade verde). Estatuto do Portador de Deficiência; Copa 2014; Aposentadoria por Invalidez; Policiais Militares e Meia-entrada (comunidade vermelha). A comunidade azul é composta por um conjunto de assuntos dispersos que apresentam reduzida expressão isoladamente.

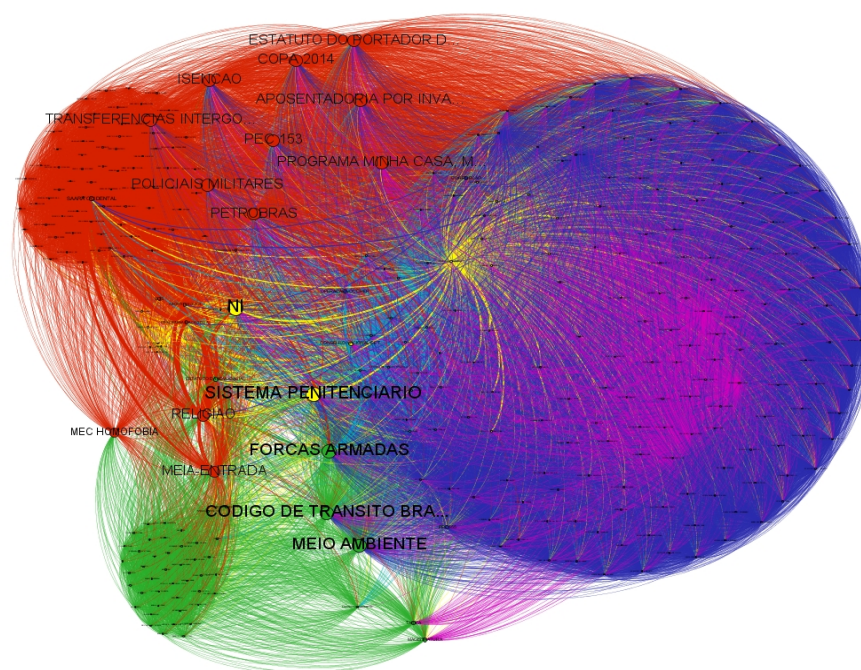


Figura 14: Grafo de rede one mode assuntos conectados por parlamentares.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

2.4 REDE DE PARLAMENTARES CONECTADOS PELOS ASSUNTOS DE SUAS PROPOSIÇÕES

O segundo exercício de investigação da meta-conectividade da rede de assunto-parlamentares consiste em suprimir os assuntos e verificar como os parlamentares “conectam-se” pelos assuntos das proposições que subscrevem.

O grafo presente na Figura 15 apresenta diferentes classes (comunidades) de parlamentares em cores diferentes, o que permite visualizar as comunidades de parlamentares formadas pelas ligações dos 325 parlamentares com os 335 assuntos das proposições analisadas.

Na modelagem de rede que será apresentada a seguir (Figura 15) alcançam destaque aqueles nós que representam os parlamentares com maior capacidade de conectar assuntos; a saber, em ordem decrescente: Fernando Francischini (PSDB); Takayama (PSC); Edmar Arruda (PSC); Lincoln Portela (PR); Perpetua Almeida (PCdoB); Giovanni Queiroz (PDT); Oziel Oliveira (PDT); Valmir Assunção (PT); Pastor Marco Feliciano (PSC) e Eduardo Cunha (PMDB). De todos os quatro parlamentares com os quais iniciamos este estudo, apenas André Zacharow não se destacou nesta modelagem de rede.

A grande comunidade vermelha no grafo a seguir (Figura 15) é composta de um conjunto de parlamentares fracamente integrados pelos assuntos das proposições que subscrevem, caso de deputados que compartilham um reduzido número de proposições. A comunidade de Fernando Francischini é compartilhada por Edmar Arruda (PSC), João Campos (PSDB) e Lincoln Portela, e está identificada na cor morrom claro. Por sua vez, a de Takayama é compartilhada por Valmir Assunção (PT), Perpétua Almeida (PCdoB) e Pastor Marco Feliciano (PSC), e está identificada na cor roxo. Já a comunidade azul escuro é compartilhada por Eduardo Cunha (PMDB), Anthony Garotinho (PR), Antonio Imbassahy (PSDB), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR). Por último temos a comunidade compartilhada apenas por Giovanni Queiroz (PDT) e Oziel Oliveira (PDT), identificada na cor azul claro.²²

²² Os partidos que aparecem aqui correspondem àqueles nos quais esses parlamentares estavam filiados durante a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>; visitado entre 04 de março e 29 de setembro de 2015.

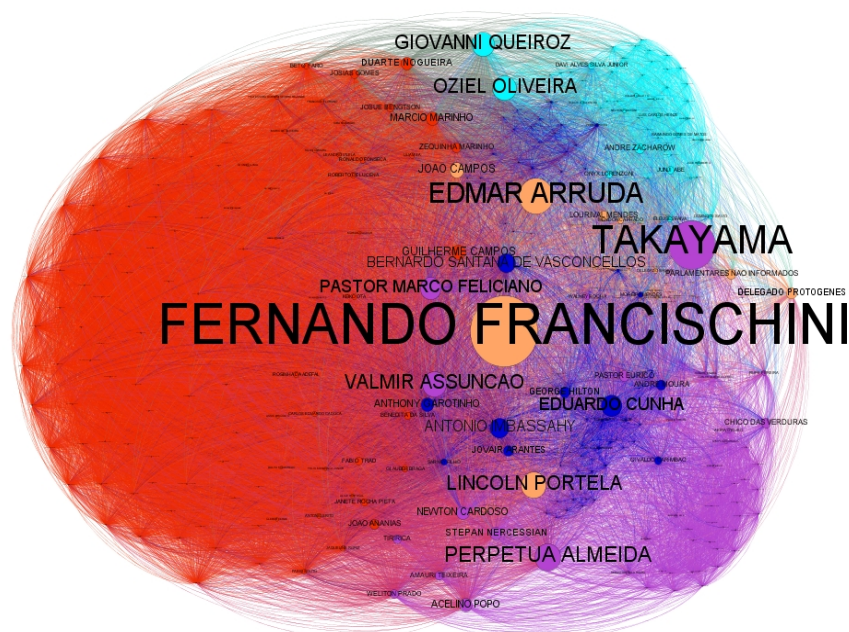


Figura 15: Grafo de rede one mode parlamentares conectados por assuntos.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Ao compararmos os 14 nomes que se destacaram na modelagem de rede que apresentamos anteriormente com os nomes dos autores da série de 35 proposições que identificamos como sendo aquelas entre as 504 que carregam assuntos que guardam proximidades com os temas da teoria do desenvolvimento sustentável, percebemos que o parlamentar Fernando Francischini apareceu 21 vezes na série de 35 proposições. Sendo o parlamentar que mais vezes aparece na série. Seguido de Edmar Arruda, seis vezes, Takayama, quatro vezes, João Campos, Pastor Marco Feliciano e Eduardo Cunha, três vezes, Anthony Garotinho e Antônio Imbassahy, duas vezes, Bernardo Santana de Vasconcello, Giovanni Queiroz e Oziel Oliveira, uma vez cada. Lincoln Portela, Perpétua Almeida e Valmir Assunção não aparecem na série de 35 proposições, como se pode ver acima.

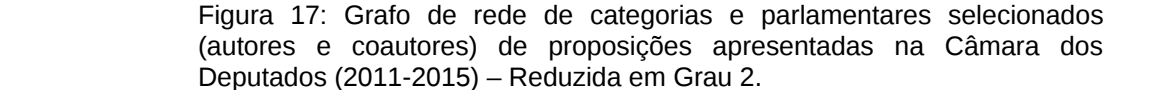
2.5 REDE DE CATEGORIAS E PARLAMENTARES CENTRAIS

A Rede de Categorias e Parlamentares apresenta 3 grupos distintos quando da aplicação da métrica modularidade de classe. Ela é formada pelos nós referentes aos parlamentares encontrados como autores de proposições, um nó que se refere aos parlamentares não informados, e os nós referentes às categorias das ementas das 504 proposições analisadas. No total esta rede têm 371 nós – resultado da soma do número de parlamentares (325), mais um (1) nó que se refere aos parlamentares não identificados, com o número de categorias (45), e 832 arestas.

No grafo a seguir (Figura 16) – uma forma de representação adotada para a Rede de Categorias e Parlamentares –, os pontos (nós) em azul representam os parlamentares e os em vermelho as categorias das proposições parlamentares. As linhas em vermelho (arestas), que ligam os nós, apresentam larguras diferentes, isto porque quanto maior é a atuação do parlamentar sobre a categoria maior é a largura da mesma nesta representação. E o diâmetro das circunferências dos nós que representam os parlamentares e as categorias mudam conforme a centralidade de grau que eles apresentam. Será maior a circunferência do nó que representa parlamentar quanto maior for o número de categorias sobre as quais esse parlamentar atuou. Também será maior a circunferência do nó que representa categoria quanto maior for o número de parlamentares que atuaram sobre a mesma.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

O grafo a seguir (Figura 17), também representando a Rede de Categorias e Parlamentares, têm as mesmas características do grafo da Figura 16, no entanto está plotado de tal forma que nele só aparecem aqueles parlamentares que atuaram sobre duas ou mais categorias e as categorias que contaram com a participação de dois ou mais parlamentares, ou seja, só restaram no grafo os nós com centralidade de grau de valor mínimo 2. Todos os nós com centralidade de grau 1 foram removidos do grafo. Assim, os nós que nesta rede apresentam um só relacionamento não pode ser vistos neste grafo. O destaque, no grafo, pelo lado dos nós que representam os parlamentares, e em ordem decrescente, está nos nós com as nomenclaturas: Fernando Francischini; Edmar Arruda e Takayama. E pelo lado dos nós que representam as categorias, também em ordem decrescente, o destaque está nas seguintes nomenclaturas: Relações Exteriores; Segurança Pública; Legislação Civil; Investigação; Direitos Humanos e Procedimento Regimental.



Na tabela a seguir (Tabela 16) vemos as 16 categorias que mais contaram com participações parlamentares quando da criação das 504 proposições diferentes que identificamos e classificadas em assunto e categoria os respectivos textos de suas ementas. Lembrando, novamente, que 14 ementas de proposições foram, após análise, agrupadas no assunto e na categoria Não Identificados (NI), e que foram

análise, agrupadas no assunto e na categoria Não Identificados (NI), e que foram

490 as ementas classificadas em assunto e categoria. Da mesma forma como fizemos com a Rede de Assuntos e Parlamentares, aqui também o montante de 504 ementas de proposições é que foi ranqueado, e isto porque assim também intentávamos conhecer detalhes da atuação dos 325 parlamentares identificados a partir dos documentos da Câmara dos Deputados consultados. Para este exercício de ranqueamento das categorias das ementas das 504 proposições parlamentares também usamos a métrica grau de entrada. Todas as outras 29 categorias apresentaram graus de entrada que variam de 1 a 18; aqui também não há nenhum nó com centralidade de grau 0, ou seja, sem nenhuma conexão com outro nó da rede.

Tabela 16: Grau de entrada das categorias

CATEGORIA	PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR
Relações Exteriores	137
Legislação Civil	95
Segurança Pública	66
Investigação	57
Direitos Humanos	47
Procedimento Regimental	46
Saúde	35
Planos de Carreira	32
Não Identificadas (NI)	31
Legislação Penal	28
Legislação Geral	27
Legislação de Trânsito	27
Finanças e Tributação	25
Desenvolvimento Agropecuário	25
Homenagem	23
Copa 2014	22

Fonte: Dados do Autor.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

O grafo a seguir (Figura 19), também representando a Rede de Categorias e Parlamentares, têm as mesmas características do grafo anterior (Figura 18), no entanto está plotado de tal forma que nele só aparecem aqueles parlamentares que atuaram sobre duas ou mais categorias, e as categorias que contaram com a participação de dois ou mais parlamentares, ou seja, só restaram no grafo os nós com centralidade de grau de valor mínimo 2 – o grafo está plotado a partir do algoritmo Force Atlas 2.0. Todos os nós com centralidade de grau 1 foram removidos do grafo. Assim, os nós que nesta rede apresentam um só relacionamento não podem ser vistos neste grafo. As comunidades que o algoritmo Force Atlas encontrou foram apresentadas em cores diferentes. Desse modo visualizamos as relações que os nós que representam os parlamentares Takayama, Edmar Arruda e, principalmente, Fernando Francischini estabeleceram com os outros nós das outras comunidades, bem como em qual comunidade os mesmos se fixaram. Assim identificamos a presença, por exemplo, desses três parlamentares nas três comunidade, o que nos permite, mais uma vez, perceber os principais sentidos das atuações dos mesmos a partir da identificação da presença dos mesmos nas diferentes categoriais. Neste grafo os nós que representam os três parlamentares supracitados ganham destaque em razão da centralidade de grau que os mesmo apresentam, ou seja, maior número de conexões em comparação com os outros nós que representam os outros 322 parlamentares dessa rede. Lembramos mais uma vez que essas categorias representam os temas gerais das 504 proposições parlamentares identificadas (complemento aos temas específicos, os assuntos dessas proposições; algo tratado anteriormente), e que foram pautadas na Câmara dos Deputados entre os anos 2011 e 2015.

Na tabela a seguir (Tabela 17) os dados apresentados também se referem à Rede de Categorias e Parlamentares, mostrando os 13 nós que mais atuaram em diferentes categorias, ou seja, aqueles nós que, sendo autores identificados ou não de proposições, no mesmo conjunto de 504 proposições com o qual estamos trabalhando desde o início, atuaram sobre uma diversidade maior de categorias em relação ao conjunto de 45 categorias. Todos os outros 313 parlamentares atuaram sobre uma diversidade de categorias que varia de uma a nove.

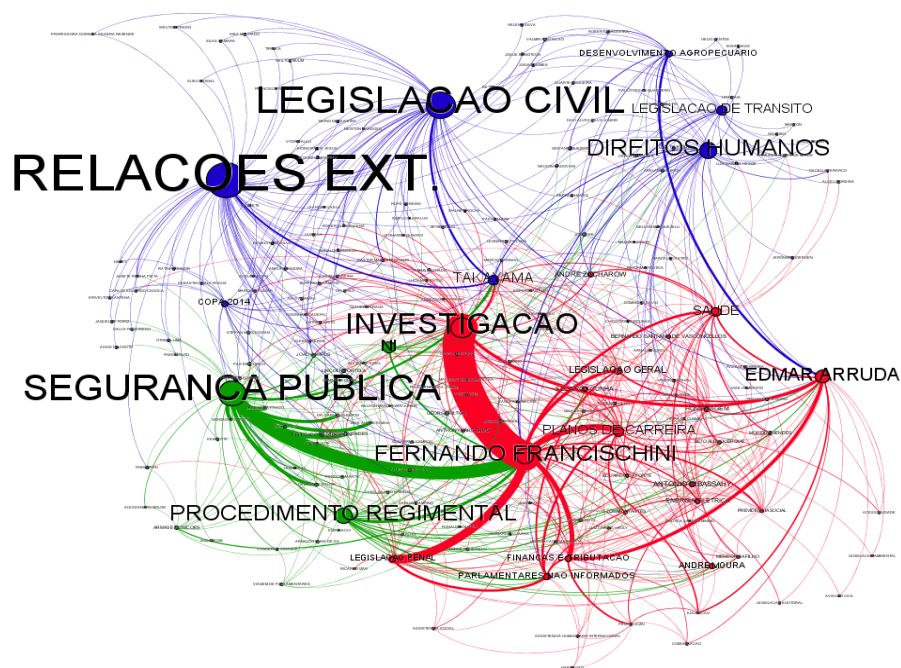


Figura 19: Grafo de rede de categorias e parlamentares por modularidade de classe (comunidade de categorias-parlamentares) – reduzida em grau 2.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Para identificarmos a quantidade de vezes que o nó assim se posicionou usamos a métrica grau de saída. O que nos permitiu identificar a quantidade de vezes que um mesmo parlamentar, e consequentemente todos eles, bem como o nó que recebeu a nomenclatura Parlamentares Não Informados, se posicionou em diferentes categorias. Utilizamos esta métrica também buscando uma compreensão mais detalhada do comportamento político dos 325 parlamentares identificados nessa rede de atuação na Câmara dos Deputados.

Tabela 17: Grau de saída dos parlamentares

PARLAMENTAR	GRAU DE SAÍDA
Edmar Arruda	32
Fernando Francischini	31
Takayama	25
Parlamentares Não Informados	17

PARLAMENTAR	GRAU DE SAÍDA
André Moura	16
Eduardo Cunha	13
Antônio Imbassahy	13
Mendonça Filho	11
Beto Albuquerque	10
André Zacharow	10
Bernardo Santana de Vasconcellos	10
Jovair Arantes	10
Moreira Mendes	10

Fonte: Dados do Auror.

2.6 REDE DE CATEGORIAS DE PROPOSIÇÕES CONSTITUÍDAS PELO RELACIONAMENTO ENTRE PARLAMENTARES

O grafo a seguir (Figura 20) apresenta diferentes classes (comunidades) de categorias em cores diferentes. O mesmo foi plotado a partir do algoritmo *One Mode*. Isto permite que a rede seja vista sem a identificação dos parlamentares autores das proposições, ao passo que considera a conectividade entre parlamentares como reveladora da conectividade de categorias nas quais eles atuaram. Os deputados são suprimidos e a estrutura do grafo ganha forma a partir da conexão de tipo categoria com categoria, apresentando em cores variadas as diferentes comunidades de categorias das proposições parlamentares. Assim visualizamos as principais comunidades de categorias formadas pelos relacionamentos estabelecidos entre parlamentares. As mesmas estão indicadas pelas seguintes cores: vermelho; laranja; verde; azul-escuro e roxo.

No grafo a seguir (Figura 20) são seis as comunidades que mais se destacam. Elas estão identificadas pelas seguintes cores: azul claro, vermelho, verde, laranja, azul e roxo. Em azul claro aparece apenas a categoria Acessibilidade. Em vermelho estão as seguintes categorias: Educação; Energia Elétrica. Em

Laranja: Legislação Geral; Previdência Social; Finanças e Tributação; Homenagem. Em verde: Procedimento Regimental; Legislação Penal. Em azul: Copa 2014; Relações Exteriores; Investigação. Em roxo: Saúde; Direitos Humanos; Legislação de Trânsito; NI - categorias não identificadas.

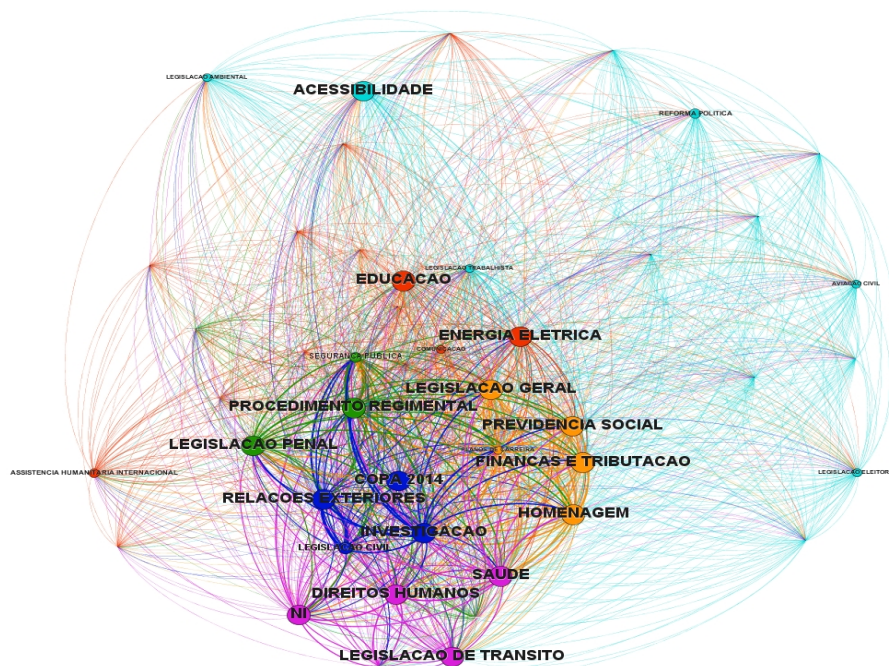


Figura 20: Grafo de rede one mode de categorias conectadas por parlamentares.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Vemos que a comunidade indicada pela cor azul claro, e que tem como nó que mais se destaca Acessibilidade, não apresenta outros nós capazes de terem suas nomenclaturas identificadas no grafo. O que mostra certo distanciamento entre as relações estabelecidas pelos parlamentares que integram essa comunidade e aqueles outros que integram as outras cinco comunidades que mais se destacam no grafo, identificadas pelas diferentes cores já indicadas. Nota-se que os relacionamentos indicados pela cor azul claro se dirigem mais para outros nós do que para os outros 15 nós de destaque do grafo. E isto é justamente o contrário do que acontece com esses outros 15 nós. Nesse caso, todos esses nós apresentam fortes relacionamentos, ou seja, os parlamentares que compõem essas categorias

se mostraram presentes em várias delas, sendo eles os que permitem as ligações entre elas e, conseqüentemente, a proximidade entre as mesmas apresentada no grafo. Inclusive, as comunidades indicadas por cores diferentes mostram em quais delas determinados grupos mais se fizeram presentes.

2.7 REDE DE PARLAMENTARES CONECTADOS PELAS CATEGORIAS DE SUAS PROPOSIÇÕES

O grafo a seguir (Figura 21) apresenta em cores distintas diferentes classes (comunidades) de parlamentares no interior da Rede de Categorias e Parlamentares. O mesmo foi plotado a partir do algoritmo *One Mode*, o que permite que a rede possa ser vista sem a identificação das categorias das proposições nas quais os parlamentares atuaram, dando espaço a um outro tipo de revelação. Neste caso é a conectividade entre parlamentares que é revelada pela participação dos mesmos nas 45 categorias das 504 proposições parlamentares encontradas, analisadas e classificadas. No grafo em questão as categorias foram suprimidas e a estrutura do grafo ganhou forma a partir da conexão entre os parlamentares que atuaram sobre as mesmas categorias, isto é, visualizamos as comunidades de parlamentares formadas pelas ligações que os mesmos estabelecem ao atuarem sobre as mesmas categorias.

O destaque principal do grafo a seguir (Figura 21) é identificado pela cor verde. Nesta comunidade os parlamentares que mais apresentam laços fortes em razão de atuações sobre as mesmas categorias são: Takayama, Edmar Arruda, Fernando Francischini, André Zacharow, Antônio Imbassahy, Eduardo Cunha, André Moura, Bernardo Santana de Vasconcellos, Oziel Oliveira e Giovanni Queiroz. Nota-se aqui a presença dos quatro parlamentares com os quais iniciamos nosso estudo: Fernando Francischini, Edmar Arruda, André Zacharow e Hidekazu Takayama.

A outra comunidade de destaque do grafo está identificada pela cor rosa. Nesta, diferentemente do que vemos na comunidade verde, com os laços fortes entre aqueles parlamentares, aqui os parlamentares George Hilton, Lincoln Portela,

Benedita da Silva, João Campos, Stepan Nercessian, Perpétua Almeida, Delegado Protógenes, Lourival Mendes, Anthony Garotinho já não mostram tanto pertencimento às mesmas categorias como seus pares da comunidade anterior. Isto é percebido pela distância entre os nós que representam esses parlamentares, bem como em razão da circunferência de cada um desses nós da comunidade rosa.

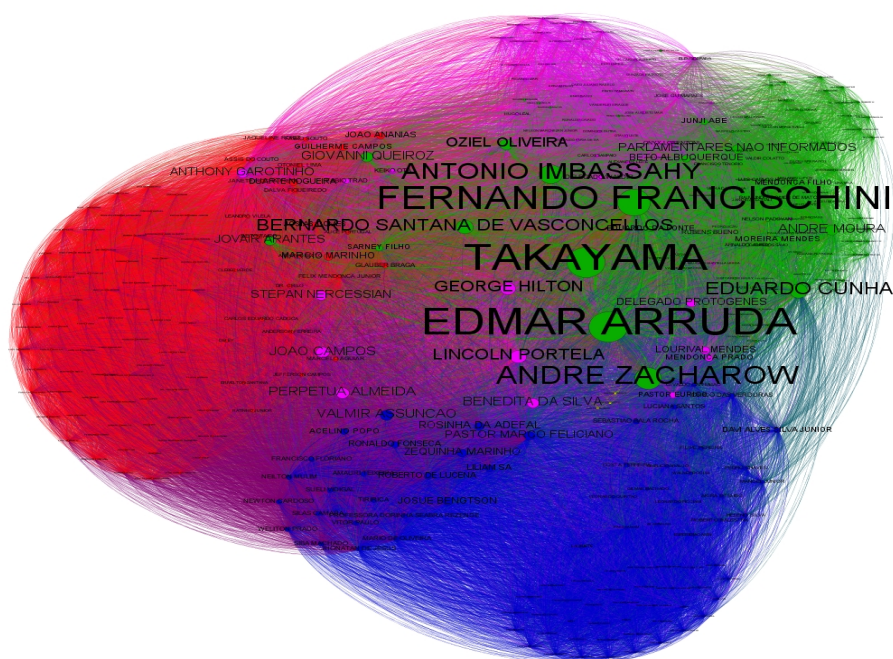


Figura 21: Grafo de rede one mode de categorias conectadas por parlamentares.

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Atentemo-nos para os nós Fernando Francischini, Takayama, Edmar Arruda, André Zacharow e Antônio Imbassahy antes de compará-los com os de cor rosa. A diferença é enorme e visível. Todos esses últimos, conforme já mostramos, integraram a lista dos parlamentares da rede que mais vezes se fizeram presentes em categorias diferentes: Edmar Arruda em 32 categorias; Fernando Francischini em 31; Hidekazu Takayama em 25 e Antônio Imbassahy em 13 delas; estando no topo da lista, ocupando os lugares que vão do primeiro ao sétimo. Com este grafo podemos perceber que eles não só ocuparam o topo da lista como apresentam laços fortes na atuação em conjunto, capaz de resultar em proposições

parlamentares bastante compartilhadas por essa comunidade. Por outro lado, as grandes comunidades em vermelho e azul, que são as comunidades restantes deste grafo de que estamos tratando, são compostas por dois conjuntos de parlamentares fracamente integrados pelas categorias das proposições que subscrevem. Trata-se de casos de parlamentares que compartilham um reduzido número de proposições entre si.

CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa respondemos algumas questões sobre a atuação de parlamentares no Congresso Nacional brasileiro entre os anos 2011 e 2015 e testamos o desenvolvimento de uma metodologia de análise da atuação de deputados federais que, por sua vez, centra-se, sobretudo, na análise das relações estabelecidas pelos autores de proposições e nos sentidos que essas proposições produzem, sejam elas produzidas individual ou coletivamente. Buscou-se nesta trajetória, principalmente, compreender os temas das atuações parlamentares a partir da análise do conteúdo das ementas das proposições realizadas por parlamentares evangélicos e não evangélicos durante os anos da 54^a Legislatura da Câmara. Sobretudo, a pesquisa centrou-se nas proposições parlamentares da bancada evangélica do Paraná na Câmara entre 2011 e 2015, composta pelos seguintes parlamentares: André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini e Hidekazu Takayama.

Como vimos, a pesquisa fora iniciada com uma incursão na literatura sobre parlamentares evangélicos, que influenciou fortemente alguns dos rumos tomados neste estudo, como por exemplo a incursão em dados de censos demográficos que cobrem o fenômeno do crescimento da população evangélica no Brasil dos últimos 30 anos, determinante ao surgimento dos políticos que assumem fé evangélica e que vão para a disputa pública de votos em eleições externalizando um atributo pessoal, a identidade evangélica. O que está na base do surgimento do grupo de interesse interno ao Congresso nacional brasileiro chamado Frente Parlamentar Evangélica.

O fato de escolhermos analisar todas as proposições realizadas por um conjunto de parlamentares ao longo dos quatro anos de uma mesma legislatura da Câmara dos Deputados, como mostramos no primeiro capítulo, tem relação com as leituras dessa incursão na literatura sobre parlamentares evangélicos.

Como vimos, tais leituras já davam pistas que encontraríamos um grande número de proposições parlamentares a serem analisadas. Como não encontramos nenhum estudo da atuação de parlamentares evangélicos que analisasse todas as proposições realizadas ao longo de uma mesma legislatura, o que teria sido de algum modo uma referência para esta pesquisa, resolvemos analisar apenas as proposições de um pequeno conjunto de parlamentares, aumentando assim a possibilidade de controle dos dados a serem analisados, bem como de possíveis desdobramentos da pesquisa que se encerra.

Mostramos, também, que o impacto dessas leituras influenciou a elaboração de uma série de questões que foram respondidas ao longo da pesquisa. Para as atuações dos congressistas da bancada evangélica paranaense dirigimos questionamentos que acreditávamos possibilitar compreensões acerca dos sentidos dessas atuações, a saber: Sendo eles parlamentares evangélicos, suas atuações estão, sobremaneira, marcadas por interesses em temas ligados à moral cristã? Existindo atuações nesse sentido, são elas fruto de ações coletivas?

Por outro lado, como forma de testar possibilidades de investigação a partir da aplicação do modelo de análise da atuação parlamentar que estava sendo desenvolvido, somamos àquelas questões as seguintes, essas que, dessa vez, estão em sintonia com preocupações gerais e próprias ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, mas que também se mostraram viáveis a partir do momento que identificamos nas proposições dos parlamentares da bancada evangélica do Paraná um conjunto de outros 321 parlamentares que ao longo daqueles quatro anos atuaram por diversas vezes em conjunto com os mesmos; as questões são: Em que medida as atuações, isto é, as proposições parlamentares analisadas, carregam temas que guardam proximidades com temas importantes da teoria do desenvolvimento sustentável escolhida para efeito de análise deste estudo? Em existindo tais proposições, qual o nível de participação do restante de parlamentares da Câmara nas mesmas e de que modo essas participações se mostram mais ou menos coletivas? Quem foram os aliados desses parlamentares nessas

proposições, qual o nível de participação deles e qual o sentido dessas atuações coletivas?

A análise das 504 proposições (58 sugestões, 350 solicitações e requerimentos e 86 projetos de lei) dos quatro parlamentares paranaenses trouxe para a análise um conjunto de outros 321 parlamentares também autores²³. Desse montante de proposições, tratamos de identificar quais deles, e quantos, integraram a FPE na 54ª Legislatura da Câmara. Concluindo que, de todos os congressistas identificados, 51 foram os que integraram a FPE entre 2011 e 2015; a lista com todos os nomes ser vista no Anexo E.

Recorremos a análise de redes sociais, como recurso metodológico, no intuito de tornar possível extrair dos objetos analisados respostas para as questões que a eles dirigimos, conforme mencionadas acima. A análise de redes sociais, dentro deste estudo da atuação parlamentar, além de ser útil nessa tarefa de encontrar as respostas para aquelas perguntas, está dedicada a conhecer conteúdos e autorias de proposições parlamentares, compreendendo, por um lado, as proposições como parte fundamental dos principais objetivos da atuação parlamentar e, por outro, como aquilo que tornou possível os relacionamentos entre os 325 parlamentares identificados neste estudo. Assim, características desses relacionamentos ganham destaque a partir da utilização da análise de redes sociais como recurso metodológico, o que nos permitiu visualizarmos tanto os parlamentares construindo redes de relacionamentos, como essas redes atuando no parlamento, pautando mais de três centenas de temas e questões.

A literatura sobre parlamentares evangélicos apresentada no primeiro capítulo mostrou, por um lado, não existir homogeneidade política e ideológica na chamada bancada evangélica (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013; Luna, 2014), e, por outro, apenas existir unidade entre os parlamentares evangélicos quando se trata de temas relativos à moral (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013).

²³ Todos os nomes dos 325 parlamentares identificados neste estudo podem ser visto no Anexo D.

Neste estudo, encontramos pouquíssimos casos de proposições que trataram de temas ligados à moral cristã. Os casos encontrados versaram, como vimos no segundo capítulo, sobre os seguintes temas: União de pessoas do mesmo sexo, Aborto, Descriminalização do aborto e Valorização da família.

Reconhecemos, no entanto, a disputa que existe na sociedade pela afirmação do que é a moral cristã entre os sujeitos que são legitimados pela própria sociedade para afirmar o que é a moral cristã, tal como padres, pastores, bispos, ministros religiosos, papas e etc. Aqui, e a partir da literatura sobre parlamentares evangélicos apresentada no primeiro capítulo, a referência usada para enquadrar um ou outro tema como sendo ligado à moral cristã levou em consideração as constatações feitas em estudos anteriores sobre aquilo que os parlamentares evangélicos aceitam como sendo parte da moral cristã com a qual eles demonstraram ter acordo.

A análise desses casos mostrou existir números bem baixos de participação parlamentar nas autorias dessas proposições. Nessas proposições, o que vimos foi que nem mesmo os 51 parlamentares de nossas redes que compuseram a FPE naquele período (2011-2015) se fizeram presentes como autores das mesmas. Nem mesmo os quatro parlamentares com os quais iniciamos este estudo foram autores das mesmas. O número de 34 autores e co-autores dessas se mostra bastante distante do número de deputados federais da FPE naquele período (70 deputados). Assim, consideramos estes casos como sendo mais alguns exemplos da não homogeneidade política e ideológica da chamada bancada evangélica, uma constatação, como vimos no primeiro capítulo, presente na literatura sobre atuação de parlamentares evangélicos (Oro, 2003; Bohn, 2006; Dantas, 2011; Vital e Lopes, 2013; Luna, 2014).

Encontramos também poucos casos de proposições parlamentares que apresentaram temáticas que guardam proximidades com temas da teoria do desenvolvimento sustentável escolhida para efeitos deste estudo. No segundo capítulo, tratamos de todos esses casos, como vimos, uma série com 35 proposições parlamentares diferentes. Toda a série foi considerada como estando próxima, em se tratando estritamente da temática dos 35 casos, dos temas da teoria do desenvolvimento sustentável que apresentamos no primeiro capítulo.

Identificamos proposições parlamentares que guardam alguma proximidade com as ideias acerca do desenvolvimento sustentável escolhidas para esse exercício de comparação, mas isto não quer dizer que estamos concluindo que essas proposições encontradas contribuem, ou não, com a concretização de qualquer sentido de desenvolvimento territorial sustentável. Apenas identificarmos as proximidades temáticas e a presença de 77 parlamentares diferentes que subscreveram essas proposições, consideradas em seu conjunto e somadas as diferentes participações nas 35 proposições analisadas.

O objeto analisado, e a metodologia utilizada – que por sua vez tem mais importância no resultado final deste trabalho do que os resultados encontrados – não permitem que avancemos sobre os posicionamentos dos autores das proposições, se favoráveis ou contrários a qualquer tipo de proposição analisada, algo fundamental numa empreitada que objetivasse concluir que determinada proposição contribui ou não com algum sentido de desenvolvimento sustentável. O modelo criado para a análise mostrou-se efetivo e aberto a um aperfeiçoamento que venha a integrar um quadro explicativo dos sentidos das atuações parlamentares na Câmara dos Deputados considerando, também, como fontes a serem analisadas, os discursos parlamentares no plenário da Câmara ou nas Comissões Parlamentares, as emendas ao orçamento, elaboradas e executadas, e as prestações de contas de eleições.

Por fim, destacamos alguns achados referentes aos relacionamentos construídos pelos parlamentares da bancada evangélica paranaense, o que mostra características gerais dessas atuações políticas no parlamento, para além, mas também sobre, das questões já colocadas que dizem respeito aos temas ligados à moral cristão ou à teoria do desenvolvimento sustentável. Identificamos que no decorrer dos quatro anos da 54^a Legislatura (2011-2015) a atuação de Hidekazu Takayama esteve voltada para 55 assuntos diferentes, a de Edmar Arruda para 88, a de Fernando Francischini e a de André Zacharow para 16 assuntos diferentes.

A aplicação do modelo mostra, considerando somente os parlamentares da bancada evangélica paranaense, existir laços fortes entre as atuações de Fernando Francischini, Edmar Arruda, Hidekazu Takayama e André Zacharow e as atuações

de Eduardo Cunha, André Moura, Bernardo Santana de Vasconcellos, Oziel Oliveira e Giovanni Queiroz. Esses laços compreendem, como vimos no segundo capítulo, as parcerias dos mesmos em atuações sobre as mesmas categorias temáticas, revelando atuações conjuntas em torno dos mesmos temas.

Analisando a série de 35 proposições parlamentares que apresentam temas que guardam significativa proximidade com os da teoria do desenvolvimento sustentável, vimos que esses casos, considerados um a um, não foram capazes de reunir significativo número de parlamentares, tanto se considerarmos os 513 que ocupam cada legislatura da Câmara, quanto se considerarmos os 325 que pudemos identificar em nossas redes. Nem mesmo os quatro parlamentares com os quais iniciamos esta pesquisa se fizeram presentes como autores, em conjunto, nessas proposições.

Em relação às proposições analisadas, a aplicação do modelo possibilitou a identificação de forte presença parlamentar principalmente nas seguintes categorias temáticas: Relações Exteriores; Legislação Civil; Segurança Pública; Investigação; Direitos Humanos; Saúde; Planos de Carreira.

Já em relação aos diferentes assuntos das proposições e a presença parlamentar em proposições diferenciadas pelos assuntos das mesmas, a aplicação do modelo mostrou existir forte presença parlamentar principalmente nos seguintes assuntos: Saara Ocidental; Estatuto da Advocacia e da OAB; Religião; Terras Indígenas; Aborto; Descriminalização do Aborto; Conselho Nacional de Trânsito e Forças Armadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leonardo. O que Saber sobre os Evangélicos e a Política no Brasil: Partidos, Representações e Eleições Presidenciais. Curitiba: Prismas, 2014.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*. Campinas, 10 (2), p. 288-338, Out., 2004.
- CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, V. 18, n. 36, pp. 241-256, jun. 2010.
- DANTAS, Bruna S. do A. Religião e Política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2011.
- DENARDIN, Valdir F. Abordagens econômicas sobre o meio ambiente e suas implicações quanto aos usos dos recursos naturais. *Teoria e Evidência Econômica*, n. 21, v. 11, Nov. 2003, p. 129-150.
- FISCHMANN, Roseli. "A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal". In: *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 107, v. 30, mai./ago., 2009.
- LEMIEUX, V.; OUIMET, M. *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- LIMA, Sídia Maria Porto. *Prestação de Contas e Financiamento de Campanhas Eleitorais*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. *RBCS*. Brasília, n. 14, pp. 83-109, mai.-ago. 2014.
- MACHADO, Carlos José Saldanha. *Desenvolvimento sustentável para o Antropoceno: um olhar panorâmico*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- MARENCO, André. Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada. *Revista Dados*, 2010, vol. 53, n.4. 2010, pp. 821-853.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. Civitas, Porto Alegre, v. 6, n.2, jul.-dez. 2006, pp. 77-99.

_____. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n.2, mai.-ago. 2011, pp. 238-258.

NEWMAN, M. E. J. Networks: an introduction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Civitas, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jun. 2003.

_____. “A laicidade no Brasil e no Ocidente”. In: Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, , mai-ago, 2011.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 1, jun. 2012.

SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. VIEIRA, P. F. (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SCHLICKMANN, D. G. Financiamento de campanhas eleitorais. 7ª ed. Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, Edson Armando; Joseli Maria Silva. Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados quantitativos. 2014. (mimeo).

SMIDERLE, C. G. S. M.; AZEVEDO, S.; PEIXOTO, V. M. Cultura, religião e política em diferentes metrópoles brasileiras: as idiossincrasias da “modernidade” evangélica em um mundo “pós-moderno”. In. Cultura política, cidadania e voto: desafios para a governança metropolitana. Sergio de Azeveto, Luiz C. Q. Ribeiro e Orlando A. S. Júnior. (Orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 413-451, 2012.

VITAL, Christina. e LOPES, Paulo V. L. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013. 232 p.

ANEXOS

Anexo A*

Deputados Federais da Frente Parlamentar Evangélica na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados.

Arolde de Oliveira; Jorge Tadeu Mudalem; Onyx Lorenzoni; Marcos Rogério; Sérgio Brito; Sueli Vidigal; Oziel de Oliveira; Manato; Fátima Pelaes; André Zacharow; Edinho Araújo; Leonardo Quintão; Eduardo Cunha; Washington Reis; Dona Iris de Araújo; Professor Sétimo; Walter Tosta; Missionário José Olímpio; Ronaldo Fonseca; Zé Vieira; Anderson Ferreira; Neilton Mulim; Lincoln Portela; Laércio Oliveira; Anthony Garotinho; Liliam Sá; Dr. Adilson Soares; Pastor Paulo Freire; Cleber Verde; Heleno; Márcio Marinho; Otoniel Lima; Vitor Paulo; George Hilton; Antonio Bulhões; Jonathan de Jesus; Aureo; Pastor Eurico; Jefferson Campos; Antônia Lúcia; Erivelto Santana; Filipe Pereira; Luriete; Marco Feliciano; Silas Câmara; Hidekazu Takayama; Zequinha Marinho; Edmar Arruda; Mário de Oliveira; Marcelo Aguiar; Fernando Francischini; João Campos; Andréia Zito; Vaz de Lima; Bruna Furlan; Romero Rodrigues; Rui Carneiro; Dr. Grilo; Gilmar Machado; Benedita; Nilton Capixaba; Sabino Castelo Branco; Ronaldo Nogueira; Jusué Bengtson; Walney Rocha; Lourival Mendes; Lindomar Garçon; Pastor Roberto de Lucena; Henrique Afonso; Sinval Malheiros.

* Fonte: VITAL, Christina. e LOPES, Paulo V. L. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

ANEXO B*

Número de integrantes da FPE por Denominação Religiosa – 54ª Legislatura da Câmara.

Denominação – Número de Parlamentares

Assembleia de Deus 22

Batista 11

Presbiteriana 8

Universal do Reino de Deus 7

Quadrangular 3

Internacional da Graça de Deus 3

Renascer em Cristo 1

Cristã Evangélica 1

Comunidade Shamá 1

Cristã do Brasil 1

Brasil para Cristo 1

Maranata 1

Sara nossa Terra 1

Mundial do Poder de

Deus 1

Nova Vida 1

Luterana 1

Informação não disponível 6

Total Geral 70

* Fonte: VITAL, Christina. e LOPES, Paulo V. L. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013. 232 p.

ANEXO C*

Acessibilidade: Acessibilidade; Código Braile; Estatuto do Portador de Deficiência.

Armas e Munições: Gibi da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições-ANIAM; Porte de Armas de Fogo; Sistema Nacional de Armas; Visita à Fábrica de Munições CBC e à Fábrica de Armamentos Taurus.

Assistência Humanitária Internacional: Brasil-Japão; Estoques Públicos de Alimentos.

Assistência Social: Entidades Benéficas; Programa Bolsa Família.

Aviação Civil: Copa 2014; Companhias Aéreas.

Comunicação: Agência Nacional de Telecomunicação; Audiovisual-Atendimento Presencial; Comunicação Social; Programa A Voz do Brasil;

Copa 2014: Acidentes; CPI; Meia-entrada; Ministério dos Esportes.

Cotas Raciais: Empresas.

Desenvolvimento Agropecuário: Centenário do Sul-PR; Cruzeiro do Sul-PR; Defensivos Agrícolas; Desoneração da Folha de Pagamentos; Jussara-PR; Maria Helena-PR; Novo Itacolomi-PR; Terra Rica-PR; Tuneiras do Oeste-PR; Ventania-PR.

Desenvolvimento Urbano: Doutor Camargo-PR; Itambé-PR; Ivatuba-PR; Maria Helena-PR; Paiçandu-PR; Sarandi-PR.

Direitos Humanos: Conselho Nacional; Diplomacia Brasileira; Negros; Projeto Casa de Direitos; Religião; Terras Indígenas; Tortura-Ditadura; Violência-Web.

ECA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Doações; Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Economia: Políticas Pública de Estímulo ao Consumo.

Educação: Ensino Fundamental; Escolas-Infraestrutura; Exame Nacional do Ensino Médio; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior; Meritocracia; Pagamento de Mensalidade; Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das

* Em itálico e grifado estão as categorias (45 no total), antecedendo os assuntos das mesmas (335 tipos diferentes no total).

Instituições de Ensino Superior; Programa Universidade Para Todos; Recursos Financeiros.

Energia Elétrica: Controle Acionário; Eletrobras; Energia Elétrica; Iluminação Pública; Redução da Tarifa; Tarifa.

Finanças e Tributação: Bebidas; Benefícios; Crédito Tributário; Consumidores; Descontos; Fundo de Participação dos Municípios; ICMS; Importação; Imposto de Renda; Imposto sobre Produtos Industrializados; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; Isenção; Lavagem de Dinheiro; Legislação; Legislação Federal; Mercado Financeiro e de Capitais; PIS; PIS/PASEP; Programa Nacional de Educação Fiscal; Servidores Públicos; Transferências Intergovernamentais.

Habitação: Programa Minha Casa, Minha Vida.

Homenagem: Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção; Igreja Evangélica Assembleia de Deus; INMETRO; Instituição Privada; Leonel de Moura Brizola; Manoel Revaldaves da Silva; Nelson Verri; Polícia Federal; Prêmio de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva; Prêmio Transparência e Fiscalização Pública; Primeira Igreja Batista de Curitiba; Reforma Protestante.

Infraestrutura: Estado do Paraná; Ferrovias; Rodovias

Investigação: Aborto Seguro; Adoção de Pessoas; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; BNDS-Delta Engenharia; Conselho Federal de Odontologia; Copa 2014; Corrupção; Crimes Contra a Mulher; Denúncias Contra Parlamentares; Descriminalização do Aborto; Dossiê dos Alopados; ECT-Fundo de Pensão; Emendas Parlamentares; Energia Nuclear; Ensino Superior; FUNAI; Gases Radioativos; Índices de Violência; Justiça Federal; Loterias; MEC-Homofobia; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Turismo; Ministra Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Ministra de Estado Chefe da Casa Civil; Ministro da Ciência e Tecnologia; Ministro de Estado da Justiça; Ministro de Estado da Previdência Social; Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego; Ministro de Estado Secretário-Geral da Previdência da

República; Notícias; Obras-Estado do Maranhão; ONG Afroreggae; Operação Voucher; Petrobras; Política Monetária; Presidência da República; Programa Crack É Possível Vencer; Programa Minha Casa, Minha Vida; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; Programa Segundo Tempo; Qualificação de Mão-de-Obra; Repasse de Recursos para Adrianópolis-PR; Salário-Embaixadas; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretário de Segurança do Estado de São Paulo; Segurança Digital; Segurança Pública; SESI; Sistema Penitenciário; SPU; TJ-DF; Trabalho Infantil; Tráfico de Crianças; Transporte; TV NBR; UOL.

Legislação Ambiental: Áreas de Preservação Permanente; Política Nacional do Meio Ambiente.

Legislação Civil: Código de Processo Civil; Conselho Nacional de Ministros de Confissão Religiosa; Dia Nacional da Oração; Divórcio; Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil; Organizações Religiosas; Profissão; Religião; União de Pessoas do Mesmo Sexo; Valorização da Família.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro; Conselho Nacional de Trânsito; Infrações.

Legislação Eleitoral: Voto Aberto; Contas de Campanha; Método das Maiorias Médias.

Legislação Geral: Cartórios; Código de Defesa do Consumidor; Contra Incêndio; Estado da Bahia; Feriados; Genética e Meio Ambiente; Licitação Pública; Magistratura; Municípios Brasileiros; PEC 153; PEC 341; PEC 349; PEC 41; PEC 555; Segurança Pública; Seguros de Vida; Supremo Tribunal Federal; Timemania; Tribunais Regionais Federais.

Legislação Penal: Aborto; Anistia-Policiais; Apresentação do Preso; Cibercrimes; Código de Processo Penal; Código de Trânsito Brasileiro; Código Eleitoral; Código Penal; Combate às Drogas; Corrupção; Crime Ambiental-Polímeros; Crimes Hediondos; Cumprimento de Pena; Custódia de Presos; Delação Premiada; Direção Homicida-Suicida; Direito de Resposta; Filme Pornográfico-Animais; Idosos; Interceptações Ilegais; Legislação Ambiental; Maioridade Penal; Maus Tratos em Animais; Meio Ambiente; Peculato; Pesquisa Fraudulenta; Proibição da Eliminação

de Animais; Redução da Maioridade Penal; Reincidência; Sistema Financeiro Nacional; Sistema Penitenciário; Tipificando Conduta; Tribunal do Júri

Legislação Trabalhista: Adolescente; Cargo Comissionado; Direito dos Estagiários; FGTS; Jornada de 6 Horas Diárias; Jornada de Trabalho de Enfermagem; Piso Salarial Nacional Agentes Comunitário de Saúde; Previdência Social.

Moção de Repúdio: Governo da Venezuela.

NI (Não Identificada): NI (Não Identificado).

Patrimônio Público: IBAMA.

Planos de Carreira: Banco Central do Brasil; Caixa Econômica Federal; Cargos Comissionados; Congresso Nacional; Defensoria Pública da União; Guarda Municipal; Guardas Portuários; Justiça; Justiça do Trabalho; Justiça Militar da União; Poder Judiciário da União; Polícia Civil; Polícia Federal; Policiais Militares; Remuneração; Secretarias de Segurança Pública; Subsídio do Defensor Público-Geral Federal; Supremo Tribunal Federal.

Política Agrária: Fundo de Catástrofe.

Política Fiscal: Copa 2014.

Política Salário Mínimo: Salário Mínimo.

Política de Transporte: Trânsito de Veículos Antigos.

Previdência Social: Contribuição de Inativos; Fator Previdenciário; Aposentadoria por Invalidez; Brasil-Japão; Pensão Especial para Lais Souza.

Procedimento Regimental: Comissão de Turismo e Desporto; Criação de Subcomissão Permanente; Mapa da Violência 2011; Nova Redação; Poder Judiciário da União; Posse dos Deputados Federais; Princípio da Eficiência; Realização de Missão Oficial; Redação; Regime de Urgência; Registro; Sessão Plenária.

Reforma Política: Seminário Internacional; Cotas Raciais.

Relações Exteriores: Assistência; Brasil-Japão; Brasil-Vaticano; Brasileiros; Defesa Nacional; Fronteiras Nacionais; Saara Ocidental; Trabalho.

Relações Trabalhistas: Fronteiras Nacionais.

Saúde: Crack; Cesta Básica; Doadores de Medula Óssea; Drogas; Febre Aftosa; Lenalidomida; Licenciamento de Estabelecimentos; Medicamentos; Meio Ambiente; Ministério da Saúde; Planos Privados; Programa Medicina Social; Recursos Financeiros; Saúde do Trabalhador; Saúde Mental; SUS; Tabagismo.

Segurança Pública: Acidente Nuclear; Armas e Munições; Brasil; Caixas Eletrônicos; Combate ao Crime Organizado; Combate às Drogas; Copa 2014; Corpo de Bombeiros Militar; Corrupção; Criminalidade-Infância e Juventude; Despesas; Diversidade Biológica; Espionagem; Forças Armadas; Forças Nacionais; Formação de Militares; Frente Parlamentar da Segurança Pública; Legislação Penal; Ministério da Segurança Pública; Normas; Operações Policiais; Polícia Federal; Policiais; Policiais-Aposentadoria; Política Nacional; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; Recursos Financeiros; Saúde; Simpósio Internacional de Polícia Executiva; Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras; Sistema Penitenciário.

Telecomunicação: Atendimento Presencial; Telefonia; Telefonia Móvel.

Transporte: Sólidos a granel.

Viagem de Parlamentares: China.

ANEXO D*

Abelardo Lupion, Acelino Popó, Adão Preto, Ademir Camilo, Afonso Florence, Afonso Hamm, Aguinaldo Ribeiro, Akira Otsubo, Alberto Filho, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Alexandre Leite, Alexandre Toledo, Alfredo Kaefer, Alfredo Sirkis, Alice Portugal, Almeida Lima, Amauri Teixeira, Amir Lando, Anderson Ferreira, André Figueiredo, André Moura, André Zacharow, Angelo Agnolin, Anthony Garotinho, Antônia Lúcia, Antônio Brito, Antônio Bulhões, Antônio Carlos Magalhães Neto, Antônio Imbassahy, Arlindo Chinaglia, Arnaldo Faria de Sá, Arnaldo Jordy, Arolde de Oliveira, Assis do Couto, Assis Melo, Áureo, Benedita da Silva, Berinho Bantim, Bernardo Santana de Vasconcello, Betinho Rosado, Beto Albuquerque, Beto Faro, Biffi, Bohn Gass, Cabo Daciolo, Cabo Juliano Rabelo, Carlaile Pedrosa, Carlos Alberto Lereia, Carlos Brandão, Carlos Eduardo Cadoca, Carlos Sampaio, Carmen Zanotto, Celso Maldaner, Chico Alencar, Chico das Verduras, Chico Lopes, Cláudio Cajado, Cleber Verde, Costa Ferreira, Dalva Figueiredo, Damião Feliciano, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Davi Alcolumbre, Davi Alves Silva Junior, Delegado Protógenes, Delegado Waldir, Deley, Devanir Ribeiro, Dilceu Sperafico, Domingos Dutra, Domingos Neto, Domingos Sávio, DR. Adilson Soares, DR. Carlos Alberto, DR. Grilo, DR. Ubiali, DRA. Elaine Abissamra, Duarte Nogueira, Édio Lopes, Edivaldo Holanda Júnior, Edmar Arruda, Edson Pimenta, Edson Santos, Edson Silva, Eduardo Cunha, Eduardo da Fonte, Eduardo Sciarra, Efraim Filho, Eleuses Paiva, Eliene Lima, Emanuel Fernandes, Enio Bacci, Erivelton Santana, Eros Biondini, Esperidião Amin, Eudes Xavier, Evandro Milhomen, Fábio Faria, Fábio Ramalho, Fábio Souto, Fábio Trad, Felipe Bornier, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Fernando Ferro, Fernando Francischini, Fernando Torres, Filipe Pereira, Flávia Moraes, Francisco Araújo, Francisco Escórcio, Francisco Floriano, Francisco Tenório,

* Os nomes dos parlamentares foram aqui apresentados da mesma forma como foram disponibilizados no resultado da pesquisa que realizamos no banco de dados virtual da Câmara dos Deputados do Brasil, <www2.camara.leg.br>, quando buscamos todas as proposições dos deputados André Zacharow, Edmar Arruda, Fernando Francischini e Hidekazu Takayama na 54ª Legislatura (2011-2015). Aproveitamos para lembrar novamente que ao buscarmos os nomes dos autores das 504 proposições analisadas nos deparamos, em alguns casos, com a falta de informações referentes aos nomes dos autores das mesmas. Para esses casos optamos por usar a nomenclatura Parlamentares Não Informados.

George Hilton, Geraldo Simões, Giacobbo, Gilmar Machado, Giovani Cherini, Giovanni Queiroz, Givaldo Carimbão, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, Guilherme Campos, Heleno Silva, Hélio Santos, Henrique Fontana, Heráclito Fortes, Hugo Leal, Hugo Napoleão, Humberto Souto, Ivan Valente, Izalci, Jair Bolsonaro, Jairo Ataíde, Jandira Feghali, Janete Rocha Pieta, Jaqueline Roriz, Jean Wyllys, Jefferson Campos, Jerônimo Goergen, Jesus Rodrigues, Jhonatan de Jesus, João Ananias, João Bittar, João Campos, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, João Paulo Lima, José Augusto Maia, José Carlos Araújo, José Guimarães, José Humberto, José Nunes, Joseph Bandeira, Josias Gomes, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio César, Júlio Delgado, Júnior Coimbra, Junji Abe, Jutahy Júnior, Keiko Ota, Lauriete, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Leonardo Quintão, Leopoldo Meyer, Lilian Sá, Lincoln Portela, Lira Maia, Lourival Mendes, Luci Choinacky, Luciana Santos, Lúcio Vale, Lúcio Vieira Lima, Luís Carlos Heinze, Luiz Alberto, Luiz Carlos Hauly, Luiz Fernando Machado, Luiz Nishimori, Luiz Noé, Luíz Sérgio, Magda Mofatto, Manole Júnior, Manuel Rosa Neca, Manuela D'Avila, Mara Gabrilli, Marçal Filho, Marcelo Aguiar, Marcelo Castro, Marcelo Matos, Márcio Marinho, Marco Maia, Marcon, Marcos Medrado, Marcos Montes, Marcos Rogério, Marinha Raupp, Mário de Oliveira, Mário Feitoza, Marllos Sampaio, Maurício Quintella Lessa, Maurício Trindade, Mauro Benevides, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Miriquinho Batista, Missionário José Olímpio, Moreira Mendes, Neilton Mulin, Nelson Marchezan Júnior, Nelson Marquezelli, Nelson Padovani, Nelson Pellegrino, Newton Cardoso, Nilson Leitão, Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Osmar Terra, Otávio Leite, Otoniel Lima, Oziel de Oliveira, Padre Ton, Paes Landim, Pastor Eurico, Pastor Marco Feliciano, Paulo César Quartiero, Paulo Foletto, Paulo Freire, Paulo Magalhães, Paulo Pereira da Silva, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Pedro Chaves, Pedro Uczai, Penna, Perpétua Almeida, Pinto Itamaraty, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ratinho Júnior, Raul Henry, Raul Jungmann, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Ricardo Berzoini, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Britto, Roberto de Lucena, Roberto Teixeira, Rogério Peninha Mendonça, Romário, Ronaldo Caiado, Ronaldo Fonseca, Ronaldo Nogueira, Rosane Ferreira, Rose de Freitas, Rosinha da

Adefal, Rubens Bueno, Rui Costa, Rui Palmeira, Salvador Zimbaldi, Sandes Júnior, Sandra Rosado, Sandro Alex, Sandro Mabel, Sarney Filho, Sebastião Bala Rocha, Sérgio Barradas Carneiro, Sérgio Brito, Sérgio Moraes, Sibá Machado, Silas Brasileiro, Silas Câmara, Silvio Costa, Simão Sessim, Simplicio Araújo, Stefano Aguiar, Stepan Nercessian, Subtenente Gonzaga, Sueli Vidigal, Takayama, Telma Pinheiro, Teresa Surita, Thiago Peixoto, Tiririca, Valdir Colato, Valdir Assunção, Valtenir Pereira, Vanderlei Macris, Vanderlei Siraque, Vaz de Lima, Vicente Arruda, Vicente Cândido, Vicentinho, Vieira Cunha, Vilalba, Vinícius Gurgel, Vitor Paulo, Vitor Penido, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Walney Rocha, Walter Tosta, Wandenkolk Gonçalves, Washington Reis, Weliton Prado, Wellington Fagundes, Wellington Roberto, Weverton Rocha, Willian Dib, Wilson Filho, Wolney Queiroz, Zé Geraldo, Zeca Dirceu, Zequinha Marinho, Zoinho.

ANEXO E

Parlamentares da FPE presentes nas redes de parlamentares da 54^a Legislatura que foram analisadas neste estudo.

Arolde de Oliveira; Onyx Lorenzoni; Marcos Rogério; Sérgio Brito; Sueli Vidigal; Oziel de Oliveira; Leonardo Quintão; Eduardo Cunha; Washington Reis; Walter Tosta; Ronaldo Fonseca; Anderson Ferreira; Neilton Mulin; Lincoln Portela; Anthony Garotinho; Lilian Sá; Paulo Freire; Cleber Verde; Heleno Silva; Márcio Marinho; Otoniel Lima; George Hilton; Antônio Bulhões; Áureo; Pastor Eurico; Jefferson Campos; Antônia Lúcia; Erivelton Santana; Filipe Pereira; Lauriete; Pastor Marco Feliciano; Silas Câmara; Zequinha Marinho; Mário de Oliveira; Marcelo Aguiar; João Campos; Vaz de Lima; Dr. Grilo; Gilmar Machado; Benedita da Silva; Ronaldo Nogueira; Josué Bengtson; Walney Rocha; Lourival Mendes; Roberto Lucena; André Zacharow; Edmar Arruda; Fernando Francischini; Hidekazu Takayama.